

95
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**O IMAGINÁRIO SOCIAL DA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE
SOCIOLÓGICA A PARTIR DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL DE FLORIANÓPOLIS.**

JOVILES VITÓRIO TREVISOL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política, sob orientação da Professora Ilse Scherer-Warren.

FLORIANÓPOLIS, 1995

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**O IMAGINÁRIO SOCIAL DA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE
SOCIOLOGICA A PARTIR DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL DE FLORIANÓPOLIS.**

JOVILES VITÓRIO TREVISOL

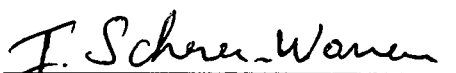
FLORIANÓPOLIS, 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**O IMAGINÁRIO SOCIAL DA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA A PARTIR
DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE FLORIANÓPOLIS**

Joviles Vitorio Trevisol

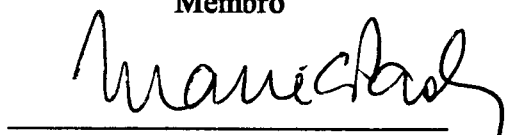
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pelo Orientador e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos
Professores Doutores:



Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren
Orientadora



Prof. Hector Ricardo Leis
Membro



Profa. Dra. Maria Célia Paoli
Membro

Florianópolis, outubro de 1995.

AGRADECIMENTOS

De alguma forma, todo agradecimento é uma maneira de reconhecer ou recordar as pessoas (que se esforçaram, apoiaram, criticaram...), os momentos (alegres, estimulantes, tristes ...), as instituições etc. que contribuíram para que algo se tornasse realidade. Em nosso caso, a realidade principal que estamos vivendo e agradecendo é o término desta dissertação.

O reconhecimento que faremos é mais que uma simples recordação ou expressão de um dever moral; é, acima de tudo, um modo de dizer que este trabalho só se tornou possível graças à confluência direta e indireta de muitos fatores. Como não é possível dar a justa distinção a todos os momentos, pessoas e instituições que participaram da construção desta história, serão mencionadas as que estiveram mais diretamente envolvidas. Agradeço:

Aos meus familiares, em especial meu pai Ortêmio e minha mãe Lourdes, por me haverem ensinado - na sua simplicidade - alguns valores, hábitos e um modo especial de ver o mundo. Acima de tudo, reconheço a importância do espírito de liberdade que sempre existiu entre nós e a crença de que nossas ações cotidianas são fundamentais para construir aquilo que desejamos. Aprendi que lutar é preciso e que, quando tudo parece trevas, o sol estende sua luz.

À Maria Teresa, pela sua inesgotável capacidade de amar. Sua maneira compreensiva e afetuosa faz-me ver o quanto é preciso amar as pequenas coisas e, principalmente, torna minha vida mais feliz.

À Ilse, minha querida orientadora e amiga, por ter um modo especial de orientar. Sua calma, serenidade e confiança formaram a dose ideal para equilibrar meu modo inquieto e ansioso. A ela, minha gratidão.

Ao Selvino, co-orientador e amigo de sempre.

Aos colegas Jorge, José Álvaro, Paulino, Célio, Celso, Walmor, Cesar, Derci, Cláudia, Christian que gentilmente se dispuseram a passar as informações que buscava. As atividades de seu cotidiano constituíram a razão e o objeto de minha investigação. Sem os esforços deles e de todos os que se dedicam à construção de uma sociedade mais democrática, o meu mundo e o mundo de tantas outras pessoas seria mais desencantado.

Aos colegas de mestrado, em especial a turma de 93, aos professores do curso e a Albertina e Fátima, por terem sido o ingrediente intelectual e afetivo deste processo.

À Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba - por me haver dado o apoio institucional e à ACAFE - PICD - CAPES por me haverem assegurado bolsa de estudo durante o período de mestrado. Sem esse auxílio tudo teria sido mais difícil.

RESUMO

A constatação de que cada cidadão ou grupo social vive a realidade política de uma forma específica e que, portanto, a palavra democracia é utilizada para comunicar diferentes sentidos, interesses, desejos, esperanças, imagens, despertou-nos o interesse por uma investigação que tivesse como desafio central o levantamento da pluralidade de aspectos que interagem quando os indivíduos falam de democracia. Se o termo democracia é comumente empregado num sentido objetivo e subjetivo, se envolve elementos descritivos e prescritivos, a tarefa central desta dissertação é perceber - e analisar - empiricamente como os atores pesquisados usam essa pluralidade para desenvolver a "análise de seu tempo".

O objetivo básico é verificar como um segmento social específico convive com a democracia, que sentido(s) esse mesmo grupo dá ao termo democracia e, principalmente, como tais(s) sentido(s) são utilizados para analisar a realidade cotidiana (política, sócio-econômica, cultural) e idealizar a sua transformação. Para tanto, selecionamos 07 ONGs, 02 associações de moradores e 1 fórum. Os dados foram coletados por meio do questionário e de entrevistas.

A análise dos dados nos permitiu considerar alguns aspectos:

A variedade de elementos que se ligam ao ideário democrático é tão expressiva que qualquer definição de democracia - por mais sofisticada que seja - é incapaz de exprimir esta pluralidade. O termo é empregado para sintetizar um

conjunto de instituições, leis e procedimentos formais etc, assim como, para expressar uma gama variada de valores políticos e morais, projetos, utopias, esperanças, desejos etc.

Não é possível dizer que há um conceito de democracia mais ou menos claro. Há, na verdade, uma pluralidade de sentidos que se relacionam e se fundem para formar um projeto social imaginário. No todo, prevalece um sentido laudatório, ou seja, do confronto entre "ser" (análise da realidade) e "dever ser" (deontologia) prevalece uma visão menos realista e empírica da democracia e mais a perspectiva idealista e normativa.

Os ideais exercem um papel fundamental. O "dever ser" é a lente, a partir da qual a realidade é analisada. Os partidos, o Estado e a sociedade, como um todo, são avaliados a partir de um conjunto de valores políticos e morais, ou também, o que podemos chamar de núcleo deontológico. Os recursos normativos funcionam como classificadores da realidade. Ser e dever ser, realidade e imaginação, objetivo e subjetivo formam uma totalidade, às vezes contraditória entre si, mas, quase sempre, integrada, costurada. O sentido conferido à democracia é o resultado da embricação dos sentidos descritivos e prescritivos. Nele confluem valores, imagens, desejos, alguns advindos do próprio contexto histórico em que os indivíduos estão inseridos, mas, a grande maioria resgatados de outras épocas, religiões, experiências... Transportados, desembocam e tomam um sentido próprio, específico e contextual. Os grandes ideais vividos pela humanidade em épocas diferentes são resgatados para analisar e idealizar o presente. O passado é revivido e, ao mesmo tempo, alimenta o futuro.

A democracia é mais que um sistema de governo; é um projeto de sociedade. A ela se ligam elementos de ordem estritamente política, assim como aspectos que dizem respeito à "natureza" humana, como o comportamento individual, social e político, os padrões morais, a cultura, a economia ... Como se tem uma concepção

maximalista de democracia, ela é desafiada a resolver problemas que a humanidade vem colocando-se há muitos séculos. Daí que a democracia é uma grande construção cognitiva e normativa de que os indivíduos dispõem para lidar com o mundo.

Sinteticamente, a democracia é concebida a partir de três níveis: a democracia política, a democracia sócio-econômica e a democracia sócio-cultural. A cada uma dessas esferas cabem tarefas específicas, mas entre elas não existem dicotomias ou seja, elas formam um todo interdependente. Cabe à democracia organizar politicamente a sociedade de forma a possibilitar que os valores políticos e morais se realizem no interior das próprias relações políticas, econômicas e sócio-culturais.

ABSTRACT

Figuring out that each citizen or social group live the political reality in a specific way and therefore the word democracy is used to show different feelings interests, wishes, hopes, images, made us arouse an interest for an investigation which had, as the main goal, how the plurality of aspects influences when a person talks about democracy.

If the term democracy is commonly used in an objective and subjective sense, if it involves prescriptive and descriptive elements, the central task of this work is to realize - and analyze - empirically how the searched authors use this plurality to develop the "analysis of their time".

The basic goal is to verify how a specific social segment live with the democracy, how this group defines democracy, and specially, how such definitions are used to analyze the day-by-day reality (political, social-economic, cultural) and idealize its transformation. So, we selected 07 NGOs, 02 neighborhood associations and 01 forum. The data where collected by questionnaire and interviews.

The data analysis permitted us to consider some aspects:

The variety of elements which are linked to the democratic concept is so eloquent that any democracy definition, even the most sophisticated, wouldn't be able to describe such plurality. The term is used to synthesize an assembly of institutions, laws and formal procedures etc.

It is not possible to say that the a democracy concept is clear. In truth, there is a plurality of senses that correlated to build an imaginary social project.

The ideals play a fundamental role. The "must be" are the lenses from where reality is analyzed. The political parties, the state and society, as a whole, are evaluated from a group of moral and political values, or also, what we can call deontologic nucleus. The normative resources work as reality classifiers. "To be" and "must be", reality and imagination, objective and subjective build a totality, sometimes contradictory, among themselves, but almost always integrated.

The definition given to democracy is the result of a combination of descriptive and prescriptive senses. In this definition we have values, images, wishes, some of them came from the historical context in which the individual is also part but great majority saved from other times, religions, experiences...

The great ideals lived by mankind in different times are saved to analyze and idealize the current time. The past is relived and, at the same time, feeds the future.

Democracy is more than a government system, is a society project. Strictly political elements are connected to it, even aspects that are related to "human nature" such as individual, social and political behavior, the moral patterns, culture, economy... As we have a maximum concept of democracy, it is challenged to solve problems that mankind has been facing since centuries ago. That's why democracy is a huge cognitive and normative construction the individuals have to deal with the world.

Synthetically, democracy is made by three levels: political democracy, social-economic democracy and social-cultural democracy. To each one of these levels there are specific tasks, but among them there are no dichotomies, which means that they are parts of an independent whole. It is democracy role to politically

organize society in such a way to make possible that the political and moral values realize inside the political, economic and social-cultural relationship.

ÍNDICE

	Página
RESUMO	VI
ABSTRACT	IX
INTRODUÇÃO	01
 I CAPÍTULO - UM RECORTE TEÓRICO - METODOLÓGICO	 07
1.1- Problemática.....	08
1.2- Justificativa teórica e delimitação empírica.....	17
1.3- Operacionalização.....	26
 II CAPÍTULO - DEMOCRACIA E SOCIEDADE CIVIL:	
CLARIFICAÇÃO CONCEITUAL E PONTOS DE INFLEXÃO.....	29
2.1- Democracia: Proposição do tema.....	29
2.1.1 - A Experiência Grega.....	32
2.1.2- Definição: Sentido Descritivo e Prescritivo da Democracia.....	37
2.1.3- Democracia Participativa.....	44

2.1.4- Democracia Elitista - Procedimental.....	51
2.2- Sociedade Civil.....	55
2.2.1-A Concepção Hegeliana.....	57
2.2.2- A Interpretação Marxista: Marx e Gramsci.....	61
2.2.3- Uma Opção Teórica: Cohen e Arato.....	65
2.3- Movimentos da Sociedade Civil e Democracia.....	74

III CAPÍTULO - O IMAGINÁRIO SOCIAL:

A DIMENSÃO COGNITIVA E SIMBÓLICO-NORMATIVA DA

DEMOCRACIA.....	80
3.1- Adesão Normativa à Democracia.....	82
3.2- Análise da "Democracia" Brasileira: Limites e Desafios.....	88
3.3- Em Busca de uma definição de Democracia.....	110
3.3.1- A Liberdade e a Igualdade: O Movimento dos Pilares.....	120
3.4- A Sociedade Civil como Espaço Ético-Político: As Bases para uma Normatividade Política.....	133

CONCLUSÃO.....	139
-----------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	150
--------------------------	------------

ANEXOS.....	162
--------------------	------------

"O que torna tão poderosa a máquina biológica do homem é o fato dela modificar as suas ações por meio da imaginação. Torna-o capaz de simbolizar, de se projetar nas consequências dos sensatos, de conceitualizar os seus problemas e de os avaliar uns em relação aos outros, como um sistema de valores. Como homens somos únicos. Somos solitários sociais. Somos criaturas que tem de criar valores para estabelecer a sua conduta de modo a poderem aprender com ela e a estarem aptas a dirigi-la para o futuro" (BRONOWSKI).

INTRODUÇÃO

O homem levanta questões a partir de uma situação histórica em que está inserido e pergunta, precisamente, porque aí está em jogo seu próprio ser. Por isso é fundamental tentar dar-se conta dessa situação que constitui o horizonte de seu perguntar. Trata-se, portanto, de uma tentativa de "análise do tempo", sobretudo de uma tomada de consciência das grandes transformações que, como tendências, caracterizam a situação sócio-histórica que hoje constitui nossa realidade.

Indagamos sobre muitas coisas. Para algumas perguntas conseguimos respostas, para outras, não; para alguns questionamentos procuramos saídas mais ou menos objetivas e seguras, para outros, todo o esforço resulta na constatação de que as respostas dependem da ação, do envolvimento e da práxis. Diante do eclipse solar buscamos as causas naturais que o provocam; ante a democracia queremos conhecê-la minimamente para saber agir corretamente.

Diante das perguntas: o que é a democracia ou o que é ser democrático? é natural que tenhamos dificuldades em responder e isso porque o tipo de resposta solicitada envolve elementos mais ou menos objetivos, como o Estado, os partidos, as regras de procedimento asseguradas pela Constituição, e aspectos subjetivos, como concepções políticas, interesses individuais e coletivos, opiniões, estratégias etc. Por mais esforço que façamos para precisá-las estas questões continuarão abertas a discordâncias e, principalmente, à imprevisibilidade e à

incerteza. Temos dificuldades em precisar o que é democracia e nos sentimos impossibilitados em afirmar qual será a performance ou o futuro deste regime daqui a dez anos.

Desde Aristóteles sabemos que a política é uma ciência prática. E por sê-la, nos sentimos desautorizados a buscar as leis universais que a regem. Aos pesquisadores e aos cidadãos comuns cabe basicamente a mesma tarefa: saber como funciona a política - particularmente em sua forma democrática - para saber agir dentro dela. No dia-a-dia, o número de pessoas que assumem de forma efetiva essa tarefa é relativamente baixo, mas, mesmo assim, continua valendo a máxima de que o bom funcionamento de um sistema político democrático depende da participação de todos os cidadãos.

A democracia é o tema e o problema desta pesquisa. E ela tomou esta configuração devido a dois fatores básicos. O primeiro é a sua relevância enquanto proposta política e objeto de análise científica. Desde Atenas até hoje a democracia sempre esteve presente na arena política. Mesmo nos períodos em que prevaleceram os impérios, os regimes absolutistas e ditatoriais, não faltaram grupos políticos ou apenas indivíduos, intelectuais que lutassem ou defendessem a democracia como a melhor forma de governo ou, pelo menos, como a menos pior. Embora as experiências democráticas tenham sido relativamente poucas nestes quase XXV séculos de existência, o ideário democrático manteve-se vivo, atraindo tanto oponentes quanto defensores.

O final do século XX apresenta uma realidade política bem específica. A quase totalidade dos países ocidentais adotaram a democracia como forma de governo e como forma de organizar a sociedade. Valores como liberdade de expressão e organização, direitos de ir e vir, de escolher livremente os governantes, de ter opiniões e de não ser perseguido por causa delas, levaram milhares de pessoas às ruas nas últimas décadas. A defesa da democracia se tornou um movimento

transnacional. A democracia assumiu uma legitimidade jamais obtida antes. A democracia tornou-se um "valor universal".

Neste contexto está a sociedade brasileira. Depois de ter convivido com um regime ditatorial por mais de duas décadas, um amplo movimento reacende o desejo e unifica forças no sentido de recuperar o Estado democrático e assegurar aos cidadãos os direitos próprios de uma democracia. Avanços houve, mas entre o ideal democrático e a realidade há uma lacuna que só pode ser preenchida com atitudes políticas comprometidas com o projeto democrático.

Fazer do Brasil uma sociedade democrática ou torná-lo uma democracia plena é o objetivo de uma parte expressiva da população e fonte motivadora para as atividades de políticos, intelectuais, movimentos sociais, ONGs e tantos outros segmentos. Mas, o que significa propriamente uma democracia plena? O que uma sociedade precisa para poder ser chamada de democrática? Estas são perguntas que a maioria não se faz, e quando as faz, raramente encontra respostas. Apesar disso, todos falam em democracia.

A crença na democracia tem um grau razoável de legitimidade, mas, mesmo assim, é preciso reconhecer que os cidadãos vivem a idéia de democracia à sua maneira. Há os que fazem dela uma razão de sua existência, outros convivem com ela e a utilizam para fazer valer seus interesses particulares; e, ainda, há os que se mantêm apáticos... Aqui reside o segundo fator.

A constatação de que cada cidadão ou grupo social vive a realidade política de uma forma específica e que, portanto, a palavra democracia é utilizada para comunicar diferentes sentidos, interesses, desejos, esperanças, imagens, despertou-nos o interesse por uma investigação que tivesse como desafio central o levantamento da pluralidade de aspectos que interagem quando os indivíduos falam de democracia. Se o termo democracia é comumente empregado num sentido objetivo e subjetivo, se envolve elementos descritivos e prescritivos, a tarefa central

que se delineou para esta dissertação é perceber - e analisar - empiricamente como os atores pesquisados usam essa pluralidade para desenvolver a "análise de seu tempo".

Em outros termos, nossa pretensão é verificar como um segmento social específico - algumas organizações da sociedade civil - convive com a democracia, que sentido(s) este mesmo grupo dá ao termo democracia e, principalmente, como este(s) sentido(s) são utilizados para analisar a realidade cotidiana (política, sócio-econômica, cultural etc) e idealizar a sua transformação.

A escolha de algumas organizações da sociedade civil como o objeto empírico desta pesquisa não foi aleatória. As razões que nos serviram como critério de seleção estão ligadas a pelo menos dois pressupostos básicos: o primeiro é o fato de a sociedade civil ter assumido - na sua relação com o Estado - uma função política determinante nos processos de dissolução do socialismo real e na redemocratização dos países do Leste e latino-americanos, particularmente o Brasil. O segundo é a percepção de que a sociedade civil articula forças em torno de um projeto democrático significativamente distinto daquele do Estado, do mercado e do próprio cidadão desorganizado.

Essa distinção será mais detalhada nos capítulos seguintes. Por enquanto convém apenas dizer que o modo como tais organizações lidam com a realidade política - no sentido amplo - cria atores políticos dispostos a pensar a sociedade em que vivem e agir no seu interior.

Como se pode observar, esta introdução é bastante parcial e, por isso, não cumpre as funções que costumeiramente conferimos a uma introdução. De fato, ela não apresenta claramente o problema, a justificativa, os objetivos, as hipóteses e nem a descrição dos recursos metodológicos empregados para o desenvolvimento do trabalho. Isso se deve a uma opção puramente didática ou talvez metodológica.

No primeiro capítulo, intitulado "Um recorte teórico-metodológico", apresentamos detalhadamente o esqueleto metodológico da pesquisa. As etapas básicas de um trabalho científico são explicitadas de forma a evidenciar o caminho percorrido, desde o processo de formulação do problema até o detalhamento dos procedimentos técnicos.

O capítulo intermediário, cujo título é "Democracia e sociedade civil: clarificação conceitual e pontos de inflexão" , constitui o núcleo teórico propriamente dito. A prioridade básica é, além de clarificar os termos, mostrar a relação empírica e normativa entre democracia e sociedade civil. Por meio de uma discussão teórica será enfatizado o argumento de que ambos os conceitos precisam ser pensados conjunta e dialeticamente. A democracia é causa e efeito de uma sociedade civil organizada. A primeira fica limitada sem a existência da segunda e vice-versa.

A última etapa podemos chamar de exercício analítico. Sob o título "O imaginário social: a dimensão cognitiva e simbólico-normativa da democracia", este capítulo analisa criticamente os dados empíricos colhidos a partir da aplicação do questionário e o desenvolvimento das entrevistas. As informações são organizadas, analisadas e dispostas no texto com o objetivo de expressar o modo como os informantes se posicionam e atuam diante da realidade que os envolve.

"Todo objeto propriamente científico é conscientemente e metodicamente construído para saber construir o objeto e para saber o objeto que se constrói" (Bourdieu).

I - UM RECORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

O objetivo principal deste capítulo é apresentar o conjunto das indagações que foram construindo a problemática e o interesse apaixonado por esta pesquisa. Além disso, explicitar o recorte teórico e empírico que serviu de orientação metodológica para a estruturação do trabalho.

1.1 Problemática

Durante os anos 60 o tema central do debate político na América do Sul foi a revolução Lechner (1990a), Castañeda (1994). O contexto sócio-econômico da região, marcado, de um lado, pela estagnação econômica e, por outro, pela crescente mobilização popular, era interpretado como ambiente propício para o desencadeamento do processo revolucionário. As mudanças rápidas e radicais promovidas pela Revolução Cubana alimentavam a utopia de um modelo alternativo ao sistema capitalista, considerado inviável.

A construção do socialismo era o "leitmotiv" que integrava as vontades e as esperanças de uma parte significativa da esquerda e da intelectualidade latino-americana. Quase como uma força transcendental, a utopia de uma sociedade

igualitária unificava a ação política com uma espécie de "vontade coletiva". O socialismo constitui-se como uma força histórica criadora de um liame vital que unia vontades e consciências. As diferenças individuais dos atores se diluíam quando a finalidade primeira era superar o capitalismo.

A década de 70 pôs limites às utopias revolucionárias. Os golpes militares no Brasil (1964), Peru (1968), Chile (1973) e Argentina (1976) impuseram uma ordem política marcada pelo medo, negação dos direitos do homem e do cidadão e o completo banimento dos germes da democracia. Como diz Lechner (1990a:20), o objetivo do golpe foi "imponer una nueva normatividad y normalidad mediante procedimientos propios a una 'logica de la guerra': la aniquilación del adversário y la abolición de las diferencias".

A partir do início da década de 80 o debate sobre a democracia se tornou um "lugar comum". O fim dos regimes militares na América Latina, a crise do Welfare State e do socialismo real foram responsáveis, em grande medida, pela retomada das discussões. No caso específico do Brasil, em nenhuma outra época as palavras de Tocqueville - "o grande problema político de nossa época é a consolidação da democracia" - foram tão carregadas de significado. Construir uma sociedade democrática passou a exprimir ou sintetizar as esperanças e os valores de uma nação que ansiava por mudanças profundas em suas estruturas.

A palavra democracia se tornou rapidamente um depositário de utopias. O Comício pelas Diretas em 1984 foi uma expressão pública da atmosfera política que a nação brasileira vivia naquele momento. O direito ao voto secreto e livre para todos os cargos representativos, a liberdade de imprensa e expressão, a garantia dos direitos civis e políticos eram as reivindicações elementares. Mas as aspirações iam além da mera legalidade democrática. A democracia política devia

criar as condições para uma melhor distribuição dos bens materiais e simbólicos na sociedade.

No nível do imaginário social, à democracia caberia a tarefa de realizar aquilo que tanto provocou o pensamento político desde Aristóteles: aproximar a ética da política. Na subjetividade política da grande maioria da população foi formando-se uma imagem salvífica da democracia. Somente ela seria capaz de provocar uma ruptura histórica com o passado autoritário e realizar uma transformação social. O "novo" suprimiria o velho. As realidades autoritárias, a inflação, o desemprego, a miséria deixariam de ser do presente para pertencerem a um passado distante.

Mas a realidade não tardou a revelar-se. Um certo desencanto com o Estado, as instituições e os partidos logo se fizeram sentir (Lechner, 1990a:167) e (Moisés, 1994:82). De uma certa forma, mesmo a população menos informada foi percebendo que uma democracia não se constrói de uma hora para outra, mas é um processo longo, difícil, e, por vezes, bastante penoso. O'Donnell (1988:43) é bastante perspicaz ao observar que a abertura democrática e a consolidação da democracia integram um mesmo processo, mas são momentos distintos e demandam esforços diferentes :

"Embora se trate do mesmo decurso histórico, considero útil postular que os processos de democratização vividos pelos nossos países implicam duas transições. A primeira é a que vai do regime autoritário anterior até a instalação de um governo democrático. A segunda vai desde este governo até a consolidação da democracia, ou em outras palavras, até a efetiva vigência de um regime democrático".

A consolidação de um regime político como a democracia requer não apenas a garantia das liberdades e um conjunto de leis; exige um funcionamento

regular das instituições como o Estado e os partidos e uma aceitabilidade razoável por parte da população, de forma a gerar um comportamento político pautado por critérios e valores democráticos ¹.

Uma rápida análise da democracia brasileira é suficiente para identificar alguns de seus limites. Há um consenso quase generalizado entre os analistas políticos (Moisés, 1994), (Weffort 1992), (O'Donnell 1988), (Lechner 1990a) de que a crise de governabilidade (a descrença no Congresso, a crise do Estado), a falta de partidos institucionalizados e, principalmente, a enorme desigualdade social e econômica que dilacera o tecido social, são alguns aspectos que limitam a eficácia do sistema democrático e, conseqüentemente, reduzem sua legitimidade perante a sociedade. Enquanto os resultados da democracia forem ínfimos ou clientelísticos, a tendência da sociedade é de se fragmentar em pequenos grupos que lutam uns contra os outros a fim de maximizar seus interesses específicos. A sociedade se reduz a um "estado de guerra" constante, em que os indivíduos dispõem dos mais variados recursos para a obtenção de poder, dinheiro...

Cada um dos "limites" acima mencionados é portador de uma complexidade suficiente para ser investigado à parte. Como nosso objetivo é apenas delinear o conjunto dos problemas que motivaram esta pesquisa, procuraremos, a partir daqui, centralizar nossa atenção em praticamente dois aspectos.

O primeiro deles é um registro de nossa atitude de "espanto" diante da capacidade da "democracia brasileira" ² de conviver - com uma relativa facilidade -

¹- MOISÉS, J. A. (1992: 7) e (1994: 82) enfatiza que "a criação de instituições destinadas a processar a complexa pluralidade de objetivos presentes na sociedade depende de um demorado e, por vezes, contraditório trabalho de elaboração coletiva: a adoção dos procedimentos que asseguram esses mecanismos supõe difíceis processos de negociação entre contendores que tem interesse, concepções e, principalmente, expectativas distintas sobre a ordem democrática".

²- Toda vez que aparecer no texto a expressão "democracia brasileira" entre aspas, estamos nos referindo às condições institucionais mínimas de funcionamento de uma democracia, como por exemplo: a) direito de participação de todos os membros adultos (maiores de 16 anos) na comunidade política no processo de formação de governos em todos os seus níveis; b) prevalência da vontade da

com as desigualdades sociais e econômicas. O ordenamento político demonstra-se incapaz de implementar reformas ou medidas capazes de promover uma melhor distribuição dos bens na sociedade ou, em outros termos, a política não consegue "fecundar" a sociedade como um todo, em especial a economia, com valores propriamente democráticos.

Esta insuficiência do sistema político demonstra, no fundo, a existência de uma desarticulação entre as formas institucionais e o conteúdo político, entre pacto e projeto. Aliás, é precisamente neste ponto que Jaguaribe (1991:75) identifica o grande problema da democracia:

"O grande problema político com que presentemente se defrontam os países periféricos é o de combinar legitimidade democrática, mediante a efetiva operação de democracias representativas e de Estados de direito, com a racionalidade da atuação do sistema público".

O distanciamento entre legalidade democrática e racionalidade ética é uma evidência clara de que não há consenso sobre o conteúdo político da democracia. Não pretendemos dizer com isso que é possível e necessário um acordo absoluto sobre os conteúdos de um projeto democrático. Queremos apenas afirmar que um regime democrático requer, além de um acordo sobre "as regras do jogo" (ou um conjunto de procedimentos formais), um fundamento normativo por meio do qual elas adquirem sentido. Sobre este aspecto, Lechner (1990a:33) é incisivo:

"La validez de un 'contrato' remite a una normatividad externa a el (...) no existiendo un acuerdo común sobre la

maioria, verificada através de mecanismos de eleições periódicas e previsíveis; c) liberdade de organização e expressão; d) princípio de separação entre os poderes, garantindo que a ação dos governantes em suas distintas esferas e níveis de competência submetam-se a mecanismos públicos de controle. Enfim a existência de um Estado de direito. Com esta expressão não estamos afirmando a existência de uma democracia substantiva, apenas formal.

significación de una política democrática, no existe un horizonte de posibilidades que - compartido por todos - encauce el cálculo estratégico de cada participante. Hay que redefinir lo posible, no como perspectiva unilateral de cada actor, sino como obra colectiva".

A democracia requer a participação coletiva; ela é uma produção social que não pode ser obra unilateral de um autor, mas deve ser empreendida coletivamente. Daí que propor a democracia como projeto histórico é ter presente não apenas a necessidade dos cidadãos pactuarem sobre as "regras do jogo", mas que haja também um consenso mínimo quanto ao próprio conteúdo desse projeto ³.

É precisamente nesta última "condição da democracia" que reside a problemática de maior dimensão: o tema da cultura política, em particular a questão da normatividade ⁴. As perguntas que se seguem, embora genéricas, dão uma idéia da amplitude do problema : a) É possível um consenso sobre o conteúdo democrático? b) Como é possível, ante a pluralidade empírica das razões e a multiplicidade irreduzível de identidades e padrões axiológicos, recolocar a questão

³- Atento à importância da cultura política como pré-requisito para a consolidação de uma democracia, MOISÉS, J. A. (1992: 7) não hesita em dizer que "a formação de consenso normativo mínimo, que permite que a democracia se desenvolva e não se interrompa cada vez que um conflito fundamental emerge, torna-se tão importante quanto a formação de um sistema partidário eficiente ou a institucionalização de mecanismos adequados de representação política"

⁴- Há diversos autores preocupados com esta questão, entre eles APEL, K. O. (1985), HABERMAS, J. (1990c), MAFFESOLI, M. (1995), ECO, U. (1995) etc. Um dos autores que mais sistematicamente pensou este problema foi GERMANI, D. (1985) . Em um artigo intitulado: *Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna* argumenta que entre o processo de secularização das sociedades modernas e o projeto democrático há uma "tensão estrutural", resultado do próprio processo de secularização. O indivíduo secularizado elege para si mesmo os valores de sua ação, independentemente de um modelo prescritivo comum. Com a progressiva secularização, os fins e os valores centrais acabam sendo vistos como artefatos humanos modificáveis, suscetíveis de trocas e mais precisamente de trocas deliberadas e planejadas. As mudanças no marco normativo se revertem, segundo ele, como um grande limite à democracia, pois ela necessita de uma base normativa comum para se realizar. A hipótese central que GERMANI, D. (1985: 32) propõe neste artigo é que a "tension estructural implícita en la sociedad moderna, entre la creciente secularización por un lado, y la necesidad de mantener un núcleo prescritivo mínimo, suficiente para la integración por el otro, constituye un factor causal de crisis catastróficas que al eliminar los insuficientes mecanismos de control de los conflictos llevan a soluciones destrutivas de la democracia".

da justiça, da legitimidade do poder, da ética e da utopia social? c) Como construir uma normatividade comum, básica à democracia, numa sociedade tomada pelo individualismo, hipersecularizada e onde a esfera pública é manipulada pela mídia? d) Como construir uma cultura política democrática no contexto de uma cultura pós-moderna (Lechner, 1990a:105)? Ou, numa perspectiva ainda mais ampla: e) Como reinventar a vida social e em particular a vida política, cuja decomposição atual é o produto dessa dissociação dos instrumentos e dos sentidos, dos meios e dos fins? (Touraine, 1994:13) f) Podem as sociedades constituírem-se a partir de si mesmas, criando sua normatividade própria (Habermas, 1990c:76)?

Este trabalho não tem condições de responder ou investigar todas estas questões, devido ao seu grau de abrangência e complexidade. Por isso, optamos por algumas perguntas mais modestas que servem de síntese da problemática e também dão uma orientação básica para a análise dos dados. Ei-las: que elementos analíticos (análise da democracia brasileira pós-84 e da sociedade como um todo) e simbólico-normativos (definição de democracia, valores políticos e culturais, que imagens evoca, utopias, apostas...) estão presentes e se inter-relacionam quando os atores da sociedade civil selecionados falam de democracia? Que sentido político e social tem esta palavra? Enfim, qual imaginário social o termo democracia evoca?

Deste conjunto de questões, colocam-se os seguintes objetivos:

Geral:

Desenvolver uma análise de discurso com o intuito de captar o imaginário social da democracia presente no interior da sociedade civil, tomando como base, algumas entidades civis.

Específicos:

a) Colher o conjunto de significados ou representações imaginárias (imagens, utopias, valores) que estes grupos têm da noção de democracia;

b) perceber como estes recursos simbólico-normativos se inter-relacionam com a análise da democracia brasileira;

c) ver como este entendimento de democracia traz consigo o esboço de um "dever ser" para a atuação do sistema político (a democracia formal) e a sociedade como um todo.

As hipóteses que norteiam este estudo poderiam ser sintetizadas da seguinte forma: o conjunto dos elementos que se colocam em torno do imaginário democrático expressa o desejo por uma comunidade reconstruída, ou melhor, construída em novas bases. As críticas à democracia representativa e às instituições (o Estado e os partidos) que se ocupam de operacionalizá-la, assim como, as consequências nefastas advindas do livre-mercado, são partes de uma análise bem mais ampla da sociedade e do contexto histórico atual. De um lado, a sociedade civil dirige uma crítica ao Estado e ao mercado, acusando-os de submeterem toda a sociedade à racionalidade instrumental e, do outro, chama para si parte da responsabilidade pela construção de relações solidárias, democráticas. A revalorização da sociedade civil reflete um certo desencanto em relação ao tipo de integração social que as estruturas formais produziram. Implicitamente está a tese de que o aprofundamento da democracia passa pela construção de instituições civis comprometidas com um projeto social fundado na solidariedade. O resgate dos temas éticos é uma tentativa de construir uma base normativa mínima para a democracia, condição básica para que os mecanismos institucionais realizem os direitos do homem e promovam uma elevação moral de toda a sociedade. Para a "crise de utopias" que envolve este final de século, esses atores da sociedade civil respondem de forma mais concreta que utópica. Propõe a prática democrática como um compromisso que cada cidadão deve assumir. A sociedade futura depende das

práticas concretas de cada um. A evocação da ética é um modo de responsabilizar as pessoas pela sua história.

O segundo aspecto - embora ligado diretamente ao primeiro - reflete uma preocupação com a linguagem, ou mais precisamente, com a palavra democracia. Como diz Bakhtin (1986:36): "a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social". As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios e servem de trama para as relações sociais em todos os domínios. As palavras não são a realidade: elas a representam não só o que já é, mas também o que se quer que seja.

Qualquer olhada mais atenta nos permite perceber que o termo democracia é portador de uma grande polissemia. Ele é utilizado não apenas para expressar um modo como a sociedade se organiza politicamente para lidar com os diferentes conflitos (uma concepção mais objetiva da democracia) , como também para exprimir os mais diversos projetos, utopias, esperanças, medos e interesses (a democracia pensada sob a ótica da subjetividade). Dar-se conta dessa heterogeneidade de sentidos é uma condição básica para que o cientista e o filósofo social mantenha sua postura de desconfiança e indagando sobre o que se diz e o que se faz. Se o discurso hegemônico é afirmar a democracia como um valor fundamental, é preciso que se verifique de que democracia se está falando, quais os seus pressupostos e como ela se materializa nas práticas sociais. A preocupação com o discurso, com a palavra é o nó górdio desta dissertação.

Estes dois conjuntos de questões-problema se entrecruzam ao longo da pesquisa. O relacionamento se dará a partir de três conceitos básicos, que são, na verdade, os alicerces de nosso trabalho : a democracia (do ponto de vista da teoria política e da análise no contexto brasileiro), a sociedade civil e o imaginário social. No item a seguir explicitamos o motivo da opção por esses conceitos e de que maneira eles se relacionam com o objeto em investigação.

1.2 Justificativa Teórica e Delimitação Empírica

Parece-nos desnecessário apresentar as razões que justificam a escolha da democracia como uma das temáticas centrais deste estudo, haja vista a sua relevância política e teórica ao longo de séculos e, particularmente, nas últimas décadas. Para o momento é mais interessante justificar nosso recorte específico - o estudo do imaginário social - dentro de uma série de outros possíveis enfoques ou abordagens. De fato, poderíamos ter optado pelo estudo da teoria democrática em diferentes pensadores, dos partidos políticos, do processo de abertura no Brasil, do modelo de democracia vigente, da crise do Estado, ou de qualquer outro tema que, de alguma forma, estivesse próximo a discussão sobre a democracia.

Optamos por este recorte na tentativa de buscar uma visualização da problemática que não estivesse presa exclusivamente à teoria ou filosofia política, nem à análise das instituições que compõem o sistema democrático (ciência política). Interessa-nos tratar a questão sob uma ótica raramente explorada, que é justamente a do conjunto de críticas, valores, projetos, apostas, utopias... (o imaginário democrático) de atores que participam ativamente do processo político, constituindo aquilo que chamaremos mais adiante de atores relevantes da sociedade civil. Em torno do termo democracia analisaremos o imaginário social, que no fundo é a compreensão do modo como esses atores constroem a realidade social e política.

Neste capítulo não faremos um tratamento mais sistemático dos termos democracia e sociedade civil, porque o próximo capítulo vai ocupar-se precisamente com a clarificação desses conceitos e evidenciar os pontos que os tornam

interdependentes. Com relação à democracia, não apresentaremos nenhuma definição específica, salvo as críticas à concepção elitista e uma preferência explícita pelo modelo participativo.

A opção por não apresentar uma definição literal, seja de Bobbio, Laclau, Lefort, Touraine, Habermas, seja de qualquer outro pensador, se deve ao fato de a acharmos irrelevante, isto é, qualquer definição apresentada não teria uma função analítica fundamental. Nossa pesquisa está preocupada, entre outras coisas, em descobrir qual o entendimento de democracia de um grupo específico da sociedade e não comparar definições de vários autores, ou de um autor específico, com a conceituação sugerida pelos informantes.

Com o conceito de imaginário social é um pouco diferente. Realizaremos uma análise teórica mais detalhada neste capítulo, justamente porque, ao longo dos próximos, não voltaremos a tratá-lo sob um ponto de vista conceitual.

O imaginário social é o segundo conceito importante de nossa pesquisa. Embora pareça uma problemática recente, o tema tem suas origens ainda no pensamento grego, particularmente no diálogo *Menon*, de Platão. No campo da filosofia, diversos pensadores fizeram dele tema para inúmeras discussões, entre os quais se encontram Hegel (espírito da época), Marx (a consciência), Gramsci e Lukács (visão de mundo) Bachelard (as imagens poéticas), Castoriadis (magma de significações) etc. Nas ciências sociais a temática emergiu primeiramente em Durkheim (representação coletiva), em seguida Weber (idéias, concepções), Schultz (senso comum), Levi-Strauss e Durand (estruturas antropológicas do imaginário) e Maffesoli (espírito do tempo). Na Psicologia Social o assunto foi proposto

originalmente em 1961, na obra seminal de Serge Moscovici, sob o signo de "representação social" ⁵.

O número de pensadores que se ocuparam com o problema pode passar a impressão de que as ciências humanas modernas dispensaram ao imaginário um status epistemológico relevante. A realidade não é bem essa. Na grande maioria dos autores o tema aparece como um campo de relativa importância; em outros, quase nenhuma. Tanto Durand (1989:17) quanto Castoriadis (1991:188) observam que o mundo moderno impeliu ao extremo a racionalização e, por isso, permitiu-se desprezar as crenças, os costumes, os mitos etc. ⁶

Os estudos sobre o imaginário social estão entre as temáticas que discutem a subjetividade política e social, a história das mentalidades, a vida cotidiana e, particularmente, o senso comum. Num plano mais amplo, estes objetos foram considerados pela ciência moderna, ao longo de vários séculos, como "irracionalidades", "excrecências", coisas do mundo subjetivo, das crenças, paixões e religião ⁷.

A modernidade inaugura a racionalidade humana como os paradigmas centrais em torno dos quais a moral, a ciência, a arte e a filosofia deviam encontrar suas bases epistemológicas (a ciência e a filosofia) e valorativas (arte, direito, moral) para o seu desenvolvimento. A "razão subjetiva" (Horkheimer 1976) - entendida

⁵- Há alguns trabalhos que fazem a reconstrução desta temática. Ver principalmente DURAND, G. (1988) e (1989); CASTORIADIS, C.(1991) e (1987); MAFFESOLI, M.(1993); JOVCHELOVITCH, S. & GUARESCHI, P. (Orgs). (1994); MOSCOVICI, S.(1978); SPINK, M. J. (Org.) (1993).

⁶- CASTORIADIS, C. (1991: 188) não só argumenta o esquecimento dos elementos imaginários pela modernidade como afirma, inclusive, que a pseudo-racionalidade moderna é uma das formas históricas do imaginário: "O que se dá como racionalidade da sociedade moderna, é simplesmente a forma, as conexões exteriores necessárias, o domínio perpétuo do silogismo... A pseudo-racionalidade moderna é uma das formas históricas do imaginário; ela é arbitrária em seus fins últimos na medida em que estes não dependem de nenhuma razão, e é arbitrária quando se coloca como fim, visando somente uma 'racionalização' formal e vazia".

⁷- Ver: CASTORIADIS, C. (1991), MAFFESOLI, M. (1991) e (1993), SANTOS, B. (1989).

como razão do homem e por isso distinta da razão objetiva (natureza) e razão divina - passou a sintetizar e estabelecer os parâmetros básicos de um projeto que visava a emancipar o homem de seu estado de "menoridade" em relação a natureza, religião, crenças e mitos. No imaginário do homem moderno é clara a pretensão de libertar a humanidade de todas as amarras que a tornavam dependente de saberes (mito, crenças) e valores (moral, religião, filosofia) típicos do mundo pré-moderno ⁸.

As ciências sociais nascem no século XIX contra o senso comum, considerando-o superficial e ilusório (Santos, 1989). Correntes como hermenêutica, etnometodologia e interacionismo simbólico revêem isso e propõem um tratamento do senso comum como algo não antagônico ao discurso científico. Gadamer critica a hermenêutica do século XIX por ter negligenciado o papel positivo dos preconceitos ou pré-juízos em todo o processo da compreensão. Os preconceitos são constitutivos de nosso ser e de nossa historicidade e, por isso, não podem ser levemente considerados cegos, infundados ou negativos. São eles que nos capacitam a agir e nos abrem à experiência e, por isso, à compreensão do nosso estar no mundo não pode de modo nenhum, dispensá-los ⁹.

Nas últimas décadas, marcadas principalmente pela crítica da modernidade, passou-se a dar maior relevância às questões ligadas à vida cotidiana.¹⁰ Da hermenêutica à psicologia e à teoria da escolha racional, começa-se a

⁸- A modernidade se tornou, ao longo deste século, um dos temas mais debatidos no interior das ciências humanas. Depois de Nietzsche, Weber, Heidegger, Horkheimer, Adorno, Benjamin ..., o assunto não mais saiu de moda. Tanto interesse e críticas suscitou que a partir da década de 60 uma série de pensadores, como Foucault, Lyotard, Guattari, Deleuze, Maffesoli, Rorty, Baudrillard etc., foram autodefinindo-se como pós-modernos. Mas como nosso objetivo não é apresentar os autores e os argumentos dos chamados pós-modernos, citamos alguns autores que fazem uma síntese do projeto moderno. Ver : HABERMAS, J. (1990a); TOURAINE, A. (1994), ROUANET, S. P. (1993) e (1992).

⁹- Um comentário mais longo e detalhado sobre o interacionismo simbólico e a etnometodologia, ver HAGUETTE, T. M. (1992). Sobre a hermenêutica ver a obra de GADAMER, H. G. (1984).

¹⁰- Há inúmeros trabalhos que discutem teórica e empiricamente o tema da vida cotidiana. Citamos aqui apenas os que nos parecem mais relevantes. Ver: LEFEBVRE, H.(1972); HELLER, A.(1985);

pensar que o maniqueísmo que separa senso comum e ciência é demasiado simplista. Isso não significa, no entanto, que as duas coisas sejam idênticas. As crenças, os mitos, a religião, enfim, o imaginário social não são "excrecências", "irracionalidades", mas elementos vivos da sociedade, que ora serve para integrá-la, ora para desestruturá-la. Às ciências da sociedade cabe a tarefa de proceder esta análise, sem adotar uma atitude reducionista de considerar ciência e senso comum uma mesma coisa.

Diante desse quadro é prudente especificar de que ângulo estamos partindo e onde queremos chegar ao propormos o estudo do imaginário. Devemos dizer, primeiramente, que muito nos custou fazer uma opção teórica e principalmente metodológica. As dúvidas se concentraram basicamente entre a teoria do imaginário social de Castoriadis - em particular a obra *"A instituição imaginária da sociedade"* - e o conceito de representação social, proposto originalmente por Moscovici em 1961, na obra *"La Psychanalyse: son image et son public"*.

A opção pelo conceito de imaginário social se deve basicamente a três razões:

a) o termo imaginário traduz melhor o universo de críticas, representações imaginárias, projetos, utopias pessoais e coletivas que se colocam em torno da palavra democracia. Parece existir uma afinidade maior entre o tema milenar da democracia e o imaginário social e político. Para usar uma expressão de Spink (1994: 122) o imaginário social seria o "tempo longo", onde estão depositadas as memórias coletivas, os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade;

b) a troca de idéias com pesquisadores que trabalham com o tema levam-nos a crer que, salvo as diferenças de autor para autor, não existe

HELLER, A. & FERENC, F. (1989); CASTORIADIS, C. (1991) e (1987); LECHNER, N.(1991); MAFFESOLI, M. (1991).

incompatibilidade fundamental entre a teoria do imaginário e o conceito de representação social. O aspecto relevante que os distingue é que o imaginário social se ocupa com questões mais "permanentes";

c) o grande inconveniente da teoria do imaginário, que é a falta de um plano metodológico de análise dos dados, poderia ser suprido mediante a aproximação com a metodologia dos estudos de caso e, principalmente, com as técnicas de estudo sobre representação social desenvolvidas principalmente pela psicologia social.

Como pensador de forte identificação marxista, será com Marx que Castoriadis trava as primeiras batalhas. Observa Castoriadis (criticando a 4ª Tese sobre Feuerbach) que Marx via o imaginário na sua forma limitada, com um papel funcional, "um elo não econômico na cadeia econômica". O imaginário "seria a solução fantasiosa das contradições reais" (1991:161). Contra a afirmação de que o imaginário só representa um papel porque há problemas "reais" que os homens não conseguem resolver, Castoriadis dirá que esses problemas "reais" só se constituem como tais - e as soluções são encontradas - porque existe "uma imaginária central da época ou da sociedade considerada" (Ibid:162). Mais adiante faz uma crítica ainda mais contundente:

"Dizer que o imaginário só aparece porque o homem é incapaz de resolver seu problema real supõe que saibamos e que possamos dizer qual é esse problema real, em toda parte e sempre. Supõe que saibamos o que é a humanidade e o que ela quer, aquilo para cuja direção ela tende (...) Não existe o problema da sociedade" (Ibid:163).

Desfeita a visão negativa do imaginário, Castoriadis procura fundar ontologicamente uma teoria que trate o tema como um campo relevante para a

compreensão das práticas sociais. Evita uma abordagem que o trate como um simples epifenômeno da realidade (visão funcionalista), como também considerá-lo como um sistema fechado, como as estruturas invariantes (estruturalismo). Além disso, rejeita a dicotomização entre indivíduo e estrutura e considera sujeito e objeto numa forma relacional e não excludente.

Para Castoriadis, o imaginário é algo relativamente autônomo que transita dialeticamente entre o real e o ideal, expressão da capacidade do indivíduo e da coletividade de instituir valores, normas, linguagem, práticas etc. Em oposição à sociedade instituída, o imaginário é nada mais que a "sociedade instituinte".¹¹

A compreensão da História e da sociedade, em particular sua constituição, desenvolvimento, unidade e desintegração, é "impossível e inconcebível" fora do conjunto de significações ou "magma de significações imaginárias sociais":

"O mundo social é cada vez mais constituído e articulado em função de um sistema de tais significações, e essas significações existem, uma vez constituídas, na forma do que chamamos o imaginário radical" (1991:177).

"(...) toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu próprio mundo. Sua identidade nada mais é que esse 'sistema de interpretação', esse mundo que ela cria" (1987: 232).

¹¹- Para CASTORIADIS, a história é criação. A sociedade é auto-criação. Aquilo que cria a sociedade e a história é a sociedade instituinte, enquanto oposta à sociedade instituída. A sociedade instituinte é o imaginário social no sentido radical. A auto-instituição da sociedade é criação de um mundo humano: de coisas, de realidades, de linguagem, de normas, de valores, de modos de vida e de morte. A instituição é inconcebível sem a significação. Diz CASTORIADIS, C. (1991: 414): "o imaginário radical ou sociedade instituinte é na e pela posição-criação de significações imaginárias sociais e da instituição; da instituição como "presentificação" destas significações e destas significações como instituídas. A imaginação radical é na e pela posição-criação de figuras como presentificação de sentido, e de sentido como sempre figurado-representado".

É impossível compreender o "fazer social", enfim, a história humana, fora da categoria do imaginário. A instituição da sociedade, prossegue Castoriadis (1991:404):

"É toda vez instituição de uma magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um mundo de significações (...) o que permite pensá-la em sua 'ecceidade', como esta categoria e não outra, é a particularidade ou a especificidade de seu mundo de significações enquanto instituição deste magma de significações imaginárias sociais, organizadas assim e não diferentemente (...) a instituição da sociedade é instituição do fazer social e do representar/ dizer social".

Na citação que se segue, embora em linguagem rebuscada, clarifica melhor o que ele entende por imaginário :

"...este elemento, que dá à funcionalidade de cada sistema institucional, sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência dos objetos de investimento prático, afetivo e intelectual, individuais e coletivos - este elemento nada mais é do que o imaginário da sociedade ou da época considerada" (1991:175).

O conceito de imaginário social tem uma função teórica importante em nossa pesquisa, mas fundamentalmente a grande contribuição está no plano metodológico, ou seja, ele estabelece um limite claro no modo como todo o trabalho

se organiza. Em outros termos, o que essencialmente nos interessa tratar é o conjunto das representações imaginárias sociais da democracia e não investigar as incompatibilidades entre discurso e prática ou investigar se esses grupos analisados contribuem (no plano prático) ou não para a construção da democracia.

Outro aspecto que deve ser explicitado é a questão da ideologia. Como esse termo se presta a uma pluralidade de significados, optamos em não idealizá-lo ao longo da análise dos dados empíricos. O conceito de ideologia não terá qualquer função analítica, ou seja, não o utilizaremos para classificar ou normatizar os discursos. As observações críticas que faremos sobre os dados visam a identificar problemas ou lançar questionamentos, mas não pretendem avaliar se determinada leitura da realidade é ideológica ou não.

Este recorte traz consigo outros pressupostos, entre eles um conceito de indivíduo, uma concepção de ciência social e de método, que servem de sustentáculo a esta pesquisa e, ao mesmo tempo, explicita as bases epistemológicas nas quais fundamos a pretensão de objetividade de nossa investigação.

A começar pelo indivíduo, partilhamos da concepção de que o indivíduo é sempre uma entidade social e, conseqüentemente, um símbolo vivo do grupo que ele representa. O indivíduo é abordado como "sujeito genérico" (Spink, 1994:123) ou como o grupo no indivíduo. Desta forma damos representatividade aos nossos dados, ou seja, os dados da entrevista não são apenas a opinião do informante x, mas eles representam, ao menos parcialmente, um certo consenso do grupo.

O fato de lidarmos com o senso comum - com os discursos fragmentados, heterogêneos e até contraditórios - nos distancia dos padrões da pesquisa explicativa. É mister fazer esta observação justamente porque a natureza de nosso objeto nos aproxima mais da sociologia compreensiva (Dilthey, Weber) ou da epistemologia hermenêutica (Schultz, Gadamer) e nos distancia dos paradigmas

objetivistas. Em face disso, não só as hipóteses não desempenham uma função essencial como também os recursos de coleta de dados são basicamente de ordem qualitativa. O desafio consiste em mergulhar na pluralidade das falas e extrair as estruturas lógicas subjacentes ou, em linguagem mais simples, elencar os pontos recorrentes e consensuais. Esta é a base empírica de nossa análise.

O terceiro conceito que completa a espinha dorsal do trabalho é o de sociedade civil. Ele desempenha tanto uma função teórica quanto metodológica específica em nossa pesquisa.

Teórica, na medida em que nos possibilita dialogar com a teoria democrática e com a teoria dos novos movimentos sociais, como também situar os grupos selecionados como atores relevantes do processo democrático. A relevância desses grupos reside precisamente no fato de serem sujeitos ativos do processo político. O fato de existirem como organização e, principalmente, como geradoras de mais organização na sociedade, os torna dignos de serem chamados de construtores essenciais da democracia. As atividades por eles desenvolvidas são direcionadas para o tratamento ou solução dos problemas coletivos. Trataremos em capítulo à parte (capítulo II) as questões teóricas relativas à sociedade civil e democracia.

Metodológica, enquanto serve de medida (empírica e normativa) para selecionar as entidades a serem pesquisadas. O fato de termos escolhido sete ONGs e duas associações de moradores e um fórum se deve a um dispositivo teórico proposto por Cohen e Arato (ver capítulo II), de que a sociedade civil é distinta do mercado e do Estado. De forma que apenas pertencem à sociedade civil as entidades ou associações que se colocam interesses passíveis de generalização para toda a coletividade (ações coletivas que lutam pelas causas coletivas).

1.3 Operacionalização

Em virtude do que afirmamos acima está bastante evidente que a escolha da amostragem não foi aleatória, mas intencional. Os critérios empíricos levados em consideração para a escolha das dez organizações foram os objetivos de cada uma e as atividades já prestadas à comunidade.¹² Os informantes que participaram da entrevista e do questionário (dez no total) foram selecionados pelo critério liderança ou função em exercício no interior da entidade.

A coleta dos dados foi feita a partir de dois recursos metodológicos: a entrevista (semi-aberta) e o questionário (semi tabulado) (anexo II). A duração média das entrevistas foi de 50 a 70 minutos. Segue a relação dos dez grupos pesquisados:

- 1- CECCA - Um Centro de Estudo, Cultura e Cidadania
- 2- NEN - Núcleo de Estudos Negros
- 3- Núcleo Permanente sobre Movimentos Sociais
- 4- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- 5- Fundação Água Viva
- 6- Escola Sul da CUT
- 7- Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
- 8- Conselho Comunitário do Pantanal
- 9- Associação dos Moradores do Morro da Queimada
- 10- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

A análise dos dados seguiu o seguinte plano de trabalho: utilizamos a metodologia de análise de discursos (Quivy & Campenhoudt 1992), para agrupar os

¹²- No anexo I apresentaremos uma síntese detalhada sobre cada uma destas entidades, com seus objetivos específicos e as atividades que já realizaram na sociedade.

dados dos diversos informantes em torno dos grupos temáticos ou dos temas reincidentes, alguns estabelecidos previamente e outros a partir da primeira leitura dos dados. A segunda etapa consistiu na análise mais detalhada dessas informações, onde procuramos identificar os pontos comuns ou recorrentes, a partir dos quais fosse possível generalizar. As divergências também foram notadas, embora em menor proporção. Tecemos comentários sobre as divergências apenas quando as achamos representativas ou significantes .

"Sem teoria não há ciência" (Bunge).

II - DEMOCRACIA E SOCIEDADE CIVIL: CLARIFICAÇÃO CONCEITUAL E PONTOS DE INFLEXÃO

2 . 1 Democracia: Proposição do Tema

Propor-se dissertar sobre a temática da democracia é participar de um universo de idéias (críticas, utopias e esperanças) e de um conjunto de experiências históricas que extrapolam um espaço temporal superior a vinte e cinco séculos. Uma reconstrução histórica de tal problemática (teórica e política) não só nos coloca diante das questões centrais do pensamento político ocidental, como também nos leva ao encontro da cultura, da economia, da religião etc, de diversos países e épocas.

Isso, no entanto, não nos pode levar a crer que a democracia foi sempre o regime político adotado e refletido ao longo deste período. A bem da verdade, como observa Jaguaribe (1985:39), a contemplação geral da história conduz indubitavelmente à constatação de que o experimento democrático tem sido algo de bastante raro, que só logrou êxito estável em Atenas, de Sólon a Demóstenes, teve intentos apreciáveis no curso da República Romana, até Mário e Sila, e, finalmente logrou um perdurável êxito na Europa Ocidental e áreas de sua direta influência, (USA), a partir do século XVIII. Os experimentos democráticos

foram tão raros que se os tomarmos como critério central para avaliar a consistência da proposta democrática, é bastante provável que nosso juízo não lhe será favorável.

No nível da teoria política, especificamente no que se refere à teoria das formas de governo, a proposta democrática foi, com exceção do período medieval, um tema recorrente. Da Grécia Antiga aos nossos dias, um número expressivo de pensadores lidaram, de alguma forma, com ela, alguns a defendendo, outros criticando-a e até argumentando sua impossibilidade política ou absurdo moral.

Apenas para efeito ilustrativo, os clássicos do pensamento político moderno, anteriores à Revolução Francesa, com exceção de Spinoza, foram favoráveis à monarquia e contrários à democracia. É o caso de Bodin, Hobbes, Locke, Vico, Montesquieu, Kant e Hegel (Bobbio, 1992b:143). Somente com Rousseau e Tocqueville, já no final do século XVIII e meados do seguinte, se passou a considerar a possibilidade de ser a democracia o regime político mais adequado para realizar valores, como a liberdade e a igualdade.

O século XX, chamado de "século das revoluções", é muito paradigmático para ilustrar o quanto o debate em torno da "melhor forma de governo" foi sempre causador de inúmeras polêmicas e tentativas históricas diferenciadas. O nazi-fascismo, o stalinismo, as ditaduras militares, os regimes populistas etc, são exemplos variados que ilustram muito claramente como a democracia política esteve longe de atingir uma aceitabilidade razoável.

As lições autoritárias que o século XX deu à história com tanta abundância, contribuíram para a rediscussão dos mecanismos de que uma sociedade deve dispor para preservar-se dos abusos do poder. As experiências totalitárias deste século deram evidências históricas suficientes de que a máxima antiga, segundo a qual quem detém o poder tende a dele abusar, é verossímil. Controlar o poder passou a ser um dos desafios mais iminentes de qualquer organização política.

Este contexto político foi fundamental para que a democracia fosse, gradativamente, tornando-se o sistema político da maioria dos países e, ao mesmo tempo, recebendo o título de melhor forma de governo ¹. Ela converteu-se em uma das grandes questões da época contemporânea. Enquanto em boa parte do mundo verifica-se a defesa das idéias de primado da lei, garantias individuais e controle público da ação dos governos, o prestígio das ideologias autoritárias, se não desapareceu, ao menos declinou sensivelmente. Milhares e milhares de pessoas mobilizaram-se, em anos recentes, para defender os princípios democráticos ou para resistir às ameaças contra eles.

Os acontecimentos políticos mais importantes dos últimos anos, como o fim dos regimes autoritários na América Latina, a queda do Muro de Berlim, a crise do socialismo real, as eleições na África do Sul, sugerem que o princípio da autonomia dos governados atingiu uma relativa universalidade.

A América Latina também é paradigmática. No início dos anos 90, em cada dez países, nove tinham escolhido de forma democrática os seus governos e preparavam-se para viver sob o primado da lei, da competição pluralista para formar governos e, ao menos em disposição, para respeitar os direitos humanos.

Esta rápida introdução pretendeu apenas situar a relevância do que se está discutindo. Neste capítulo, interessa-nos precisamente mostrar a relação empírica e normativa entre democracia e sociedade civil. Por meio de uma discussão teórica, enfatizaremos o argumento de que ambos os conceitos precisam ser pensados conjunta e dialeticamente. A democracia é causa e efeito de uma sociedade civil organizada. A primeira fica limitada sem a existência da segunda e vice-versa.

¹- A afirmação de BOBBIO, N. (1992c), de que a pior das democracias é melhor que a melhor das ditaduras, reflete um consenso generalizado presente na maioria dos países que estão experimentando regimes democráticos. MOISÉS, J. A. em sua tese de livre-docência (1994), apresenta os resultados de uma pesquisa comparada entre diversos países que vivem uma democracia política. A aceitabilidade é significativa. Ver principalmente o capítulo V, intitulado *A escolha democrática em perspectiva comparada*.

Ao se falar em democracia, nada mais justo que iniciar pelos que criaram não só a democracia, mas também a política: os gregos.

2.1.1 A Experiência Grega

A idéia da democracia surgiu na Grécia no século VI a.C. Mas o processo propriamente dito de democratização da cidade-Estado atinge a plenitude no "Século de Péricles"², que assinala também o apogeu da cultura e do pensamento gregos.

A vida do cidadão grego é essencialmente política. A própria noção de cidadania surge dessa interação direta e profunda do indivíduo com sua cidade (pólis). A cisão entre vida privada e vida pública não é típica do mundo grego³. Para o grego, há só uma vida, a que se realiza na pólis, nas assembleias populares, nos debates da ágora, no exercício das funções públicas. A idéia de Estado, como instituição distinta e separada do corpo dos cidadãos, teria sido ininteligível para um grego. Como observa Held (1987: 17):

²- Péricles governou a cidade de Atenas durante 30 anos. Neste período, Atenas não apenas tornou-se a cidade-Estado do mundo grego mais desenvolvida economicamente, como também transformou-a num centro cultural e intelectual. Como observa TUCÍDIDES, em sua *História da Guerra do Peloponeso* (1982: 110), Péricles fez reformas interessantes e, devido a sua inteligência, foi um governante de grande prestígio a ponto de ser considerado o símbolo da democracia ateniense. Sobre a estrutura e funcionamento da democracia ateniense, há vários trabalhos, entre os quais: HELD, D. (1987); FINLEY, M. I. (1985); MOSSÉ, C. (1971); JAGUARIBE, H. (Org.) (1982).

³- ARISTÓTELES sintetizou bem a importância da pólis para o desenvolvimento da racionalidade do homem e da vida virtuosa. Viver em sociedade e para a sociedade era viver na e para a pólis, era ser político. Na obra *A Política* (1253a), o filósofo estagirita deixa claro que a cidade é uma criação natural e que o homem é, por natureza, um animal político (Zoon Politikon): "... a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade (...) Agora é evidente que o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social (...) A característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais; e a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade." Para uma análise mais aprofundada sobre a noção de pólis, liberdade, cidadania e como estes conceitos se relacionavam no interior do sistema democrático grego, ver: CONSTANT, B. (1985); HELD, D. (1987); LARA, T. A. (1986); CASTORIADIS, C. (1986).

"A democracia ateniense foi marcada por um compromisso geral com o princípio da virtude cívica: dedicação à cidade-estado republicana e subordinação da vida privada aos assuntos públicos e ao bem comum (...) Os seres humanos só poderiam se realizar adequadamente e viver honradamente como cidadãos na e por meio da polis, pois a ética e a política estavam fundidas na vida da comunidade política. Nesta comunidade, os cidadãos tinham direitos e obrigações; mas estes direitos não eram forçados por um estado dedicado à manutenção de uma estrutura que visava proteger os fins privados de certos indivíduos".

A Assembléia detém a soberania, elege os magistrados ou os designa por sorteio. Decide sobre a paz e a guerra, a vida e a morte dos cidadãos e dos inimigos. Além da Assembléia, a democracia ateniense incluía um conselho, composto de quinhentos membros sorteados, com a idade mínima de quarenta anos. O conselho se dividia em dez sessões que se revezavam no exercício da presidência da Assembléia, para a qual preparavam os projetos de lei. Os magistrados estavam obrigados a severa prestação de contas, e as funções militares se achavam sujeitas a condições rigorosas, exigindo-se dos estrategos que fossem proprietários e pais de filhos legítimos. As tarefas administrativas e as funções consideradas subalternas, como as de polícia, eram exercidas pelos escravos.

A Assembléia possuía o direito e o poder de tomar todas as decisões políticas; ela detinha a palavra sobre a guerra e a paz, as finanças e as obras públicas. Era realizada normalmente ao ar livre, na colina chamada Pnyx, em que os cidadãos livremente tinham o direito de emitir sua opinião sobre todos os assuntos que diziam respeito à sua cidade. Como observa Finley (1985:31):

"O comparecimento à Assembléia soberana era aberto a todo cidadão, e não havia burocracia ou funcionários públicos, exceto uns poucos escriturários, escravos de propriedade do estado que faziam registros inevitáveis, como cópias de tratados e leis, listas de contribuintes

inadimplentes e similares... era um comício ao ar livre, com tantos milhares de cidadãos com idade superior a 18 anos quantos quisessem comparecer naquele determinado dia. Ela se reunia frequentemente durante o ano todo, no mínimo quarenta vezes e, normalmente, chegava a uma decisão sobre o assunto a discutir em um único dia de debate, em que, em princípio, todos os presentes tinham o direito de participar, tomando a palavra".

Embora seja difícil responder precisamente, sabe-se que todo cidadão do sexo masculino quando completava 18 anos, automaticamente se qualificava para comparecer à Assembléia, e conservava tal privilégio até sua morte. Em uma estimativa bastante razoável, pode-se dizer que os cidadãos adultos do sexo masculino nunca ultrapassaram os 35 ou 40 mil (Finley, 1985:30).

Todos os números são estimulados, mas ^{na prática} supõe-se que os cidadãos adultos do sexo masculino representavam um sexto da população total (considerando-se os habitantes da cidade e do campo em conjunto). No entanto, o ponto crítico a ser determinado é quantos dos 40 mil cidadãos realmente iam às reuniões e quantos, efetivamente, exerciam o direito da palavra.

Como se pode observar, o número de cidadãos com direito de opinar na Assembléia não era tão expressivo como normalmente supomos. Quando falamos em democracia grega, prevalece a imagem de que todos os indivíduos tinham os mesmos direitos de participar dos negócios públicos. Na realidade, um grande contingente ficava literalmente fora da arena política em virtude de não serem considerados aptos à deliberação. É o caso específico dos escravos e das mulheres ⁴.

⁴ - As mulheres, os escravos e as crianças eram considerados não-livres sob o argumento de que não eram portadores do "lógos", ou da capacidade de deliberar sob temas políticos. O "lógos" deve ser entendido como uma razão discursiva, como linguagem-ação. Ao referir-se aos escravos na *Política* (1254a e b), Aristóteles sintetiza bem esse modo excludente de definir os papéis políticos: "...os bens são um instrumento para assegurar a vida, a riqueza é um conjunto de tais instrumentos, o escravo é um bem vivo, e cada auxiliar é por assim dizer um instrumento que aciona os outros instrumentos ...um ser humano pertencente por natureza não a si mesmo, mas a outra pessoa, é por natureza um

Há limites na experiência democrática ateniense, mas há méritos incontestes. Entre eles, o mais nobre é o fato de ela ter criado a política como "espaço público", ou seja, terem inventado a democracia como meio para que a política - ao menos como intenção - fosse uma atividade fundamental a ser exercida por todos e com a finalidade de realizar a "arete" (a virtude, "a vida boa"). Neste sentido, é só na política que se pode fazer o bem moral. A razão pela qual os indivíduos se reúnem na pólis e fazem dela uma comunidade política não é apenas a de viver em comum, mas a de "viver bem" (a justiça) ⁵. A política como pura "téchne" - atividade praticada exclusivamente por especialistas e burocratas - era o que o grego mais temia.

Para que o objetivo da "boa vida" possa ser realizado, é necessário que os cidadãos visem ao interesse comum, ou em conjunto ou por intermédio dos seus governantes. Quando os governantes se aproveitam do poder que receberam ou conquistaram para perseguir interesses particulares, a comunidade política se realiza menos bem, assumindo uma forma política corrompida ou degenerada.

Os gregos criaram a democracia mas também a analisaram criticamente. Seus dois mais expressivos pensadores políticos - Platão e Aristóteles - foram tão críticos que se posicionaram contra ela. Na obra "A República", especificamente o Livro Oitavo, Platão apresenta sua mais célebre condenação. A democracia é considerada e analiticamente descrita como uma forma degenerada.

Enquanto a oligarquia é o governo dos ricos, a democracia é o governo não do povo mas dos pobres, contra os ricos. O princípio da democracia é a liberdade, mas é uma liberdade que se converte imediatamente em licenciosidade pela ausência de freios morais e políticos. Segundo Platão, é típico do homem democrático, a irrupção do desejo imoderado e a satisfação das carências supérfluas,

escravo; uma pessoa é um ser humano pertencente a outro se, sendo um ser humano, ele é um bem, e um bem é um instrumento de ação separável de seu dono".

⁵- ARISTÓTELES, *A Política* (1252b e 1280b).

a ausência de respeito às leis e a toda autoridade, donde o pai teme o filho, e o mestre, por exemplo, teme e adula os discípulos e os discípulos riem dos mestres e dos pedagogos (563b) . Literalmente é assim que Platão se expressa sobre o caráter degenerado da democracia: ⁶

"A democracia surge, penso eu, quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo e as magistraturas, e esses cargos são, na maior parte, tirados à sorte"(557a) (...) é, ao que parece, uma forma de governo aprazível, anárquica, variegada, e que reparte a sua igualdade do mesmo modo pelo que é igual e pelo que é desigual (558c)".

Não diversamente de Platão, Aristóteles define a democracia como governo dos pobres, e, em consequência, como governo dos muitos pela única razão de que os pobres são mais numerosos do que os ricos. Mas tanto quanto o governo exclusivo dos ricos, também o governo exclusivo dos pobres é sempre um governo em favor de uma única parte, e portanto, segundo a definição do bom governo à base do critério do bem comum, é um governo corrupto.

Aristóteles define a democracia a partir de um comparação entre seis formas de governos, as três primeiras são boas e as três últimas são menos boas. Nos livros Três e Quatro da *Política*, o filósofo formula com extrema simplicidade a célebre teoria das seis formas de governo. Com base nos critérios - "quem governa" e "como governa" - classifica as constituições entre monarquia (governo bom de um só), aristocracia (governo bom de poucos) e politia ou politéia (governo bom de muitos). Às três formas boas acrescentam-se as três más ou degeneradas: a tirania , a oligarquia e a democracia. Nas palavras de Aristóteles:

⁶- Além do *Livro Oitavo da República*, ver especialmente : BARKER, S. E.(1983); e JAGGER, W.(1989).

"Costumamos chamar de reino uma monarquia cujo objetivo é o bem comum; o governo de mais de uma pessoa, mas somente poucas, chamamos de aristocracia, porque governam os melhores homens ou porque estes governam com vistas ao que é melhor para a cidade e seus habitantes; e quando a maioria governa a cidade com vistas ao bem comum, aplica-se ao governo o nome genérico de todas as suas formas, ou seja, governo constitucional. Os desvios das constituições mencionadas são a tirania, correspondendo à monarquia, a oligarquia à aristocracia, e a democracia ao governo constitucional; de fato, tirania é a monarquia governada no interesse do monarca, a oligarquia é o governo no interesse dos ricos, e a democracia é o governo no interesse dos pobres, e nenhuma destas formas governa para o bem de toda a comunidade" (Política 1279b).

Na interpretação de Bobbio (1985: 55-8), o critério hierárquico que Aristóteles utiliza dispõe as seis formas da seguinte forma: monarquia, aristocracia, politia, tirania, oligarquia, democracia. . A democracia é um desvio, mas é o menos ruim entre as formas ruins ⁷.

2 . 1 . 2 Definição : O Sentido Descritivo e Prescrito da Democracia

Tomada no seu sentido etimológico, democracia significa "governo do povo" (demos = povo, Kratein = governo). É um termo relativamente transparente, fácil de ancorar um significado literal. Cunhado pela teoria política grega, a essência do fenômeno político designado pela palavra é a participação dos governados no governo, o princípio da liberdade no sentido de autodeterminação política (Kelsen, 1993:140).

⁷- O critério que Aristóteles utiliza para classificar boas e más é o interesse comum ou interesse pessoal. As formas boas são aquelas em que os governantes visam ao interesse comum; más são aquelas em que os governantes têm em vista o interesse próprio. Ver: BOBBIO, N. (1985: 58)

A etimologia da palavra, no entanto, não é capaz de definir suficientemente o fenômeno democrático, ou melhor, o objeto democracia, como diz Sartori (1966:17), não é descrito apropriadamente pela palavra democracia. A palavra tende a distrair nossa atenção do que é uma democracia no mundo real. A premissa "a democracia é o governo do povo" não só não permite avançar muito, como é, desde o início, uma premissa pouco clara. Tanto a expressão "democracia" como "povo" carecem de clareza ou aceitam um conjunto muito variado de significados.

Como veremos melhor no próximo capítulo, a palavra democracia não designa apenas um sistema de governo, ou seja, ela não é entendida apenas no seu sentido objetivo. Ela abriga um conjunto variado de valores, esperanças, projetos etc. O investimento subjetivo que os indivíduos e os grupos sociais fazem na democracia é distinto e marcado por modos até antagônicos de entender a sociedade e relacionar-se com o sistema democrático propriamente dito.

Na maioria das vezes, quando falamos em democracia temos presente a imagem da experiência grega. Até mesmo uma parte considerável da literatura política se refere à pólis de forma nostálgica, como se ela fosse um paraíso perdido. O modelo grego está tão arraigado no imaginário político que raramente percebemos as enormes diferenças que distinguem a democracia dos antigos da dos modernos ⁸.

A constatação de que, ao longo da história, a palavra democracia veio sofrendo mudanças no seu sentido original e que sobre ela pesa uma enorme

⁸- As diferenças entre a democracia dos antigos e a dos modernos não são apenas de ordem institucional (democracia direta x democracia representativa, pólis x Estado) ou de concepção filosófica (fins e valores), mas envolve elementos extrapolíticos como o tamanho das populações, as diferenças dos modelos econômicos e o caráter altamente especializado (tecnologia de comunicação, burocracia etc) das sociedades contemporâneas. O ideal democrático dos homens da atualidade não é o mesmo que o dos gregos. Há várias análises que procuram identificar as diferenças que separam a democracia antiga da moderna. Ver principalmente: CONSTANT, B. (1985); SARTORI, G. (1966); BOBBIO, N. (1992c) e (1993) e HELD, D. (1987).

polissemia, nos torna um pouco mais cuidadosos com a questão da linguagem, com o que cada palavra significa e com o uso que fazemos dela cotidianamente .

A preocupação com a linguagem se justifica tanto ao nível prático como teórico, ou seja, a utilização de um termo equivocadamente ou com significados diferentes entre os participantes é suficiente para que a comunicação fique truncada. Nos atos de comunicação do dia-a-dia, o emprego de termos claros e com sentido comum entre os participantes é a receita básica para que o entendimento ocorra. No plano teórico, valem as mesmas regras, embora haja uma exigência ainda maior.

O século XX conferiu à linguagem um status gnoseológico jamais tido antes. O "*Tractatus*" de Wittgenstein é um marco fundamental. Mas para dizer que a reflexão sobre a linguagem é imprescindível, citamos um pensador pouco contemporâneo, mas um dos mais atentos e precisos.

No diálogo *Fedro*, Platão afirma que a linguagem tem três sentidos principais: remédio, veneno e cosmético. Para o filósofo ela pode ser um remédio quando, pelo diálogo e pela comunicação, conseguimos descobrir nossa ignorância e aprender com os outros. Pode ser um veneno quando, pela sedução das palavras, nos faz aceitar, fascinados, o que vimos ou lemos, sem indagar se tais palavras são verdadeiras ou falsas. Por fim, a linguagem pode ser cosmético, maquilagem ou máscara para dissimular ou ocultar a verdade sobre as palavras ⁹.

A linguagem é nossa via de acesso ao mundo e ao pensamento; ela nos envolve e nos habita, assim como a envolvemos e a habitamos. O símbolo verbal reenvia a coisas que não são palavras: coisas materiais, idéias, pessoas, valores, seres inexistentes etc. No caso específico da palavra democracia, é tarefa do cientista

⁹- A classificação que Platão faz da linguagem acima referida é melhor comentada por CHAUÍ, M.(1994:137).

político indagar-se não apenas sobre "o que é democracia", mas principalmente sobre "o que ela representa".

Quando procuramos responder a essa última pergunta, descobrimos que a coisa não corresponde à palavra ou a representa de forma inadequada. Quer dizer, descobrimos que há pouca correspondência entre os fatos e os nomes. Por isso, embora democracia tenha um sentido literal preciso, não nos ajuda realmente a entender o que é uma democracia.

De fato, quando as pessoas se posicionam em relação a ela (a favor ou contra) duas grandes dúvidas emergem : a) o que se está entendendo por democracia e b) a dificuldade em identificar se os critérios utilizados para a análise são de evidência empírica (análise do fato) ou são de ordem normativa (quando o indivíduo defende ou recusa a democracia apenas por uma questão de valor político-moral). Normalmente a palavra é "democracia" independentemente de se referir a um ideal ou à realidade. Real e ideal não se distinguem. Mesclam-se, formam um \sim totalidade dialética.

Quanto à **primeira** não é difícil constatar que, na vida cotidiana, existe uma pluralidade de sentidos tão grande que fica difícil saber precisamente do que se está falando (opinando, propondo). Estamos vivendo, como diz Sartori (1994:17) a "era da democracia confusa". Para alguns, talvez, o uso indiscriminado pode não representar nenhum problema. Para o autor, no entanto, a ininteligibilidade compromete os próprios resultados da democracia:

"A condição essencial para a sobrevivência de um sistema democrático é a inteligibilidade da idéia de democracia.(...) Meu argumento é de que, em última análise, a existência da democracia depende, havendo igualdade quanto a outros aspectos, da popularização da idéia de democracia, no sentido de que uma compreensão clara do que significa democracia é condição básica (embora não sendo a única) para o comportamento

democrático. Isso porque as idéias errôneas sobre democracia tornam-se inoperantes" (1966: 19).

Na maioria das vezes, a confusão se esconde atrás de um assentimento generalizado, ou seja, a maioria dos indivíduos nos dias atuais se posiciona positivamente em relação à democracia. Sobre ela pesa um sentido honorífico, laudatório. A aceitabilidade generalizada traz junto consigo o acobertamento dos diferentes valores, projetos e interesses. Assim, hoje as próprias classes dominantes, os próprios centros de hegemonia imperialista, incluso grupos e indivíduos cujo comportamento se caracteriza pelo autoritarismo e a repressão, falam de democracia. A contradição entre suas palavras e sua conduta é óbvia, chocante. Porém, essa não é a única contradição. O entendimento de democracia é distinto daquele sustentado pelas forças populares e proletárias. Os conceitos são, inclusive, antagônicos. As próprias forças populares têm os mais variados conceitos de democracia ¹⁰.

Quando a grande maioria é a favor da democracia é urgente perguntar: mas qual democracia? Se a resposta for "tudo o que se entende por tal nome" então o preço da unanimidade de opinião seria por demais elevado. Isso porque acreditar que um sistema político é uma democracia justamente porque assim é denominado, é um modo de destruir a democracia às custas de seu próprio nome.

A **segunda** questão remete diretamente para a relação que normalmente há entre real e ideal, ser e dever ser. Ao emitirmos um juízo acerca da democracia, raramente nos preocupamos em precisar se estamos tomando um critério mais empírico ou mais normativo. Aqui, precisamente, reside, um dos maiores problemas da teoria democrática. As opiniões se dividem: de um lado estão os que concebem a democracia no seu sentido mais empirista, do outro os racionalistas, que esperam dela a realização de uma certa normatividade.

¹⁰- Ver: CASANOVA, P. G. (1981).

Na opinião de Sartori (1994:31), quando nos limitamos a analisar a democracia apenas sob o aspecto do *ser*, o resultado é um "realismo equivocado". De igual forma quando colocada toda ênfase no *dever ser*, cai-se na "armadilha do perfeccionismo". O realismo e o perfeccionismo mal-empregados são erros sofisticados.

Em virtude disso, a distinção analítica que Sartori sugere entre sentido descritivo ¹¹ e prescritivo ¹² da democracia é mais do que conveniente para pensarmos a questão do ser e do dever ser como elementos que se entrecruzam.

Segundo o autor (1994:24):

"Um sistema democrático estabelece-se em decorrência de pressões deontológicas. O que a democracia é não pode ser separado do que a democracia deve ser. Uma democracia só existe à medida que seus ideais e valores dão-lhe existência. (...) Conclui-se disso que a democracia está exposta de maneira muito singular a uma tensão fato-valor, em torno da qual gira. Assim sendo, pode-se dizer que só a democracia deve a própria existência a seus ideais".

O termo democracia não têm, portanto, apenas uma função descritiva ou denotativa, mas também uma função normativa e persuasiva. O problema de definir democracia é duplo, exigindo, por assim dizer, tanto uma definição descritiva quanto prescritiva. Uma não existe sem a outra e, ao mesmo tempo, uma não pode ser substituída pela outra.

¹¹- Por sentido descritivo estamos entendendo a democracia como uma das três formas de governo na tipologia em que as várias formas de governo são classificadas com base no diverso número dos governantes. Em particular, é a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos, enquanto se distingue da monarquia e da aristocracia, nas quais o poder é exercido, respectivamente, por um ou por poucos. Essa é a definição que apresenta BOBBIO, N. (1992b : 137).

¹²- Pelo significado prescritivo a democracia pode ser considerada como uma forma boa e portanto a ser louvada e recomendada, ou como uma forma ruim, e portanto a ser reprovada e desaconselhada.

No entanto, como observa Sartori (1994: 24), é preciso ter o cuidado, por um lado, para não reduzir o ideal ao real e vice-versa e, por outro, ser capaz de perceber como há uma interação constante entre ideais e realidade:

"a) o ideal democrático não define a realidade democrática e vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é".

A opção por uma abordagem que não antagonize o real do ideal é muito importante, ao nosso ver, porque é um caminho para evitar o reducionismo empirista e/ou racionalista. Além do que, ela nos oferece as chaves analíticas para interpretar o discurso democrático proferido pelo cidadão comum que, na maioria das vezes, não estabelece nenhum tipo de distinção.

Uma outra questão polêmica, diretamente ligada ao debate acerca do ser e do dever ser, é a que se refere ao binômio democracia formal/democracia substancial. Os defensores da primeira, os chamados liberais ou empiristas, afirmam que a democracia se limita a apenas um conjunto de procedimentos formais que visa escolher quem deve governar. Os adeptos da segunda sustentam que os artifícios legais são insuficientes para realizar a democracia na sua plenitude. A preocupação com os conteúdos (fins e valores) os tornam defensores de uma proposta mais ampla de sociedade em que os ideais de liberdade e igualdade se efetivem no plano da materialidade.

A começar por Rousseau, e prosseguindo pelo interior do espectro marxista, a questão suscitou sempre acaloradas disputas. Marx é, sem dúvida, o autor que demonstrou com mais acuidade a existência real do paradoxo que envolve a democracia liberal-representativa. Segundo ele, a democracia formal seria incapaz

de realizar a igualdade no plano da concretude, justamente porque ela é um dos elementos superestruturais mais importantes para legitimar as relações capitalistas. Segundo ele, o Estado é, em última instância, o defensor da propriedade privada, e como tal, fonte da desigualdade social ¹³. A liberdade liberal é apenas uma liberdade abstrata e a igualdade tem um sentido essencialmente jurídico. A democracia só é possível numa sociedade socialista porque esta é a única a buscar a igualdade no plano das relações sociais.

O debate sobre os fins e os valores da democracia mantém-se ainda bastante vivo. De Rousseau, Marx e Tocqueville até nossos dias foram inúmeros os pensadores que se ocuparam, direta ou indiretamente, desta disputa. Como reconstruir autor por autor exigiria um trabalho em si mesmo, optamos por sintetizar esta questão ^{ica} polêmica em torno de dois termos ou abordagens: a democracia participativa (teoria clássica) e a democracia elitista - procedimental. Optamos por esta terminologia porque ela reproduz, de forma mais adequada, os eixos básicos de argumentação que prevaleceram ao longo destes séculos.

2.1.3 Democracia Participativa

A favor do conceito participativo de democracia se encontra uma série de pensadores que vão de Rousseau e Tocqueville até Gramsci, Bobbio, Castoriadis, Habermas, Touraine, Cohen e Arato etc. Apesar das diferenças que os distinguem, todos comungam de um mesmo fundamento para a democracia: a

¹³- Na *Ideologia Alemã* (1977:97-8) assim se refere: "Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil: mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (...) Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns (...) segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real - na vontade livre".

capacidade autolegisladora dos indivíduos. A liberdade positiva, ou seja, a autonomia, é a base para que os indivíduos construam a vida pública a partir de si mesmos. A participação na vida política é condição necessária para o desenvolvimento da democracia.

A fim de definir os elementos centrais do que estamos denominando de democracia participativa, tomamos como base as idéias de Rousseau e Tocqueville.

O primeiro teórico moderno a pensar a democracia sob a ótica da participação foi Rousseau. Na sua obra mais importante "*O Contrato Social*", o pai da democracia moderna se propôs a produzir uma espécie de "medida" que servisse de critério básico para avaliar a qualidade da democracia nos diferentes estados.

Um sistema democrático ideal é aquele que desenvolve a ação responsável através do exercício participativo. Nele o indivíduo se vê obrigado a ter em conta algo mais que seu próprio interesse imediato; deve considerar o interesse geral. Por outro lado, o exercício da participação permite ao indivíduo converter-se em seu próprio senhor, na medida em que as leis são obra dessa participação.

A afirmação de Rousseau de que o "homem nasce livre, e por todo lado está a ferros" ¹⁴ diagnostica o caráter degenerado da sociedade moderna. A integridade moral do indivíduo no estado de natureza se decompõe ao inserir-se no conjunto das relações sociais. Como contratualista clássico, o filósofo estava ciente de que a superação desse estado de incivilidade, só poderia ser possível mediante a instituição de um "pacto" essencialmente político. Somente um ato político seria capaz de superar tanto o estado de natureza como a sociedade civil existente e instituir uma sociedade que garantisse a igualdade e a liberdade. O gesto da criação de uma ordem inteiramente nova e de uma ordem necessariamente justa se dá

¹⁴- Cf. *O Contrato Social*, Livro I, cap.I.

mediante a formação de um pacto social. Ele é resultado de um acordo político entre os cidadãos ¹⁵.

O contrato social representa uma passagem, uma mudança qualitativa.

Rousseau esclarece:

"A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava. É só então que, tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até aí levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir baseando-se em outros princípios e a consultar a razão antes de ouvir suas inclinações" (1987:36).

É importante observar - e Rousseau insiste neste aspecto - que os homens não fariam o pacto se ele não representasse ganhos efetivos. E o principal deles é a defesa e a garantia da liberdade, enquanto ela é natural e representa um dote anterior ao ato da convenção. Nas palavras de Rousseau, o Contrato encontra:

"Uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associação com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes" (1987:32).

O pacto leva à formação de uma "vontade geral". Ela é uma espécie de consciência moral que se expressa num interesse comum favorável à construção de

¹⁵ Segundo CHEVALLIER, P. (1973:161), aí consiste a célebre invenção de Rousseau. O gesto da criação de uma ordem inteiramente nova e de uma ordem necessariamente justa se dá mediante a formação de um pacto social. O contrato não surge por obra de uma fatalidade natural, mas surge em virtude de uma vontade e, principalmente, da necessidade de sociabilidade.

uma sociedade pautada pela moralidade. Como tal, o interesse comum não se dá espontaneamente ou de forma automática. O processo de determinação da vontade geral exige uma dimensão cognitiva que supõe ao menos o conhecimento do que se quer e do que é bom para si ¹⁶.

A "vontade geral" se realiza, na prática, por meio da instituição das leis, cujo objetivo é salvaguardar a liberdade: "o homem é livre somente quando obedece à lei que ele mesmo se deu ... o único modo para tornar o homem livre é que ele atue segundo as leis e que essas leis sejam postas por ele mesmo" (Bobbio, 1986:71).

Graças à lei, os cidadãos servem e não têm senhor:

"O cidadão, enquanto participante da vontade geral, pode considerar-se soberano e, enquanto é governado é súdito, mas súdito livre, porque obedecendo à lei que ele ajudou a fazer, obedece assim à vontade que é também a sua autêntica vontade, o seu natural desejo de justiça" (Bobbio, 1986:1298).

A lei é a medida do justo e do injusto; é também a maneira de conciliar a autoridade do governo com a liberdade dos súditos. O corpo político assegura a todos a vida, os bens e a liberdade, mas exige obediência e impede que uns imponham sua vontade particular sobre outros.

Para Rousseau, a soberania não apenas emana do povo, como também ela é inalienável ¹⁷, não admitindo, portanto, um Estado absoluto, separado e acima do povo. O soberano, instituído pelo pacto social, é o corpo incorporado, ditando a vontade geral, cuja expressão é a lei: "a vontade do soberano é o próprio soberano".

¹⁶- Ver principalmente dois artigos: DEBRUN, M.(1962); e BRUM TORRES, J.(1991).

¹⁷ Afirma ROUSSEAU no *Contrato Social*. v.I. Livro II, cap. II : "a soberania do povo é inalienável, indivisível, infalível e absoluta, e a vontade geral é sempre certa e tende sempre à utilidade pública".

Ou seja, não há diferença entre o instituinte e o instituído, entre a causa e o efeito, entre o cidadão e a lei .

Neste sentido, a democracia é uma forma de sociedade:

"... que defende e protege com toda força coletiva as pessoas e os bens de todo membro da sociedade, e por força da qual todo indivíduo, embora unido a todos, todavia obedece só a si mesmo e permanece tão livre quanto antes" (Rousseau, 1987: 17).

Com sua participação política, o cidadão está em condições de gerir as questões da comunidade. Nas resoluções e leis se expressa a vontade geral, porque os membros da sociedade - livres de interesses particulares graças à sua constituição - podem reconhecê-la e expressá-la publicamente. No caso da votação, os vencidos devem reconhecer a decisão da maioria também no que lhes concerne.

Embora o próprio Rousseau admita que uma verdadeira democracia jamais existiu nem existirá, o cidadão está convidado a participar as 24 horas do dia no exercício da política. A democracia só é possível na medida em que os cidadãos se desprendam do interesse privado e viabilizem, na prática, o bem comum. Rousseau não apenas sustenta que a participação livre dos indivíduos na elaboração legislativa é a condição essencial de fundação de toda ordem política legítima, mas, além disso, está convencido de que é a livre manifestação do interesse e da vontade de cada um que garantirá a identificação do bem comum.

Alexis de Tocqueville, liberal por excelência e herdeiro da Revolução Francesa, foi o primeiro escritor moderno a empreender uma investigação global sobre o modo como o princípio democrático - a igualdade - funciona como causa primeira, formando ou afetando todos os aspectos da vida dentro da sociedade ¹⁸. O

¹⁸- Ver principalmente o texto escrito por ZETTERBAUM, Marvin , sob o título de *Alexis de Tocqueville*. In: STRAUSS, L. & CROPSEY, J.(1993).

pensamento político de Tocqueville se origina do reconhecimento e da aceitação do triunfo inevitável do princípio da igualdade.

Na introdução da *Democracia na América*, ao referir-se à sua visita aos Estados Unidos, afirma que:

"... entre os objetos novos (...) nenhum me impressionou mais vivamente de que a igualdade de condições (...) à medida que estudava a sociedade americana, via cada vez mais na igualdade de condições, o fato essencial, do qual parecia descender cada fato particular, e o encontrava constantemente diante de mim, como um ponto de convergência para todas as minhas observações" (1987:11).

Assim como a igualdade, a democracia também é uma espécie de grande revolução que vai gradual e progressivamente alastrando-se na história. Detê-la, afirma Tocqueville (1987: 14), "seria como que lutar contra o próprio Deus, e só restaria às nações acomodar-se ao estado social que lhes impõe a Providência".

Na interpretação de Aron (1990:209), democrática para Tocqueville é a sociedade:

"...onde não subsistem distinções de ordem e de classes; em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não significa que sejam intelectualmente iguais ou economicamente semelhantes (...) A igualdade social significa a "inexistência de diferenças hereditárias de condições, quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos".

Ao caracterizar a democracia como uma condição social na qual prevalece o princípio e a prática da igualdade, Tocqueville introduz uma novidade

fundamental no pensamento liberal. Sua análise abre as portas para uma nova concepção da democracia, para uma conceitualização que é política, mas sobretudo social. Como afirma Borón (1994:128):

"Democracia e igualdade se fundem em seu pensamento em uma única entidade sociológico-política (...) e produz uma definição substantiva, não somente formal da democracia" (...) a democracia se define a partir da sociedade civil; sua verdadeira essência é a igualdade, enquanto que seu oposto, a aristocracia, se determina por uma situação estrutural de privilégio e desigualdade institucionalizadas".

Em poucas palavras, há em Tocqueville um movimento que se distancia do Estado e que procura encontrar as raízes da democracia na sociedade civil. Os formalismos democráticos são letra morta se não se baseiam num conjunto de valores e atitudes enraizados no interior do tecido social. As associações emergem, neste sentido, como um recurso fundamental para fortalecer os indivíduos contra a tirania e contra o individualismo, e, ao mesmo tempo, possibilitar a execução dos seus interesses. Muito me impressiona, diz Tocqueville, como os americanos:

"... de todas as condições e idades adquirem, diariamente, um gosto geral pela associação e se acostumam cada vez mais ao uso desse recurso. Na associação se encontram uns com os outros em grande número, conversam, ouvem-se uns aos outros e mutuamente se estimulam em todas as espécies de empreendimentos" (1987: 390).

Diferentemente de autores como Rousseau, para quem os partidos e as associações serviam apenas para dividir o todo social ¹⁹, Tocqueville enfatiza que se

¹⁹- Ver: BRUM TORRES, J. C. Op.,cit. p. 112.

nos países democráticos os homens não tivessem "nem o direito nem o gosto de se unir com finalidades políticas a sua independência correria grande risco e (...) a própria civilização correria perigo" (1987: 392). Mais adiante, prossegue dizendo:

"Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos daquela. Entre as leis que regem as sociedades humanas, existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as outras. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições" (1987:394).

Entendida como participação, a democracia não se resume a um simples mecanismo, ou regras do jogo, mas é uma forma de vida individual e coletiva. As decisões que afetam o conjunto não podem ser tomadas por um grupo unilateralmente, mas através do diálogo, na busca da melhor solução para todos os afetados pela decisão. Neste sentido, o que chamamos de "participação" não é apenas o direito ao voto, mas uma maneira de ser que se estende pelos diversos segmentos da sociedade civil. A democracia não é um método, um mecanismo que mantém o equilíbrio social, mas é uma forma de vida, é um ethos.

2 . 1 . 4 Democracia Elitista - Procedimental

A democracia elitista ou a teoria econômica da democracia se separa da concepção participativa precisamente por não conferir uma importância mínima à participação do cidadão no processo político. A participação não é considerada um valor em si mesma, nem um valor instrumental para a realização de um bem mais elevado. A finalidade da democracia é registrar os desejos do povo tais como são, e

não contribuir para o que ele poderia ser ou desejaria ser. A democracia é apenas um mecanismo de mercado; os votantes são consumidores e os políticos são os empresários políticos (Macpherson, 1978).

A elaboração teórica que melhor sintetiza esta concepção é a proposta por Schumpeter, em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Herdeiro de Mill, Bentham, Mosca e Pareto, o autor propõe uma caracterização da democracia nos seguintes termos:

"O método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população (...) o elemento competitivo é a essência da democracia" (1984: 336).

Nos capítulos intitulados "A doutrina clássica da democracia" e "Outra teoria da democracia" Schumpeter desenvolve uma análise crítica em torno dos principais pressupostos que sustentam a concepção participativa e esboça os pontos básicos do que ele chama de democracia elitista. Sintetizaremos as colocações schumpeterianas em alguns pontos:

a) argumenta a impossibilidade de haver a formação pública da vontade e que esta possa servir como base para as decisões públicas. Por isso é necessário substituir a democracia como "governo do povo" por "governo querido pelo povo";

b) uma democracia que funciona é parecida a um equilíbrio de mercado, porque os cidadãos se comportam como consumidores, e os políticos, como empresários que disputam o voto. A democracia é um mecanismo para escolher e autorizar governos, a partir da existência de grupos que competem pela governança, associados em partidos políticos e escolhidos pelo voto;

c) a função dos votantes não é resolver problemas políticos, mas escolher homens que decidirão quais são os problemas políticos e como resolvê-los;

d) a função do sistema eleitoral, que é criar o rodízio dos ocupantes do poder, tem como tarefa preservar a sociedade contra os riscos da tirania;

7 e) a natureza instável e consumidora dos sujeitos políticos obriga a existência de um aparato governamental capaz de estabilizar as demandas da vontade política pela estabilização da "vontade geral", através do aparelho do Estado que reforça acordos, aplana conflitos e modera as aspirações ²⁰.

Várias críticas são cabíveis ao modelo schumpeteriano, mas antes de fazê-las é preciso reconhecer que o modo de Schumpeter entender e analisar a democracia tem um potencial explicativo bastante amplo. Apesar de o livro ter sido escrito em 1942, suas principais teses mostram-se atuais quando analisamos países que estão em processo de consolidação de suas democracias. Para estratos populacionais bem amplos, a relação do cidadão com o poder público é muito mais uma relação comercial que uma prática política fundada na idéia de soberania popular.

Os candidatos oferecem seu produto a cada 4 anos, e os eleitores vendem seus votos em troca de benefícios pessoais, como comida, agasalho, cargos etc. O político profissional e o cidadão ligam-se pelo interesse exclusivamente pessoal e não público. Encerrada a eleição desfazem-se as ligações e a população fica completamente alheia aos assuntos públicos. Tanto isso é significativo que O'Donnell (1991) e Weffort (1992) sugeriram a hipótese de que o Brasil vive uma "democracia delegativa" ²¹.

²⁰- Ver principalmente: CHAUI, M. (1990:138); PIZZORNO, A. (1985:11-12); MACPHERSON, C.B. (1978:82) e HELD, D. (1987: 131-168)

²¹- A "democracia delegativa" consistiria num novo tipo de democracia que conjuga práticas e instituições autoritárias com a existência efetiva de direitos que caracterizam a democracia política. São regimes híbridos, mas que podem ser qualificados de democráticos na medida em que a livre escolha de representantes obedece à regra da maioria. WEFORT, F. (1992:108) define mais

Se o modelo elitista ainda mantém-se operante no interior do jogo democrático, é mais uma boa razão para criticá-lo no plano teórico e combatê-lo na esfera política propriamente dita. Uma das críticas mais contundentes foi feita por Macpherson em "A Democracia Liberal" (1978).

Macpherson (Ibid: 80-95) critica o modelo schumpeteriano afirmando que se trata de um modelo de equilíbrio pluralista elitista em que o cidadão se define como consumidor, o Estado como distribuidor e a democracia se confunde com um mecanismo de mercado, cujo motor é a concorrência dos partidos segundo o modelo de concorrência empresarial. Os diversos atores participam do jogo político como se estivessem negociando ou barganhando bens.

Mas o grande limite da proposta elitista está justamente no fato de ela negar a importância da cidadania e estimular a apatia política dos indivíduos. Aos cidadãos cabe apenas a função de escolher entre vários produtos políticos. Realizada essa opção, cada um pode voltar às suas atividades normais e os eleitos estão legitimamente autorizados a tomar as decisões que melhor lhes convier. O agravante maior é que nenhum valor é dado às iniciativas da própria sociedade no sentido de criar o ethos da participação. Os movimentos da sociedade civil não têm relevância alguma.

As observações que fizemos acima indicam claramente as razões por que a concepção elitista de democracia é insuficiente, ao menos como proposta de uma sociedade futura. A opção que fazemos pelo modelo participativo se deve, essencialmente, ao fato de ele oferecer os subsídios teóricos e normativos para analisar a experiência democrática brasileira, marcada pela confluência de

claramente: "A democracia delegativa é uma espécie particular de democracia representativa, na qual há uma preponderância de comportamentos e relações delegativas no interior de um padrão institucional definido pelo sistema representativo. Evidencia uma preeminência geral de, por exemplo, lideranças personalistas, eleições plebiscitárias, voto clientelístico etc sobre relações parlamentares, partidárias etc..."

associações de bairro e moradores, que lutam pela melhoria da qualidade de vida (poluição, transportes, comunicação, escolas, saneamento), pela liberdade de expressão, pelos direitos das minorias (sexuais, raciais, coloniais), pela co-gestão das empresas pelos trabalhadores. Enfim, lutas cujo objetivo é a construção da cidadania, onde os indivíduos não se vejam apenas como consumidores, mas como produtores da sociedade política, como cidadãos.

2.2 Sociedade Civil

O termo "sociedade civil" é mais um daqueles conceitos-chave da ciência política com significações as mais variadas. Em torno dele se estruturaram modelos analíticos, ideais filosóficos e projetos políticos bastante diversos e até contraditórios.

O primeiro pensador político moderno a utilizar o conceito de sociedade civil como um recurso analítico central - e ao mesmo tempo normativo - para dividir a sociedade entre dois momentos distintos, a sociedade civil (*societas civilis*) e a sociedade natural (*societas naturalis*) foi Hobbes. Em uma de suas principais obras, o *Leviatã* (1979: 74), o filósofo propõe a frase "*homo homini lupus*" para caracterizar o estado de natureza como o lugar da guerra, da destruição e da morte. Segundo ele, o homem é intrinsecamente ganancioso e a única forma encontrada para evitar a mútua destruição é estabelecer entre si um "contrato"²².

²²- Pelo contrato os indivíduos abdicam seu poder para o Estado, que passa a arbitrar sobre toda a sociedade. Por meio do contrato os homens legitimam o exercício de um poder, criado para defesa e proteção de todos, e que assim visa a manter artificialmente a unidade do social. É como se cada homem dissesse a cada homem: "Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações" (HOBBS, 1979:80). Além das obras *Leviatã* e *De Cive*, do próprio autor, há outros autores comentadores que se aprofundam no assunto. Ver: MACPHERSON, C.B.(1984); BERNES, Laurence. *Thomas Hobbes*. In: STRAUSS, L. & CROUSEY, J. (1993); BOBBIO, N. (1981) e (1992 b).

A teoria da formação do Estado moderno proposta por Hobbes ofereceu as bases para toda uma corrente de pensamento político chamado *contratualismo*. Na base dos autores contratualistas, entre eles o próprio Hobbes, Locke, Rousseau e Kant, está a concepção de que o Estado é um produto da razão ²³; é o momento supremo e definitivo da vida comum e coletiva do homem, em que o momento da força desregrada se transforma no reino da liberdade regulada.

Nas palavras de Bobbio (1992a: 1206):

"O Estado ou Sociedade civil nasce por contraste com um estado primitivo da humanidade em que o homem vivia sem outras leis senão as naturais. Nasce, portanto, com a instituição de um poder comum que só é capaz de garantir aos indivíduos associados alguns bens fundamentais como a paz, a liberdade, a propriedade, a segurança, que, no Estado natural, são ameaçados seguidamente pela explosão de conflitos, cuja solução é confiada exclusivamente à autotutela".

O entendimento de Locke e Kant sobre sociedade civil é bastante próximo a Hobbes, ao menos no aspecto específico de que ambos não estabelecem nenhuma distinção entre sociedade civil e sociedade política. Será Rousseau, em especial no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, quem usará a sociedade civil não no sentido de sociedade política, mas no sentido exclusivo de "sociedade civilizada".²⁴

²³- O Estado é um "ente da razão", como diz ROUSSEAU no *Contrato Social*, Livro I, cap. VII. Mas é em KANT - em especial em *A Paz Perpétua* (1989) - onde o Estado é definido como um puro conceito, apenas uma representação exclusivamente inteligível que possui um sentido normativo: em sua idealidade orienta a constituição dos povos, o estabelecimento das distintas comunidades políticas. Enquanto idéia, o estado indica o que um povo deve ser: reunião de uma multidão de seres humanos sob leis jurídicas, sob uma constituição civil. Ver ainda: BICCA, L. (1987:122), BOBBIO, N. & BOVERO, M. (1986: 89) e BOBBIO, N. (1987b: 19).

²⁴- Nesse texto (1985: 84) ROUSSEAU descreve, de um lado, o estado de natureza, apresentando-o como o momento em que os homens estão ocupados basicamente com a satisfação das necessidades essenciais; e por outro, a sociedade civil como o momento da corrupção, onde os indivíduos se pautam em vista dos interesses particulares e egoístas. A instituição da propriedade privada é

"A sociedade civil de Rousseau é a sociedade civilizada, mas não necessariamente ainda a sociedade política, que surgirá do contrato social e será uma recuperação do estado de natureza e uma superação da sociedade civil" (Bobbio, 1992a: 1207).

2.2.1 A Concepção Hegeliana

O entendimento hegeliano de sociedade civil não apenas rompe com a teoria do contrato, como também expressa a sensibilidade intelectual do autor no sentido de reconhecer o tipo de crise que se colocava naquele momento histórico ²⁵. Embora a contradição entre filosofia sistemática e teoria social perpassasse toda sua obra (Arato, 1994: 44) é possível afirmar que a noção de sociedade civil não é apenas sistemática, é também histórica. O próprio Hegel reconhece isso, especialmente quando afirma que os estados antigos - tanto aqueles despóticos do Oriente imóvel como aqueles das cidades gregas - não continham em seu seio uma sociedade civil e que a "descoberta da sociedade civil pertence ao mundo moderno" (Apud. Bobbio. 1992b: 43).

Nosso objetivo, no entanto, não é investigar a historicidade dos conceitos hegelianos ou, em outros termos, discutir se a máxima "tudo o que é real é

apresentada como a principal causa da perda da liberdade. Afirma o autor : "O primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer: "Isto é meu" e encontrou pessoas bastante simples para crê-lo foi o verdadeiro fundador da sociedade civil"

²⁵- Segundo ARATO (1994: 43) a obra *Princípios da Filosofia do Direito* é a primeira e mais bem sucedida tentativa de apresentar o conceito de sociedade civil como uma teoria acerca de uma sociedade complexa e diferenciada. Por meio desse conceito Hegel pode criticar dois resultados da modernidade. O primeiro é o projeto da Revolução Francesa de estabelecer uma relação direta entre indivíduos e Estado. Para ele essa pretensão representava a origem do terror. O segundo é o alto grau de individualismo que a modernidade capitalista havia criado (o mundo das necessidades). O exacerbamento do interesse privado conduzia para o debilitamento e até desaparecimento da vida ética. Ver ainda: HABERMAS, J (1990b: 142) .

racional e tudo o que é racional é real" é verdadeira ou não. A identidade entre conceito e realidade é um pressuposto epistemológico tão nítido e caro na obra do autor que fica difícil estabelecer uma linha demarcatória entre o que é descritivo (histórico-factual) e o que é prescritivo (normativo-ideal) .

Embora essa dificuldade seja um tanto intransponível, procuraremos mostrar ao longo desta breve análise que o conceito de sociedade civil constitui a estrutura no interior da qual a "oposição entre ser e dever ser, sujeito e objeto, direito e dever, e até mesmo racional e efetivo, reaparece" (Arato,1994:29). Em outras palavras significa dizer que há uma dualidade envolvida no conceito hegeliano de sociedade civil.

Neste sentido, afirmar que a sociedade civil é apenas o espaço da ética seria ocultar uma outra dimensão tão importante quanto esta, como o caráter alienante, individualista e competitivo, inerente ao mundo das necessidades. As categorias da sociedade civil - o sistema das necessidades, o sistema do direito, a polícia, as corporações e até mesmo a legislatura - fazem parte da dialética da entre "sittlichkeit" (vida ética) e "antisittlichkeit" (vida antiética) ²⁶.

Segundo Arato (1994:52), quando Hegel define a sociedade civil como o sistema da "sittlichkeit" "perdida e dilacerada entre seus extremos" ele tem em mente a aproximação dos dois extremos, ou seja, "o individualismo egoísta é integrado por uma generalidade abstrata inteiramente estranha à vontade dos indivíduos".

²⁶ ARATO, A. (1994:50) é muito perspicaz ao observar este aspecto, porque é justamente isto que o impede de desenvolver tanto uma crítica radical à sociedade civil como uma apologia à sociedade burguesa. O próprio autor observa que se a sociedade civil fosse interpretada enquanto alienação, a integração social teria de ser concebida exclusivamente nos níveis da família e do Estado. De outro lado, se ela fosse interpretada exclusivamente enquanto forma de integração, então os elementos conformistas da teoria sobressairiam ao mesmo tempo que os aspectos negativos da sociedade civil burguesa.

A primeira e fundamental instituição da sociedade civil é o sistema das necessidades ²⁷, onde os indivíduos agem egoisticamente com vistas à satisfação dos interesses privados ou da liberdade subjetiva (Hegel, 1986: §182). Na *Fenomenologia do Espírito*, em especial sobre a dialética senhor e escravo, o autor apresenta a luta pela sobrevivência (escravo) e a busca pelo reconhecimento (senhor) como a mola propulsora da humanidade. Reconhece que a moderna economia capitalista gera uma competição tão acirrada entre os indivíduos e as classes que acaba solapando as bases éticas da comunidade.

As exigências patológicas do sistema das necessidades, que gera os extremos da pobreza e da riqueza, requerem a formação das corporações e de um conjunto de instituições legais (a polícia e a administração da justiça) que visam introduzir o indivíduo na vida ética. A pluralidade e a diversidade desses grupos intermediários evitariam uma divisão entre público e privado e criariam uma ligação entre o individualismo egoísta do mercado e uma forma de solidariedade societária.

Todavia, Hegel sabia muito bem que as associações não eram suficientes para garantir a continuidade da vida ética. Era preciso uma garantia institucional que estivesse acima da diversidade dos interesses e opiniões dos homens individuais. O único ator universal que podia, efetivamente, estar acima das particularidades seria o Estado ²⁸.

Sem entrar nas questões centrais que cercam o debate hegeliano sobre o Estado - como sujeito universal e sua relação com a sociedade civil e com o indivíduo - interessa-nos chamar a atenção para o fato de que a sociedade não antecede o Estado, mas é o primeiro momento de sua formação. Bobbio (1992b: 43)

²⁷- Hegel denomina sistema das necessidades a forma de vida econômica organizada em torno da compra e venda contratual de mercadorias por indivíduos proprietários.

²⁸- Sobre a importância do Estado no projeto hegeliano de oferecer uma síntese entre a concepção antiga de "ethos" e a liberdade do indivíduo moderno, ver HEGEL, G. F. *Princípios da Filosofia do Direito* (1986: Iª Parte, 2ª e 3ª secção) e ainda o capítulo escrito sobre Hegel, In: STRAUSS, L. & CROPSEY, J. (1993).

comenta este aspecto observando que a distinção hegeliana entre estado e sociedade civil representa a distinção entre um Estado inferior e um Estado superior. Segundo o autor:

"... enquanto o Estado superior é caracterizado pela constituição e pelos poderes constitucionais, tais como o poder monárquico, o poder legislativo e o poder governativo, o Estado inferior opera através de dois poderes jurídicos subordinados - o poder judiciário e o poder administrativo. Destes dois, o primeiro tem a tarefa prevalentemente negativa de dirimir os conflitos de interesse e de reprimir as ofensas ao direito estabelecido; o segundo, de prover a utilidade comum, intervindo na fiscalização dos costumes, na distribuição do trabalho, na educação, na ajuda aos pobres, em todas as atividades que diferenciam o Wohlfahrt-Staat, o Estado que provê o bem-estar externo de seus súditos".

As corporações desempenham uma função muito importante no processo de integração social, na medida em que elas servem de intermediárias entre o Estado e o indivíduo na formação da virtude pública. A função da corporação consiste, antes de mais nada, na educação e na socialização. A associação empresarial devia combinar o treinamento vocacional com o treinamento para a cidadania. Assim, toda a vida corporativa assumiria a já mencionada modernização da sua estrutura, ao educar os indivíduos para a internalização do bem comum, auxiliando na superação do hiato entre burguês e cidadão produzido pela sociedade civil. Deste processo espera-se o desenvolvimento de formas de solidariedade que influam na estrutura motivacional dos indivíduos, substituindo a identificação egoísta por preocupações coletivas. Como diz Arato (1994: 67):

"... a corporação constitui uma segunda família suficientemente pequena e determinada nos seus

objetivos para permitir a participação genuína dos seus membros, dentre os quais apenas uma parte da população está incluída".

Concluindo, podemos dizer que a sociedade civil é, de um lado, a organização em vista dos interesses privados, mas é, do outro lado, a própria raiz ética do Estado, de forma que a melhor definição de sociedade civil é chamá-la de ética. Ela representa o início do Estado, como eticidade ou expressão mais acabada do espírito absoluto.

2 . 2 . 2 A Interpretação Marxista: Marx e Gramsci

É muito conhecida e relativamente aceita a afirmação de que Marx inverte Hegel. No caso específico da sociedade civil não é precisamente isso que ocorre. Antes de uma inversão, Marx opta por restringir o conceito hegeliano a apenas um aspecto: o sistema das necessidades. Na *Crítica da Economia Política* (1987:30) afirma que, estudando Hegel, chegou à convicção de que as instituições jurídicas e políticas tinham suas raízes nas relações materiais de existência e que, por isso "a anatomia" da sociedade civil deve ser buscada na economia política.

Entendida desta forma, a sociedade civil jamais poderia ser considerada uma instituição intermediária na construção da vida ética. A estrutura econômica da sociedade (infra-estrutura) tem o poder de determinar as relações entre os homens (produção, política, moral-religiosa etc). As esferas da superestrutura, como o direito, o Estado, a moral, são os espaços privilegiados para a reprodução das condições para o desenvolvimento da propriedade privada. Os proprietários dos

bens de produção utilizam-se principalmente do direito e do Estado para legitimar as relações de dominação de uns sobre os outros ²⁹.

Na *Questão Judaica*, Marx enfatiza que a formação dos sujeitos econômicos na sociedade capitalista criou indivíduos independentes que se proclamam libertos e iguais perante o Estado. A esfera das relações materiais é o verdadeiro centro ou teatro da história. O momento estrutural assume o status de grandeza divina, determinante dos acontecimentos e, principalmente da consciência, da política, e do direito (o momento superestrutural). A sociedade civil é definida como "sociedade burguesa" ³⁰.

A sociedade civil é o locus onde os indivíduos lutam pela maximização dos seus interesses individuais, em particular a busca pelo acúmulo de capital. As relações intersubjetivas se caracterizam justamente por essa dimensão conflitiva ou por uma espécie de "estado de guerra" onde os valores éticos tem validade apenas enquanto legitimam a exploração de uns sobre os outros .

Na observação de Bobbio (1992a: 1209) a sociedade civil de Marx e o estado de natureza dos jusnaturalistas têm em comum um "homem egoísta" como sujeito:

" Tanto a 'sociedade natural' dos jusnaturalistas, quanto a 'sociedade civil' de Marx indicam a esfera das relações econômicas intersubjetivas de indivíduo a indivíduo, ambos independentes, abstratamente iguais, contraposta à esfera das relações políticas, que são relações de

²⁹- Na obra juvenil chamada "*Crítica a filosofia do Direito de Hegel*" MARX critica a solução que Hegel oferece a contradição entre liberdade subjetiva (interesses particulares) e liberdade objetiva (interesses coletivos) - ou a passagem do particular para o universal - ao dizer que Hegel subordinou a realidade sob a lógica da idéia. Segundo Marx, o Estado político tivera de impor uma ordem externa à sociedade a fim de evitar a explosão de suas contradições radicais, baseadas nos interesses privados e, ao mesmo tempo, tivera de torná-la o princípio imanente do direito contra a variedade dos interesses particulares no âmago deste caos. Vide principalmente a obra de Marx acima referida e FLICKINGER, Hans-Georg (1986: 44-57).

³⁰- BOBBIO, N. desenvolve esta questão em alguns de seus trabalhos como (1992b), (1987), (1992a) .

domínio. Em outras palavras, a esfera dos 'privados' (no sentido de que 'privado' é um outro sinônimo de 'civil' em expressões como 'direito privado' que equivale a 'direito civil') se contrapõe à esfera do público".

Depois de Marx, a sociedade civil passou a ser comumente entendida como a esfera do pré-estatal ou definida como oposição ao Estado. No interior da tradição marxista, esta categoria esteve presente na grande maioria dos pensadores, embora tenhamos que observar a variação de entendimentos. Foi Antonio Gramsci, no entanto, quem fez uso do conceito para desenvolver uma crítica simultânea a Hegel ³¹ e Marx e, principalmente, assentar toda uma proposta filosófico-política de transformação da sociedade capitalista ocidental.

A importância teórica que esta categoria analítica assume no conjunto da obra do autor tem sua base numa leitura de conjuntura política que o filósofo desenvolve em torno da implantação do socialismo na URSS e de uma análise da sociedade italiana de seu tempo. Ao chamar a atenção sobre a importância da cultura no processo de transformação (também de manutenção) social, Gramsci manifesta sua convicção de que o projeto socialista devia ser pensado de forma específica em cada país. A percepção das diferenças econômicas, políticas, mas principalmente sócio-culturais entre "Oriente" (URSS) e "Ocidente" (Europa, particularmente a Itália) fizeram-no crítico do dogmatismo teórico e sensível diante do caráter heterogêneo da realidade (Trevisol, 1993).

³¹- A posição de Gramsci em relação a Hegel é dialética: conserva e eleva, ou seja, critica mas também apropria-se do mestre. Conforme OLVERA & AVRITZER (1992: 235) Gramsci critica Hegel em dois sentidos: "primeiro, por sacar de la sociedad civil el sistema de necesidades, cuyo principio de organizacion es diferente, y segundo, por localizar en la sociedad civil una significancia cultural, en la que los cuerpos intermedios y asociaciones no sólo defienden intereses, sino además valores simbólicos". Na opinião de BOBBIO, N. (1987:36) Gramsci, ao referir-se à sociedade civil, não colhe de Hegel o sistema das necessidades, mas o conteúdo ético do Estado: "a sociedade civil que Gramsci tem em mente, quando se refere a Hegel, não é a do momento inicial, no qual explodem as contradições que o Estado irá dominar, mas a do momento final, em que, através da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações) são postas as bases para a passagem ao Estado".

A construção do socialismo no Ocidente devia, segundo ele, se pautar por estratégias de ação diferentes daquelas utilizadas na Rússia. A "guerra de movimento" devia ceder lugar à "guerra de posição" ³², ou seja, a revolução socialista é pensada como um processo que tem como ponto de partida a sociedade civil. Dentro desse contexto Gramsci escreve em 1926 *A Questão Meridional*. No texto, o autor idealiza a formação de alianças entre os operários do Norte e os camponeses do Sul como estratégia de luta mais viável para a construção de um novo bloco histórico ³³.

Ciente de que a tomada do Estado e o fim da propriedade privada eram insuficientes para o sucesso da revolução socialista no Ocidente, Gramsci retoma a noção de sociedade civil como o "lócus" privilegiado para a construção da hegemonia. Entendendo-a como os "aparelhos privados de hegemonia" (o intelectual, o sindicato, o partido, a Igreja, a escola etc) recupera algo que em Marx aparecia como simples reflexo da estrutura.

A bem da verdade, como observa Bobbio (1987:41) e Portelli (1987:20) o sistema gramsciano opera duas inversões em relação a Marx: primeiro, privilegia a superestrutura em relação a estrutura; e, segundo, concede um privilégio ao momento ideológico com relação ao institucional. A sociedade civil de Gramsci continua como em Marx, sendo o teatro da história, porém pertence ao momento superestrutural.

³²- Gramsci aprofunda o que ele chama de "guerra de posição" ou "revolução passiva" no livro *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1976:75-80). Maiores aprofundamentos vide : COUTINHO, C. N.(1989); FELICE, Franco de (1978) e GRUPPI, L.(1991); DIAZ-SALAZAR, R. (1991); MACCIOCCHI, M. A.(1980); STACCONE, G. (1991); TREVISOL, J. (1993).

³³- A citação a seguir, extraída da *Questão Meridional* (1987: 139) contém a síntese daquilo que Gramsci entenderá por hegemonia também nos *Quaderni*. Ei-la : "o proletariado pode-se tornar classe dirigente e dominante, na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da classe trabalhadora - o que significa na Itália, dada as reais relações de classe existentes que o proletariado pode se tornar a classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas". O tema da hegemonia surge como estratégia no sentido de indicar as forças sociais que podem e devem ser envolvidas no processo revolucionário.

No livro *Os intelectuais e a Organização da cultura* (1989: 10-11) Gramsci processa uma verdadeira ampliação no próprio conceito de superestrutura ao identificar dois momentos básicos:

"Podemos, para o momento, fixar dois grandes níveis superestruturais: o primeiro pode ser chamado de 'sociedade civil', isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente denominados 'privados'; e o segundo de 'sociedade política' ou do 'Estado'. Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade; e, de outro, a dominação direta ou ao comando que é exercido através do Estado e do governo jurídico".

Ao ampliar o conceito de superestrutura, dividindo-o em dois momentos, Gramsci oferece um modelo tripartite de análise social: a estrutura (economia), a sociedade política (o Estado) e a sociedade civil (os aparelhos de hegemonia). Tomada no sentido normativo, a sociedade civil tem um status privilegiado em relação às outras esferas, justamente porque numa sociedade socialista a economia estará sendo gerida pelo Estado e este, por sua vez, decomposto no interior da sociedade civil. É o que Gramsci chama de "teoria ampliada do Estado", ou seja, a coerção cede espaço ao consenso ³⁴.

2 . 2 . 3 Uma Opção Teórica : Cohen e Arato

O modelo tripartite de análise social proposto por Gramsci serviu de referencial analítico para compreender a complexidade que envolve as sociedades capitalistas contemporâneos e, principalmente, ofereceu um quadro teórico para as

³⁴- Vide: BUCI-GLUCKSMANN, C. (1990 - especialmente o capítulo 3) e COUTINHO, Carlos N. (1989 - especialmente o capítulo 5).

esquerdas pensarem uma ação política mais articulada no interior dessas sociedades. Especialmente a partir da década de 60, a proposição gramsciana de que a sociedade civil é espaço privilegiado para a luta política tornou-se uma máxima no interior dos movimentos sociais. O status normativo, e também sociológico, dessa categoria, continua sendo fonte de inspiração para pensadores dos mais diversos países e tendências políticas.

Na atualidade, especialmente após a crise do socialismo real ³⁵ e a consolidação de democracias institucionais em diversos países, o conceito de sociedade civil passou a ser central no sentido de formular novas formas de relação entre Estado e sociedade e, ao mesmo tempo, consolidar uma base institucional para a democracia participativa.

Cohen e Arato, no livro *Civil society and political theory*, partem da distinção proposta por Habermas entre *sistema* e *mundo da vida* para recriar um conceito de sociedade civil que dê conta de dois aspectos: as mudanças históricas dos últimos anos, e a necessidade de uma conceituação que autonomize a sociedade em relação à lógica do poder e do mercado e, desta forma, reconstruir o modelo tripartite de Gramsci ³⁶.

A teoria habermasiana da modernidade sustenta que ocorreu um processo primário de diferenciação das estruturas da racionalidade. De um lado, o sistema, composto por dois subsistemas - o Estado (lógica estratégica do poder) e o mercado (lógica estratégica do intercâmbio) - que tem como finalidade assegurar a reprodução material e institucional da sociedade. Os dois subsistemas desenvolvem

³⁵ - O que torna as revoluções do outono de 1989 "sui generis" é que o fim último por elas visado não é a tomada do Estado, nem mesmo a sua reestruturação, mas a redefinição das relações entre Estado e sociedade, sob a ótica desta última. Do ponto de vista teórico, as análises que se fundavam sobre a idéia de uma vontade geral (de Rousseau a Marx) demonstraram-se limitadas. O desafio que se coloca para a teoria política é pensar estes acontecimentos à luz de uma categoria que sintetize o movimento ou a efervescência dos grupos sociais.

³⁶ - Ver principalmente o capítulo II do livro de COHEN & ARATO (1992). E ainda o artigo de COSTA, S. (1994).

certos mecanismos auto-reguladores - o poder e o dinheiro - que asseguram a "integração sistêmica". No interior do sistema predomina a ação instrumental ou estratégica.

Do outro, o mundo vivido, que se compõe da experiência comum a todos os atores, da língua, das tradições e da cultura partilhada por eles. Ele representa aquela parte da vida social cotidiana na qual se refere "o óbvio", aquilo que sempre foi, o inquestionado. Nas palavras de Habermas :

"...el mundo de la vida aparece como un depósito de autoevidencias o de convicciones incuestionadas, de las que los participantes en la comunicación hacen uso en los procesos cooperativos de interpretación (...) es el lugar transcendental en que hablante y oyente se salen al encuentro; en que pueden plantearse recíprocamente la pretensión de que sus emisiones concuerdan con el mundo (con el mundo objetivo, con el mundo subjetivo y con el mundo social); e en que pueden criticar y exhibir los fundamentos de esas pretensiones de validez, resolver sus dissentimientos y llegar a un acuerdo" ³⁷.

O mundo vivido apresenta, contudo, duas facetas: a faceta da continuidade e das "certezas" intuitivas e a faceta da mudança e do questionamento dessas mesmas certezas. O que sempre foi pode ser questionado graças às características intrínsecas da ação comunicativa ³⁸.

Assim como o sistema se diferencia em dois subsistemas, também ocorrem diferenciações no interior do mundo vivido. Habermas distingue três diferentes estruturas ou subsistemas: o cultural, o social e a personalidade. Esses mecanismos são regulados, segundo Habermas, pela ação comunicativa, dependendo da linguagem. A continuidade ou mudança das normas e valores que regem a

³⁷- Vide: *Teoría de la acción comunicativa, II. Crítica de la razón funcionalista* (1992). A primeira parte da citação encontra-se na página 176 e a segunda na 179.

³⁸- Ibid., v. I . p. 104.

"Lebenswelt" (mundo da vida), como um todo, depende da aceitação ou não, por parte dos atores dessas normas e valores.

O mundo da vida é o espaço sócio-cultural, o domínio da reprodução cultural, a integração social e a socialização. Ele é um reservatório de tradições e conteúdos comuns do qual se nutrem os membros de um grupo social nas suas vidas diárias. O tipo de ação social que o constitui é a ação comunicativa. Habermas observa, no entanto, que ao longo da modernidade, o mundo vivido foi "colonizado" pela lógica sistêmica, ou seja, os potenciais comunicativos foram reprimidos pela interferência dos subsistemas dinheiro e poder (o cálculo da eficácia). As instituições especializadas na socialização, na integração social e na transmissão da cultura são crescentemente funcionalizadas para servir aos imperativos dos subsistemas fora de controle e em expansão ³⁹.

A análise habermasiana a respeito da "colonização do mundo da vida" abre distância da leitura que Weber - mas também Adorno, Horkheimer e mesmo Foucault - faz da modernidade. Weber identifica a racionalização com a modernização. Partindo da tese da "racionalização" com base nas concepções religiosas do mundo, tão bem analisadas no exemplo da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1992:131), Weber não parece ter dúvidas quanto à validade da equação: modernização é igual a racionalização. A modernidade é o próprio mundo racionalizado da economia capitalista, do Estado burocrático moderno, das esferas de valor da ciência, arte e moral. A racionalização do mundo levou ao seu desencantamento, da perda de sentido e de liberdade.

³⁹- A substituição da racionalidade comunicativa pela ação estratégica no interior das instituições é indicada por Habermas como uma das grandes patologias da modernidade. À medida que o sistema impõe sua própria lógica, as instituições no interior das "esferas de valor", autonomizadas, deixam de funcionar segundo os seus princípios básicos de "verdade", "moralidade", "expressividade", permanentemente questionáveis e suscetíveis de revalidação mediante a "ação comunicativa" ou o "discurso", passando a ser regidas pelos mecanismos de integração sistêmica: dinheiro e poder. Ver: FREITAG, B.(1993:29) e COHEN & ARATO (1994: 162).

Ao contrário de Weber, Habermas argumenta que os desencontros da modernidade se originam, não na racionalização como tal, mas no fracasso para desenvolver e institucionalizar, de uma maneira equilibrada, todas as diferentes dimensões da razão inauguradas pela compreensão moderna do mundo. O que é problemático não é a modernidade cultural, mas justamente sua forma seletiva de institucionalização e empobrecimento cultural ⁴⁰.

Ao livrar a modernidade de uma espécie de enclausuramento pessimista para o qual autores como Nietzsche, Weber, Adorno, Horkheimer, Foucault, Derrida...contribuíram, Habermas (1990) procura resgatar os espaços onde é possível assentar as bases para o desenvolvimento de uma racionalidade emancipadora, a razão comunicativa. Por meio da "descolonização" do mundo da vida e de seu "reacoplamento"⁴¹ ao sistema, o autor propõe a superação das patologias da modernidade.

Cabe, portanto, às estruturas do mundo da vida (a cultura, a sociedade, a personalidade) a tarefa de ampliar os espaços dialógicos, livres de coerção e, desta forma, expandir a racionalidade comunicativa, tanto para o interior do mundo vivido como em direção aos dois subsistemas: o Estado e o mercado.

É precisamente deste ponto que Cohen e Arato partem para formular seu conceito de sociedade civil, ou melhor, propor um conceito habermasiano de sociedade civil ⁴². Procuram estabelecer uma identidade entre o processo de defesa

⁴⁰- Na obra *"Teoría de la acción comunicativa I"* (1992), em particular o capítulo intitulado "La teoría de la racionalización de Max Weber", Habermas diseca a análise weberiana da racionalização a fim de mostrar como ela é incapaz de captar a dualidade que envolve as sociedades contemporâneas e encerra a modernidade numa visão pessimista. Ver ainda: McCARTHY, T.(1991).

⁴¹- O "reacoplamento" não significa regressão a formas de indiferenciação anteriores, não significa a extinção dos limites estabelecidos e das autonomias adquiridas. A "descolonização" se impõe para permitir a livre atuação da razão comunicativa em todas as esferas e instituições do mundo vivido e na busca dos últimos fins do sistema.

⁴²- Para maiores aprofundamentos ver os capítulos 8 e 9 intitulados respectivamente de "Discourse Ethics and Civil Society" e "Social Theory and Civil Society", onde os autores detalham melhor o conceito de sociedade civil. Na página 481, os autores oferecem um esquema que diferencia bem as

do mundo da vida e a idéia de movimentos da sociedade civil. Segundo os autores, a abordagem de Habermas da sociedade não consegue apontar fóruns e atores capazes de defender o mundo da vida da sua colonização pelo sistema ⁴³.

A sociedade civil para estes autores (1992: 429) e (1994: 154) é o conjunto das instituições especializadas na transmissão de cultura (reprodução de tradições), na integração social (solidariedade) e na socialização (identidade). O conjunto das instituições especializadas que visam reproduzir e transmitir a cultura, promover a integração social (construir solidariedade) e criar identidades é o que melhor corresponde ao conceito de sociedade civil.

A existência das instituições e, portanto, da sociedade civil, pressupõe uma estrutura jurídica e uma Constituição que articula os princípios subjacentes à sua organização interna. No contexto de um mundo da vida modernizado, a sociedade civil existe somente onde existe garantia jurídica da reprodução das várias esferas na forma de um conjunto de direitos.

O discurso dos direitos emerge como uma condição "sine qua non" à existência da própria sociedade civil - enquanto esfera autônoma em relação ao Estado e ao mercado - mas principalmente a torna um "lócus" gerador de novos direitos. Diferentemente de Marx e de Foucault, o Estado é entendido como "agência de legalização de direitos" e os direitos surgem enquanto "reivindicações de grupos ou indivíduos nos espaços públicos de uma sociedade civil emergente"(1994: 155).

duas esferas cunhadas por Habermas e o conjunto de instituições que visam a reprodução tanto de uma quanto da outra:

Lifeworld
Lifeworld Institutions - Civil Society
Political and Economic Society (political and economic institutions of mediation)
Political and Economic Steering Mechanisms

⁴³- O artigo de AVRITZER, L. (1993) procura mostrar os pontos de interface entre Habermas e a teoria da sociedade civil de Cohen e Arato, mas principalmente, em que medida esta teoria é capaz de captar o significado das mudanças políticas em curso, principalmente no Leste europeu e América Latina.

Dito isto, Cohen e Arato (1994:154) identificam três complexos de direitos típicos da sociedade civil:

- a) os direitos de reprodução cultural (liberdade de pensamento, imprensa, expressão e comunicação);
- b) direitos garantidores da integração social (liberdade de associação e reunião);
- c) direitos asseguradores da socialização (proteção da privacidade, intimidade e inviolabilidade do indivíduo).

Partindo de Habermas, os autores abordam a duplicidade funcional do direito ou o caráter ambíguo da juridificação nas sociedades contemporâneas. Afastando-se das leituras que vêem a esfera jurídica como um recurso para a defesa da propriedade privada (Marx) ou a expressão da racionalidade instrumental (Weber) e ainda como puro meio de controle (Foucault), Cohen e Arato enfatizam a dualidade:

" Enquanto *meio de controle*, o direito funciona como um meio organizacional, que, conjuntamente com o poder e o dinheiro, constitui as estruturas da economia e da administração, de tal modo que elas possam ser coordenadas independentemente da comunicação direta. Por outro lado, *enquanto instituição*, o direito constitui ele próprio "um componente social do próprio mundo da vida (...) em continuidade com as normas éticas e as esferas de ação constituídas comunicativamente" (1994:167).

O fortalecimento legal da sociedade civil não é sinônimo de aumento da intervenção burocrático-administrativa sobre o mundo da vida. Na medida em que o direito contribui para preservar a autonomia da esfera pública ante o Estado e a economia a sociedade civil resgata sua dimensão utópica:

"O horizonte utópico da sociedade civil consiste na preservação dos limites entre os diferentes subsistemas e o mundo da vida, junto com a preservação da influência das considerações normativas, baseadas nos imperativos para a reprodução do mundo da vida, em relação às esferas da ação organizadas formalmente" (Cohen e Arato, 1994:171).

A existência de um Estado constitucional-democrático é o pressuposto básico para a emergência de associações voluntárias que formam o tecido social e materializam novas formas de solidariedade. Os movimentos sociais emergem neste quadro como os atores políticos fundamentais para que os assuntos de interesse coletivo sejam discutidos no âmbito de uma esfera pública o mínimo possível manipulada.

O fortalecimento da sociedade civil é indispensável para que a esfera pública se desenvolva e funcione como "caixa de ressonância" ⁴⁴ dos problemas que devem ser trabalhados pelo sistema político. Operando sobre as bases da intersubjetividade e do entendimento genérico proporcionado pela linguagem trivial da práxis cotidiana, a esfera pública é o espaço onde a disputa de idéias (a discussão pública) vai, gradativamente, gestando os consensos públicos. Por meio de procedimentos democráticos legais, as demandas públicas se dirigem aos complexos parlamentar e judiciário - estes funcionam como eclusas que, normalmente, controlam e até impedem o acesso dos fluxos comunicativos provindos da periferia aos centros decisórios - com vistas a chamar a atenção ou persuadir os membros autorizados do poder político.

Concluindo este item, apresentamos alguns pontos que, ao nosso entender (Trevisol, 1995), tornam a obra de Cohen e Arato de grande valia para

⁴⁴- A discussão a respeito da esfera pública, e principalmente sua importância para o sistema democrático, foi proposta originalmente por HABERMAS, J (1984); (1994:8-9) e (1987:112-3); COSTA, S. (1994: 42-43) e FREITAG, B.(1995).

compreender as sociedades dos anos 90 e indicar as forças sociais que podem efetivamente cooperar na construção de uma sociedade mais democrática:

a) ao aprofundar a distinção entre Estado, mercado e sociedade, os autores limitam o conceito de sociedade civil aos grupos e movimentos da sociedade que se colocam fins o máximo possível generalizáveis, ou seja, que os objetivos postos sejam passíveis de aceitação pela coletividade. Embora isto seja empiricamente difícil de classificar (porque se trata mais de um recorte normativo que empírico) as associações que reivindicam apenas a realização de interesse particularistas (grupos de interesses como associações empresariais, grupos corporativos) não podem ser denominados sociedade civil;

b) A associação entre a análise habermasiana e a idéia de sociedade civil resulta numa "teoria societária da democracia" que nos permite entender os movimentos democráticos dos países do Leste e da América Latina como reação aos processos de fusão entre Estado e mercado e Estado e sociedade;

c) Permite, também, perceber os limites das propostas neoliberais ora em voga na América Latina, que, em última instância, visam a substituir uma forma de desenvolvimento estruturada a partir do Estado pela rejeição sistemática de toda e qualquer forma de limitação da "racionalidade perfeita do mercado". Essa abordagem apresenta uma terceira via, a da interação social, a ser fortalecida no processo de desestatização das sociedades;

d) A sociedade civil tem uma sólida fundação em si mesma e não aparece só como um terreno para a continuação do domínio por outros meios. Ela é uma arena de aprendizagem normativa e criação cultural independente de um centro externo, o partido, como era em Gramsci;

e) O conceito oferece o conteúdo normativo para um projeto democrático que vai além da democracia representativa. Indica os movimentos e as

instituições do mundo da vida como os portadores de uma normatividade política fundada principalmente na solidariedade social.

2.3 Movimentos da Sociedade Civil e Democracia

A rápida reconstrução que fizemos do conceito de sociedade civil e a apresentação das idéias centrais de Cohen e Arato, nos possibilitam afirmar que essa categoria ocupou e continua ocupando um status (analítico e normativo) privilegiado no interior do pensamento político moderno. No contratualismo clássico, ela é a fonte originária do Estado liberal; em Hegel sua função é desenvolver as bases sociais e éticas para que o Estado se realize como ente da Razão; em Tocqueville, o associacionismo típico da sociedade civil é tomado como um grande passo rumo à democracia; em Gramsci é o lugar privilegiado para a revolução socialista ou para viabilizar o progresso "moral e intelectual" de toda a sociedade; em Cohen e Arato ela é uma categoria analítica central para entender o contexto político deste final de século.

No item anterior, tratamos a sociedade civil sob uma perspectiva mais teórico-conceitual que histórico-política. As considerações que faremos daqui em diante pretendem realçar a relevância analítica deste conceito para entender um conjunto bastante amplo e variado de movimentos da sociedade, como ONGs, movimentos sociais, associações de moradores, associações voluntárias etc. Os argumentos que se seguem objetivam enfatizar melhor ainda a relação de complementaridade entre o sistema democrático e a sociedade civil organizada.

Um dos primeiros trabalhos sociológicos em que o conceito de sociedade civil tem uma função analítica fundamental é a obra *A democracia na América*, de Tocqueville. Mas foi no século XX, com o fortalecimento dos

movimentos sociais antigos e novos, que essa categoria passou a ser amplamente empregada. As ciências sociais na América Latina, especialmente a partir da década de 60, produziram um número bastante expressivo de trabalhos em que o conceito foi utilizado para categorizar a rede de movimentos que se organizavam no interior da sociedade. A chamada "teoria dos movimentos sociais" deu mais especificidade a este termo, na medida em que interpretou o conjunto das iniciativas sociais como um desejo ou uma luta pela transformação social.

Influenciados pelas idéias gramscianas e, principalmente, pelas experiências autoritárias que marcaram as décadas de 60 e 70 em quase todos os países latino-americanos, os intelectuais viam nos movimentos da sociedade civil a possibilidade concreta de construir uma base política e normativa para uma transformação social mais ampla. A sociedade civil não era apenas um conceito; ela também sintetizava uma aposta ou uma utopia social.

Evidentemente que os projetos de sociedade variavam bastante, mas prevaleceram basicamente dois modos ⁴⁵ de ler o conteúdo político na emergência da sociedade civil. Uma primeira leitura identificava tais movimentos como uma contra-reação à hegemonia autoritária e capitalista, ou seja, o descontentamento generalizado com a ordem vigente e o desejo pela construção do socialismo seriam as fontes sócio-ideológicas básicas que criavam identidade entre as pessoas e os diversos grupos. As organizações sociais de base expressavam não apenas que o

⁴⁵- A classificação que estamos sugerindo aqui é bastante genérica. Uma classificação detalhada e sistemática da grande maioria dos artigos e livros escritos sobre o tema seria difícil de ser feita devido a algumas razões: a) a primeira se deve ao próprio número de trabalhos escritos; b) uma sistematização bem elaborada demandaria inclusive uma análise de discurso buscando identificar o imaginário presente e a própria vinculação teórica do autor; c) soma-se ainda uma dificuldade analítica: o projeto democrático e o socialista aparecem como idênticos em muitos escritos. Para esta sintética reconstrução do conceito de sociedade civil na América Latina partimos da seguinte literatura: CASTAÑEDA, J. (1994); COUTINHO, C. N. & NOGUEIRA, M. A. (1988); MOISÉS, J. A. (1988); RESTREPO, L. A. (1990).

socialismo era o projeto social pretendido, como também concretizavam uma tática ou um meio interessante de construir o socialismo na América Latina.

A segunda leitura também interpretava esses movimentos como uma luta pela mudança social, porém o conteúdo político não era exclusivamente o socialismo. Ao dar-se conta da pluralidade de objetivos e estratégias presentes nas organizações da sociedade civil, reconhece que o fim último visado não era propriamente a extinção da propriedade privada e a tomada do Estado pelos trabalhadores etc. O projeto político era plural, amplo, mas relativamente modesto, ou seja, pretendia combater o autoritarismo social (desigualdade sociais e econômicas), cultural (discriminação racial, de sexo etc) e político (democratização do sistema político). Em se tratando de uma época marcada pela negação de todos os direitos, a luta pelo fim do autoritarismo político era a mais evidente.

A organização funcionava como uma espécie de instinto de defesa contra as atrocidades praticadas por regimes políticos orientados para reprimir e servir ao capitalismo internacional. As CEBs, os mais variados movimentos sociais urbanos e camponeses, as associações de moradores, o movimento sindical etc, eram interpretados como expressões diferentes da luta pela democracia ⁴⁶.

O processo de democratização que se iniciou na década de oitenta na quase totalidade dos países latino-americanos, deu razão e fortaleceu ainda mais a abordagem que enfatizava a importância dos movimentos da sociedade civil na construção da ordem democrática. A sociedade civil apresenta-se, então, como um espaço imprescindível na constituição de espaços alternativos de participação

⁴⁶- Há uma ampla literatura escrita sobre estas questões. Citamos aqui apenas algumas: CALDERON, F. & SANTOS, M. (1989); SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (1987); LARANJEIRA, S. (Org) (1990); SADER, E. (1991); CARDOSO, R. (1987) e (1988); DOIMO, Ana Maria (1984).

política, no questionamento da ordem instituída, na difusão de valores democráticos e, fundamentalmente, na sedimentação da idéia de cidadania na cultura política ⁴⁷.

A democratização na América Latina, mais um conjunto de outros acontecimentos políticos ocorridos no mundo todo ao longo da década de 80, fizeram da sociedade civil uma das temáticas centrais da ciência política neste final de século. Avritzer (1994:271) afirma que o ressurgimento da sociedade civil se deve a três fenômenos básicos:

a) o esgotamento das formas de organização política baseadas na tradição marxista, com a consequente reavaliação da proposição marxiana de fusão entre sociedade civil, Estado e mercado;

b) o fortalecimento nos países centrais do Ocidente da crítica ao desempenho do estado de bem-estar social, pelo reconhecimento que as formas estatais de implementação de políticas de bem-estar não são neutras;

c) um terceiro fenômeno parece associado à noção de sociedade civil: trata-se dos processos de democratização ora em curso na América Latina e na Europa do Leste. No decorrer desses processos, atores sociais e políticos identificaram a sua ação como parte da reação da sociedade civil ao Estado.

De fato, um número expressivo de pensadores dos mais variados países Cohen & Arato (1992), Arato (1995) Wolfe (1992), Habermas (1992) Keane (1988a 1988b), Weffort (1984) tem procurado mostrar como este conceito tem um potencial analítico e normativo fundamental para compreender as sociedades atuais. A idéia básica que une estes autores é a identificação da sociedade civil como um espaço de poder, de articulação e, fundamentalmente, como um lugar onde os indivíduos exercem sua cidadania direcionada para a solução dos problemas da comunidade.

⁴⁷- Ver: EVERS, T. (1984), SCHERER - WARREN, I. (1993) , (1994) e (1995), TOURAINE, A. (1994), DOIMO, A. (1994), TELLES, V. (1994), TREVISOL, J. (1995).

A emergência da sociedade civil em nível global (Wolfe, 1992), (Leis, 1995) e (Fernandes, 1995) recoloca a questão do desenvolvimento - quer seja ele político, social ou econômico - sob uma outra perspectiva. Ao invés de ele ser determinado exclusivamente pelo Estado ou o mercado, a sociedade civil aparece como um "terceiro setor", propositivo e com força de interferência na definição das políticas públicas e nas coordenadas gerais do desenvolvimento econômico. A prioridade do Estado e do mercado sobre a vida social é questionada. O desenvolvimento passa a ser o resultado de três pólos de deliberação.

O chamado "terceiro setor" expandiu-se largamente por todos os cantos do mundo. Como observa Fernandes (1995:22), as pessoas:

"associam-se por uma causa comum - para se divertir, para preservar algo, para levar adiante um objetivo, para apoiar outros; qualquer elo diferenciador pode dar ensejo a sua formação, desde que algumas pessoas tenham isso como seu interesse comum, merecedor do tempo e do esforço despendidos. As associações promovem a sociabilidade num contexto individualista. Em suas atividades, os fins coletivos e os bens coletivos são percebidos como respondendo aos interesses individuais dos envolvidos. A vida pública se inscreve nas iniciativas particulares".

O caso das ONGs é o mais exemplar desse processo de globalização da sociedade civil. Segundo dados do PNUD, somente as Organizações Não-Governamentais beneficiam cerca de 250 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. Elas estão presentes em praticamente todos os continentes. Apenas para se ter uma idéia, somente no Brasil há em torno de 5000 delas. Estima-se que existam cerca de 70 mil organizações voluntárias registradas na região do Leste Europeu. Nos USA há cerca de 1.140 mil organizações sem fins lucrativos registrados no país, em larga medida dependentes de contribuições particulares,

sendo que 90 por cento dos fundos não - governamentais provêm de doações individuais voluntárias ⁴⁸.

A ação desses movimentos contribui para o desenvolvimento da democracia na medida em que:

- a) forma e organiza novos atores políticos e os introduz na arena política como sujeitos relevantes;
- b) vai gradativamente construindo uma esfera pública fora do Estado;
- c) é capaz de interferir no processo decisório, em particular na definição das políticas públicas;
- d) organiza a participação política em torno de alguns valores e exerce influência na opinião pública de forma a pressionar os operadores legítimos do poder público e também do mercado .

⁴⁸- Estes e outros dados quantitativos são encontrados em FERNANDES, F. (1995) e DOIMO, A. (1994).

"A observação científica é sempre uma observação polêmica; ela confirma ou infirma uma tese anterior, um esquema prévio, um plano de observação. Mostra demonstrando, hierarquiza as aparências, transcende o imediato, reconstrói o real depois de ter reconstruído os seus esquemas" (Bachelard).

III - O IMAGINÁRIO SOCIAL: A DIMENSÃO COGNITIVA E SIMBÓLICO-NORMATIVA DA DEMOCRACIA

Os capítulos anteriores, especialmente o segundo, se ocuparam basicamente com a clarificação de alguns conceitos, assim como levantaram as polêmicas básicas que emergem quando o tema em discussão é a democracia. Mas, tanto os conceitos como as polêmicas foram abordados sob uma perspectiva mais teórica que empírica. Termos como: sentido descritivo e prescritivo de democracia, normatividade política, democracia participativa, sociedade civil, instituições da sociedade política e da sociedade civil e tantos outros, não receberam um tratamento analítico.

No decorrer deste capítulo usaremos e discutiremos criticamente toda essa terminologia, porém isso se dará de forma indireta. Ao invés de tomarmos os conceitos e checá-los com a realidade para averiguar sua correspondência, procederemos de modo inverso. Como o objeto empírico de nossa pesquisa são sujeitos de linguagem, razão, opinião ... serão eles mesmos que empregarão essa rede terminológica para analisar a democracia (enquanto proposta política e também como sistema político vigente). Enquanto pesquisador, nossa função será descrever e analisar os elementos cognitivos, simbólicos e normativos que se dialetizam no interior dos discursos.

Empregamos o conceito de imaginário social, portanto, para sintetizar o conjunto de conhecimentos, valores, esperanças, utopias, que os atores sociais pesquisados evocam para proceder o exercício de leitura e análise da sociedade em que vivem. Procedendo desta forma, estamos tratando a democracia e, num horizonte mais amplo, a própria política, sob um ponto de vista pouco investigado, como a síntese de um conjunto de representações sociais que os cidadãos fazem de seu grupo e da sociedade como um todo. Em outros termos, é estudar a política como resultado de um processo dialético de desarticulação e rearticulação de sentidos, como a "luta pela articulação de diferentes significados" (Lechner 1981:1089).

O material empírico básico a ser analisado nesse capítulo são as respostas que os informantes deram ao questionário e os depoimentos que concederam ao longo das entrevistas. Em síntese, as palavras não são propriamente o objeto em estudo, mas elas constituem o meio pelo qual o objeto se expressa. A questão polêmica que se coloca toda vez que as palavras são o objeto em investigação é: qual o nível de correspondência entre o real e o enunciado do real? ou, até que ponto a informação dada corresponde com a realidade?

Como solucionar completamente esse problema é impossível, tomamos algumas precauções. A principal delas é priorizar os aspectos que aparecem ou são recorrentes nos diversos discursos. Essa opção se deve ao fato de acreditarmos que a recorrência é um indicativo de objetividade.

Analisaremos os dados empíricos a partir de um roteiro básico que inclui quatro itens. O plano de análise visa fundamentalmente ordenar o conjunto das informações, dando a elas uma logicidade interna.

3 . 1 Adesão Normativa à Democracia

A pergunta mais adequada para iniciar o tratamento desta questão é a seguinte: qual a legitimidade da democracia dentro desses grupos? As informações colhidas evidenciaram uma unanimidade: todos os informantes demonstraram-se favoráveis à democracia. Alguns até a defendem com certo ardor, evidenciando a convicção de que ela não é apenas uma boa forma de governo, mas o melhor modo de as sociedades se organizarem politicamente. O déficit de legitimidade é praticamente inexistente. Os depoimentos que se seguem enfatizam claramente isso:

"A democracia tem um valor imprescindível. Acho que é um *valor universal*; a gente não tem a menor dúvida em relação a isso. Ela não é um valor que pertence ao capital, que pertence à sociedade burguesa. Para nós, a democracia é *um valor universal* e é inalienável ao ser humano. Só é possível construir a sociedade a partir deste aspecto"(a);¹

"Acho que só a democracia pode levar o país a desenvolver-se econômica e socialmente...Fora disso não tem possibilidade nenhuma"(c);

"Eu, de fato, tenho a democracia como um *valor universal* e acho que só ela pode fazer com que haja *avanço econômico e social* para toda a sociedade. Acho que a ditadura poderia possibilitar isso, mas nunca é algo consistente, duradouro"(f);

"A democracia é ampla e o Brasil tem de ser democrático para que possa se organizar melhor. Acho a democracia muito importante e o Brasil tem de ser democrático"(d).

Adiante voltaremos à questão da legitimidade. Antes disso, há dois aspectos que merecem um comentário mais delongado. **O primeiro é a**

¹- As letras que aparecem entre parênteses e em negrito são utilizadas para identificar os informantes.

identificação (ou aproximação) da democracia com a idéia da universalidade, ou seja, a democracia é portadora de valores ética e politicamente nobres que podem e devem ser generalizados para todas as sociedades. Longe de ser uma invenção de uma classe ou grupo social com vistas à maximização de seus interesses específicos ela é "coisa de ninguém" e, em virtude disso, é "de todos". Como proposta, não há ganhadores, nem perdedores, privilegiados ou manipulados. Não há uma intencionalidade de classe na opção democrática. Todos podem ganhar e perder.

Mas, o uso da expressão "valor universal" nos depoimentos (a) e (f) tem uma intencionalidade bem mais específica. Ele quer exprimir uma mudança ou um ponto de ruptura com uma concepção de democracia que prevaleceu por longo tempo no interior da esquerda latino-americana e, particularmente, da brasileira.

Para a esquerda latino-americana, a democracia nunca foi uma questão simples. Influenciada pelas análises de Marx - e também por diversos outros pensadores marxistas - sobre o caráter burguês das democracias do século XIX, a esquerda alimentava um grande desprezo pelo regime democrático, considerando-o uma impostura: um mecanismo corrupto e burocrático inventado pelas elites locais e pelos agentes estrangeiros, a fim de enganar as massas e fazer com que tolerem formas de governo e de dominação contrárias aos seus interesses. Um setor defendia a luta armada como a única via para o poder; outro reivindicava uma ditadura do proletariado e defendia a União Soviética contra ventos e marés; outra facção argumentava que a democracia era uma meta secundária, subordinada ao desenvolvimento, à justiça econômica e social e, sobretudo, à soberania nacional ². Castañeda (1994:273) sintetiza este período:

²- CASTAÑEDA, J. em seu mais recente livro (1994), dedica praticamente toda a obra para analisar as "intrigas, dilemas e promessas" que deram sentido à esquerda latino-americana. No capítulo intitulado "O imperativo democrático", o autor faz uma análise mais minuciosa do modo como a esquerda entendeu a democracia.

"...a esquerda colocou a democracia representativa num lugar muito baixo em sua lista de prioridades, pois outras eram consideradas mais urgentes: o desenvolvimento econômico, a igualdade social, a emancipação nacional. A discussão política concentrava-se nas vias de acesso ao poder".

Em uma página anterior, o autor faz uma avaliação: "essa perspectiva era simplista, essencialmente autoritária e, numa palavra, falsa. Por outra parte, uma boa dose do comportamento e das crenças da esquerda não foi especialmente democrática."

Em nome desses postulados, grandes setores da esquerda ignoraram o crescente anseio democrático. Somente quando o autoritarismo em qualquer uma de suas variantes difundiu-se ao longo do continente e afetou diretamente a esquerda, muitos de seus membros começaram a se convencer das virtudes intrínsecas da democracia.

A década de 70, marcada por regimes ditatoriais em quase todos os países da América Latina, foi um momento de auto-avaliação. Tanto a intelectualidade como a própria esquerda militante foram gradativamente reconhecendo a necessidade de mudança no próprio modo de conceber o processo político. Tanto isso é verdade que, logo no início da década de 80, dois importantes intelectuais da esquerda brasileira - Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort - publicam respectivamente *A democracia como valor universal* (1979) e *Por que democracia?* (1984). Embora cada um trate a questão a seu modo, é possível dizer que ambos se manifestam ideólogos de uma "esquerda democrática" ³.

³- Ambos se afastam da visão puramente instrumental da democracia ("democracia burguesa") e chamam a atenção para o fato de que os trabalhadores podem tornar-se hegemônicos no interior da luta de forças e interesses típicos do jogo democrático. WEFFORT, F. (1984: 3) é enfático: "Chamar as modernas democracias européias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por conseguinte, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a

Embora esteja cada vez mais difícil precisar o que é a esquerda hoje (quem dela faz parte, quais suas características ideológicas etc), é possível dizer que hoje a democratização constitui a essência das reivindicações políticas da(s) esquerda(s) ⁴. A década de 80 representou um avanço decisivo nesta direção. O ideário democrático passou a interessar tanto aos grupos que no passado estavam alinhados ao autoritarismo, como, e principalmente, às esquerdas que também desenvolveram um certo desdém em relação à democracia formal. Para os primeiros a democracia ameaçava a "ordem"; para os segundos, a institucionalidade democrática era incompatível com as desigualdades sócio-econômicas, ou seja, a transformação social era a "premissa necessária e suficiente para chegar a uma democracia substantiva" (Lechner, 1990b:82).

A democracia tornou-se o projeto político da(s) esquerda(s). Mas, a evocação do argumento da universalidade - a democracia como um valor universal - para defender a democracia, extrapola os quadros da(s) esquerda(s). Há um consenso mais ou menos generalizado de que, na idéia de democracia, está presente um conjunto de ^{pré}requisitos institucionais e normativos que, potencialmente, podem assegurar às sociedades contemporâneas um nível razoável de convivência humana.

Nossos informantes também participam deste consenso, porém as razões e/ou motivos para tal, vão além do simples reconhecimento dos valores "em si" da democracia. Em outras palavras: as razões para preferir a democracia são mais

hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua". COUTINHO, C. (1979) e (1985) toma de Gramsci e Poulantzas a noção de hegemonia para dizer que o Estado não é a encarnação direta e imediata dos interesses da classe dominante, mas o espaço de luta para expandir o poder no seio dos aparelhos do Estado.

⁴. Ver : TOLEDO, Caio Navarro de. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, Evelina (org.) (1994); LECHNER, N. (1990) e CASTAÑEDA, J. (1994); SADER, E. (1995); BOBBIO, N. (1995).

que argumentos filosóficos, políticos ou históricos ⁵. Além do valor "em si", a democracia tem um valor "para si", ou seja, há uma relação afetiva muito intensa com o projeto democrático. As ações coletivas desenvolvidas por estes indivíduos em suas entidades visam construir a democracia ao nível das relações cotidianas. Neste sentido, ela é mais que um slogan ou idéia abstrata; é um imperativo que precisa converter-se em prática. O compromisso com a democracia não é apenas teórico; é também concreto.

O **segundo** aspecto importante a ser observado é a presença de uma aposta ou talvez, uma exigência "quase ética" para que a democracia proporcione um "desenvolvimento social e econômico" (depoimentos (e) e (f)). Adiante detalharemos melhor o que está implícito nesta afirmação. Por ora, queremos frizar apenas que este é um indicativo claro de que o sentido dado à democracia extrapola a esfera propriamente política para abarcar dimensões, como por exemplo a economia (distribuição de renda) e as relações sociais como um todo (no trabalho, relações de gênero, na escola, família etc).

A ênfase no "desenvolvimento social" é tão evidente que ele assume uma função de critério, ou melhor, funciona como um recurso normativo tanto para legitimar a democracia - apostar que ela é capaz de diminuir as desigualdades sociais e criar as condições para dias melhores (a utopia da mudança) - como para avaliar a qualidade (limites, avanços) da democracia vigente. Isto será melhor detalhado quando analisarmos as falas que avaliam o desempenho da democracia brasileira.

⁵- **Um argumento filosófico** : A democracia é o melhor sistema de governo porque valores fundamentais como a liberdade, a igualdade, a autonomia (direitos e deveres) constituem a espinha dorsal de sua proposta política. Na idéia de democracia estão contemplados os valores universais. **Um argumento político**: numa democracia os cidadãos têm suas liberdades individuais e coletivas asseguradas por uma constituição na qual eles próprios participaram de sua formulação. Os direitos de associação, expressão, votar e ser votado etc são fundamentais para que a sociedade civil exista enquanto esfera autônoma. **Um argumento histórico**: depois de o século vinte ter experimentado regimes totalitários como o nazi-fascismo, o stalinismo, ditaduras militares, negação dos direitos humanos de todo tipo etc., emergiu o consenso de que a democracia é o melhor sistema de governo.

Embora sob níveis diferentes, tanto o primeiro quanto o segundo aspectos observados acima, indicam que a democracia dispõe de um elevado grau de aceitabilidade. Constatado isso, interessou-nos observar se o mesmo grau de aceitação vale também para os recursos institucionais, indispensáveis a toda e qualquer democracia ou, em outras palavras, verificar se a defesa incondicional da democracia traz consigo a defesa dos procedimentos democráticos.

Diretamente ligada a essa questão estava outra: descobrir se as razões evocadas para fundamentar a legitimidade da democracia estão mais ligadas aos recursos jurídico-políticos ou institucionais (a definição procedimental) que a democracia dispõe para se estruturar - um governo eleito pelo povo; um eleitorado formado por toda a população adulta (maior de 16 anos); votos de igual valor para todo o eleitorado; eleitores com direito a votar para qualquer opinião e por qualquer candidato sem intimidação do aparato estatal; liberdade de opinião, reunião, organização e imprensa - ou as "promessas" , esperanças ou conteúdo normativo implícitas no projeto democrático, como por exemplo, a redução da desigualdade social, a justiça social, a defesa do bem público, solidariedade, sociabilidade democrática, enfim, o ideal igualitário e libertário da democracia etc.

Tanto no questionário como nas entrevistas formulamos questões com o objetivo de saber qual era a opinião dos informantes sobre a democracia formal. As respostas, no entanto, vieram todas inseridas numa avaliação de desempenho da democracia brasileira . Como o estabelecimento de uma democracia política depende de um conjunto de instituições e de leis, a análise dos recursos ditos "formais" acabou sendo um "feedback" das instituições (Estado, partidos) que efetivamente se ocupam em delinear o modo de funcionamento da democracia. Por esta razão, ficou praticamente impossível perceber qual o grau de valoração dado à democracia formal em si, ou seja, só é possível analisá-la a partir das observações feitas sobre o

contexto histórico brasileiro. Mesmo assim, no decorrer do item seguinte, voltaremos aos questionamentos levantados acima.

3.2 Análise da "Democracia" Brasileira: Limites e Desafios

As falas abaixo manifestam um reconhecimento explícito da importância do direito ao voto livre para todos os cargos públicos, o funcionamento autônomo dos três poderes, a liberdade de imprensa, opinião e organização etc. Os direitos políticos, como também individuais e coletivos, são reconhecidos como condição "sine qua non" da democracia. Eles constituem o que podemos chamar de "regras de procedimento" ou democracia formal. Sem eles nem se poderia falar em democracia política.

"Do ponto de vista formal a democracia avançou muito ..."(a) e (f);

"A democracia representativa pode ser entendida como um progresso interno da existência das sociedades humanas "(c);

"Avançamos do ponto de vista da liberdade dentro do país... Avançamos no sentido de que hoje nós temos eleições diretas, elegemos nossos representantes, temos a força e a mobilização de tirar um Presidente da República. Do ponto de vista de um conceito mais formal de democracia, acho que fica difícil você dizer que o Brasil não progrediu"(e);

"...a democracia formal foi importante nesse processo histórico do Brasil, porque ela abriu possibilidades de inúmeras participações em vários setores inclusive permitiu a organização de uma série de entidades. Se você comparar com o regime militar é fácil perceber um avanço enorme do ponto de vista do desenvolvimento de uma série de organizações e entidades que passaram a trabalhar de uma forma diferente uma série de outros valores que nós não trabalhávamos antes. Fez avançar a organização, a consciência, a visão, o debate, a pluralidade de idéias etc"(i).

A pergunta de número doze de nosso questionário (você acha que nosso país é democrático?) exige do informante uma avaliação do nível ou qualidade da "democracia" brasileira pós-84. Todas as respostas reconhecem que, sob o ponto de vista formal-legal existe democracia, mas a grande maioria observa ainda que isso não é um critério suficiente para afirmar que há uma "verdadeira democracia". Embora a legalidade constitua um grande avanço ela não pode ser tomada como elemento central para definir o que é uma democracia. Esse aspecto é um primeiro indicador de que o entendimento vigente de democracia extrapola a esfera político-institucional.

Observadas mais atentamente, as citações acima reforçam isto. A expressão "do ponto de vista" é utilizada quatro vezes. Esse recurso linguístico tem a função de indicar ou chamar a atenção para o fato de que o que se está dizendo tem a pretensão de apenas considerar o objeto sob aquela ótica específica. Em outros termos, especifica de que lugar se está falando e, ao mesmo tempo, deixa em aberto a possibilidade de abordar o mesmo tema sob outros ângulos.

Se do ponto de vista formal, a democracia existe no Brasil e representa avanços, as curiosidades seguintes que emergem são as seguintes: de que outro(s) ponto(s) de vista a democracia pode ser enfocada e se sobre esse(s) ponto(s) novo(s) vale a mesma afirmação acima.

O reconhecimento da existência e da importância da democracia formal não traz consigo uma aceitação pacífica ou avaliação positiva das instituições que coordenam os processos políticos propriamente ditos ou a operacionalização das regras do jogo. Embora haja um reconhecimento explícito da importância de haver um conjunto de leis, criadas pela sociedade para estabelecer funções e limites do Estado, como também direitos e deveres do cidadão, os informantes chamam a atenção para o fato de que as instituições - em especial o Estado e os partidos - que

se ocupam em processar os conflitos e interesses variados postos na sociedade são portadoras de algumas insuficiências ou limites. Vejamos isso com relação ao Estado:

"O Estado não criou os mecanismos que permitem à sociedade exercer o controle sobre o que ele faz. Permanentemente tudo o que é decidido a sociedade deveria estar podendo acompanhar. Esses mecanismos são ainda muito fechados, muito restritos... O Estado continua fechado, a sociedade tem poucos meios de exercer esta fiscalização...o Estado continua sendo muito privatista" *(a)*;

"No campo do Estado não vejo grandes progressos. Pelo contrário, se manteve o conservadorismo, a corrupção, a alta burocratização e seu enorme peso. Para mim estes são fatores antagônicos da participação e da democracia. A visão que tenho do Estado ou o progresso é mínimo ou não existe" *(c)*;

"Não resta dúvida de que o Estado brasileiro é privatizado, é historicamente privatizado; é um Estado em que suas orientações básicas, seu comportamento foi definido pelos interesses do empresariado. Se tomarmos a história do Estado brasileiro... vai demonstrar que ele foi privatizado, seja através de subsídios ao capital, seja através da sonegação fiscal, como ele gasta sua arrecadação" *(f)*;

"Temos um Estado privatista. Ao longo do tempo ele perdeu a dimensão do público e ele passou a atender muito os interesses privados. O estado se diz gestor da coisa pública, mas que na realidade ele privilegia os grupos econômicos" *(h)*;

"Os três poderes defendem os privilégios corporativos das próprias pessoas que exercem esse poder...O próprio fato de que esses poderes estejam dominados ou estão a serviço de um grupo social ou de uma classe social ou de uma minoria que tem o poder econômico e que tem o controle dos meios de comunicação" *(e)*.

Embora essas análises não esgotem a complexidade do objeto que estão diagnosticando, elas levantam alguns problemas centrais do Estado brasileiro,

como por exemplo, o caráter mais privado que público da ação estatal (contemplação de interesses e demandas de uma parte específica da sociedade), a falta de publicidade ou transparência, o corporativismo, a centralização burocrática como característica de um Estado que decide para toda a sociedade ⁶. Este último aspecto não é muito nítido neste bloco, mas é bem visível quando os atores analisam a relação do Estado com a sociedade. Trataremos disso no item 3.4 .

Como se pode observar, os "limites do Estado" antes mencionados, apontam para problemas reais e complexos que, se tratados um a um, possibilitam não apenas reconstruir boa parte da história política brasileira (o clientelismo, o autoritarismo, o tamanho, as burocracias, as elites) como adentrar numa análise que trata essas "insuficiências" a partir de um debate bem mais amplo que envolve outras variáveis como a crise fiscal, a "crise do Estado nação", o fim do modelo estatal desenvolvimentista etc..⁷

⁶- Maiores aprofundamentos sobre estas questões ver: FAORO, R. (1979); O'DONNELL, G. (1990).

⁷- O tema da crise do Estado ocupa um lugar privilegiado no debate teórico e político deste final de século. Alguns acontecimentos importantes ocorridos nas últimas décadas servem como contexto histórico para estas discussões, entre eles a crise do Welfare State, o fim do socialismo real e, em consequência, a expansão do neoliberalismo, o fenômeno de globalização econômica e tecnológica etc. Esse conjunto de acontecimentos foram responsáveis pela insurgência da crise, ou seja, as análises sobre o Estado oferecidas pelo marxismo, Keneisianismo e liberalismo foram se tornando cada vez mais obsoletas. A chamada "nova ordem mundial" trouxe de volta o problema de definir quais as funções do Estado. As opiniões se dividem. Para os que se colocam mais proximamente ao ideário neo-liberal a questão central é definir o tamanho do Estado, ou seja, defendem um Estado pequeno, eficiente e que interfira o mínimo possível na sociedade, em especial no mercado. Para os mais próximos da esquerda, a tarefa fundamental é definir a função social deste Estado, ou seja, quais as suas tarefas neste contexto mundial de miséria e desemprego. Há aqueles que se ocupam com um debate mais teórico, preocupados em discutir a crise do Estado - Nação neste contexto de capitalismo financeiro, de globalização econômica e tecnológica. Outros autores, ainda, discutem o tema da crise do Estado e o fim do modelo estatal desenvolvimentista a partir da distinção entre Estado - Mercado - Sociedade Civil. Caberia a esta última a função política de organizar os indivíduos em torno de interesses e valores democráticos. Como se pode perceber o tema traz uma complexidade teórica e política muito grande. Citamos aqui alguns trabalhos significativos acerca destas questões. Ver: KENNEDY, P.(1993); GIDDENS, A. (1991); IANNI, O. (1992); WEFFORT, F. (1992); PEREIRA, B. (1992); BÓRON, A. (1994); SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) (1995); COHEN & ARATO (1992); KEANE, J. (Org.) (1988).

Esta observação apenas para dizer que não analisaremos em profundidade cada problema indicado, porque isso nos obrigaria a entrar em temas bastante complexos e, além disso, foge do objetivo deste trabalho. Preferimos concentrar nossa análise sobre o que esses dados representam no nível do simbólico ou da representação social do Estado.

O primeiro e o principal indicativo desses pequenos fragmentos de discurso aponta para um déficit de legitimidade ou crise de sentido do Estado. Os discursos acima parecem estar respondendo a duas perguntas centrais que, aliás, são as mais freqüentes nas indagações sobre o sentido e função de algo: "para que" e "para quem" existe o Estado? Quem é essa instituição que participa diretamente de minha vida, presta benefícios, e, ao mesmo tempo, interfere direta ou indiretamente a todo momento? É uma instituição também minha, na qual me sinto integrado e membro participativo, capaz de fazer-me ouvir? Ou é uma instituição que, além de monopolizar a força e todas as decisões, decide a partir de sua lógica própria, a lógica do pragmatismo político e da racionalidade administrativa?

Uma observação mais atenta permite perceber que por trás das análises feitas pelos nossos informantes, há uma determinada visão ou um entendimento teórico e normativo do Estado. Esta imagem ou "dever ser" que serve de referência é, nada mais, nada menos, que a idéia de República. Todos os critérios adotados para ponderar sobre o Estado e sua desenvoltura ou "performance" giram em torno dos valores políticos propostos pelo republicanismo, o mesmo que alimentou teóricos como Kant, Rousseau etc., e revoluções, como a Francesa e a Americana.

Quando se afirma que a ação estatal prioriza os interesses privados (depoimentos (a),(f),(h)), quer-se dizer que esse "modo de ser" fere um dos princípios centrais de uma República: a dimensão de "coisa pública". O Estado deve ser uma "res pública", fruto de uma invenção de toda a coletividade com o objetivo de representar a todos. Os objetivos a longo prazo, os gastos públicos, o modo de

lidar com os conflitos não podem beneficiar apenas um grupo ou segmento da sociedade.

Ao analisar o Estado nesses termos, tais atores, embora implicitamente, recuperam toda uma tradição filosófica e política que cunhou a expressão "res pública". Apenas para efeito ilustrativo e sem nenhuma pretensão de grandes aprofundamentos, pensadores modernos como Rousseau (1987), Kant (1987), e contemporâneos como Rawls (1981), Arendt (1993) e Bobbio (1992c) insistem profundamente no argumento de que um Estado só é justo quando for público. E isso vale para os dois sentidos de "público": como transparência (algo que se pode acompanhar, ver) e como propriedade (quando a coisa é de todos).

Sobre a questão da República é Kant o expoente mais sistemático. Na obra *À Paz Perpétua* explicita filosoficamente seu modo de conceber o Estado e estabelece os contornos normativos do que deve ser um Estado republicano. Para ele a República é a melhor forma de Estado; ela é o espírito do contrato originário pelo qual os governantes se obrigam a aproximar-se da idéia de uma constante Constituição política. O Estado pode ser monárquico, aristocrático; o que importa é que seja republicano (*Paz Perpétua* 350-353). O republicanismo opõe-se ao despotismo ao separar os poderes executivo e legislativo e tornar o poder político um espaço público⁸. A liberdade política se preserva na medida em que a esfera pública se mantém rigorosamente afastada das influências particulares ou privadas. Do contrário, o súdito não é cidadão e o chefe, o presidente, não é membro do Estado, mas seu proprietário.

⁸- ANDRADE, R. (1990:63) comenta isso: "Na Constituição legítima ou republicana, a) a lei autônoma manifesta a vontade do povo e não a vontade de indivíduos ou de grupos particulares e b) cada pessoa tem a posse do que é seu peremptoriamente, visto que pode valer-se da coação pública para garantir seus direitos. O princípio da Constituição republicana é a liberdade; nela se conjugam a soberania popular (a vontade legislativa autônoma) e a soberania do indivíduo na esfera juridicamente limitada dos seus interesses e valores particulares"

No momento em que o que é comum é tratado como se fosse "propriedade" de poucos, ocorre inevitavelmente o enfraquecimento das instituições públicas e se instaura um processo de dissolução dos laços políticos. A "coisa pública", tendo-se tornado coisa particular:

"engendra uma verdadeira acefalia no que diz respeito à dicção do público. O dizer dos donos do poder não tem outro significado senão o de acobertar a situação real; a farsa e o cinismo apropriam-se do espaço público. Em lugar das virtudes político-morais temos a política como exercício amoral e privado do poder" (Rosenfield, 1992: 58).

É dentro deste quadro teórico que se entende a afirmação de Kant no Apêndice À Paz Perpétua (385). Enuncia o princípio de que "todas as ações relativas ao direito de outros homens cuja máxima não é suscetível de se tornar pública são injustas", para dizer que uma ação que sou forçado a manter secreta é, certamente, não apenas uma ação injusta, mas sobretudo uma ação que se fosse tornada pública suscitaria uma reação tão grande que tornaria impossível a sua execução ⁹.

A máxima kantiana demonstra sua vitalidade mesmo depois de dois séculos. O resgate da importância da dimensão "pública" do Estado não é apenas um luxo de filósofos ou de políticos ilustrados, mas é uma eminente necessidade para evitar que grupos de interesses instituem áreas de "poder invisível" e transformem o Estado em espaço de transações financeiras. Este, aliás, não é um problema exclusivo da sociedade brasileira.

Muito atento sobre estas ameaças, Bobbio escreveu vários textos (1992c), (1990) comentando a necessidade de vigiar o "espaço público". Afinal de contas é disso que depende a existência da democracia:

⁹- Além dos livros já mencionados ver: BOBBIO, N. (1990) e (1988); ARENDT H (1993); SALGADO, J. C.(1986).

"A exigência de publicidade dos atos do governo é importante não apenas, como se costuma dizer, para permitir ao cidadão conhecer os atos de quem detém o poder e assim controlá-los, mas também porque a publicidade é por si mesma uma forma de controle, um expediente que permite distinguir o que é lícito do que não é" (1992c:30).

De volta aos dados de nossa pesquisa, a constatação de que os valores como transparência, o caráter público e universal da racionalidade estatal, a abertura para a participação da sociedade, são praticamente inexistentes no interior do Estado é o mesmo que afirmar que a democracia não conseguiu fecundar ou provocar transformações no interior da principal instituição de um sistema político democrático. É o mesmo que dizer que nesta esfera a democracia é inexistente.

Os depoimentos acima, mais o conjunto dos dados, indicam que o eixo central da crítica se dirige contra o modo como o Estado se organiza e a racionalidade de sua ação. O fechamento e a falta de transparência não só são características típicas de um Estado autoritário como também são indispensáveis para manter intacta a lógica que produz a excludência e a particularidade. Na medida em que grupos se apossam das instituições e as transformam em espaço dos interesses particulares, o princípio da universalidade serve apenas como farsa.

Enquanto instituição "privada", o Estado fere o "contrato" que o tornou possível, a saber, uma criação dos cidadãos com a finalidade de representar os interesses de toda a coletividade. Embora os informantes não utilizem literalmente o termo "contrato", é possível dizer que a concepção de Estado como "coisa pública" traz consigo a idéia de um contrato, ao menos enquanto valor simbólico e normativo. Não é possível dizer que o Estado brasileiro surgiu de um contrato entre cidadãos porque a história é bastante esclarecedora neste aspecto. Desde o seu surgimento até,

pelo menos, o presidente Collor, a esfera estatal serviu a grupos políticos e econômicos variados como os proprietários da cana e do café, à burguesia nacional nascente, ao capital internacional etc., à ideologia desenvolvimentista e, nos últimos anos, às transações financeiras e grupos empresariais.

Evidente que há um certo reducionismo nisso, mas, de uma maneira geral, a grande maioria da população, constituída por escravos, negros, trabalhadores, ficaram excluídos dos recursos públicos e garantias legais. Com exceção da Constituição de 1988, a idéia de contrato nunca serviu de orientação no processo de formação das leis básicas. As constituições foram elaboradas a portas fechadas e, quase sempre, feitas com uma intencionalidade política específica: dar base legal a regimes ditatoriais.

Retomando o que estávamos dizendo antes, o Estado quase nunca encarnou um interesse geral de forma a ser considerado de todos. Apresentou-se à sociedade como o grande demiurgo (realizador de uma suposta vontade geral), o carro chefe do desenvolvimento, mas quando o fez instaurou práticas de negação dos direitos do homem e do cidadão. A coerção é um dos traços marcantes de sua história.

A crise estrutural do Estado, como já observamos, acaba sendo ou traz consigo uma crise simbólica, uma crise de sentido. Na medida em que as demandas formuladas pela sociedade, especialmente aquelas dos segmentos mais carente¹⁷, não são respondidas, a esfera estatal começa a perder legitimidade. O Estado passa a ser percebido como algo que é excessivamente interventor, como pura coerção.

A crise de sentido nada mais é que a falta de hegemonia. Dito em termos gramscianos, é a coerção desprovida de hegemonia. O Estado não expressa uma hegemonia, não encontra seu sentido na direção político-cultural de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. É um Estado sem conteúdo normativo-moral, ou seja, sem legitimidade na prática social. Sua relação com a prática social é uma

relação de dominação. Desprovido de um "interesse geral", o Estado se reduz ao aparato de dominação (burocracia), a serviço de uma hegemonia externa e de elites burocráticas internas ¹⁰.

A ausência de compromisso do Estado com os interesses públicos traz como consequência uma crise de legitimidade. E quando uma parcela significativa da sociedade não acredita mais na capacidade do Estado de encaminhar a solução de seus problemas básicos, como saúde, moradia, educação, segurança etc, está posta uma grande ameaça à institucionalidade democrática. No momento em que os indivíduos perdem o interesse pela participação política (a apatia política) e se tornam "desobedientes civis", o tecido social se fragmenta e abre espaço para a emergência de grupos e organizações predadoras ¹¹.

O uso do termo "vontade geral" não se deve ao fato de ele pertencer ao vocabulário político. Mesmo que em nenhum momento o emprego tenha sido feito pelos informantes, uma leitura das entrelinhas nos possibilita identificar a sua presença, enquanto sentido. Ao Estado cabe realizá-la. O que esta "vontade geral" supõe concretamente também não está muito claro, mas é nítida a idéia de que o poder público deve pautar-se pelo princípio da universalidade, pela ética pública, e estender a igualdade de direitos legais e sociais para todos os cidadãos (distribuição igual dos recursos ou benefícios públicos). Em síntese, a "vontade geral" é a racionalidade ética.

Num plano mais abstrato, o que se critica é a racionalidade puramente administrativa, formal, pragmática (instrumental) e se evoca a racionalidade ética,

¹⁰. O cientista político Norbert Lechner tem dedicado diversos escritos para analisar o tema da crise de sentido do Estado na América Latina. Para ele, três grandes fatores contribuem para esta crise, a saber, o caráter altamente autoritário do Estado nestes países, a subserviência aos interesses do capital nacional e internacional e a incapacidade de responder aos problemas sociais de grande parcela da população. Ver: (1990a), (1990b), (1977), (1981).

¹¹. Uma análise mais ampla sobre a situação brasileira ver: TELLES, V. (1994); SANTOS, W, G.(1993); ROSENFELD, D. (1992) e MOISÉS, J. A (1994).

uma ação que leve em consideração o respeito ao cidadão e à pessoa humana. Se já afirmamos que os dados revelam uma crise de sentido do Estado é porque ele é identificado como algo um tanto quanto estranho, fechado e concentrador da força e das decisões. Implicitamente há uma desconfiança com as instituições e apela-se não pela extinção do Estado, mas para que ele se torne mais respeitador dos direitos e estabeleça relações mais abertas com a sociedade. Para usar um ^o expressão de Gramsci, ele precisa gradativamente deixar de ser coerção e tornar-se hegemonia.

A burocracia, a impessoalidade, o "poder invisível", o pragmatismo político recebem uma contra-resposta desses sujeitos políticos. Contra a crescente amoralização dos conflitos políticos afirmam implicitamente que os problemas com os quais as sociedades atuais se vêem confrontados dificilmente podem ser solucionados sem uma percepção normativa sensibilizada, com moralização ou ética dos temas públicos.

A exigência de eticidade é uma resposta à racionalidade instrumental que permeia o campo da política. Quer dizer: a solução dos problemas básicos da sociedade depende essencialmente da aproximação da ética e da política. O argumento moderno, apresentado originalmente por Maquiavel, de que o campo da política e o campo da ética seguem lógicas distintas e até excludentes, é rejeitado por ser o principal causador dos problemas hodiernos. O tema da ética é tão central que, ao perguntarmos sobre o que mais impede a democracia acontecer efetivamente no Brasil, a quase totalidade respondeu que o grande problema é a falta de conduta ética dos operadores legítimos do sistema político. O limite central não é a falta de uma ideologia política, nem de se estar vivendo num sistema capitalista. A explicação que se dá é menos estruturalista e muito mais voluntarista, ou seja, a saída para os maiores problemas depende da vontade política de quem toma as decisões.

Um dos grandes limites apontados à democracia representativa é a separação que ela estabelece entre sistema político e ator social. O fato de ser a política tratada como um jogo, pautada por regras específicas e independentes da vontade ou anseios dos cidadãos, gera a negação do princípio da soberania popular. O cidadão reduz-se ao simples status de eleitor, consumidor ou executante daquilo que é determinado pelo jogo político. O cidadão sente-se inoperante e excluído do processo democrático. E, neste caso, a realidade nega um dos valores mais nobres da democracia que é a participação ou a interferência nos assuntos públicos - o direito à cidadania.

Em síntese, a democracia representativa é criticada por trair algo que ela mesma promete. Os informantes opõem-se com veemência aos micropoderes "invisíveis", aos jogos escusos ou artimanhas mesquinhas que comandam o processo de tomada de decisões e formulação de leis. Um dos informantes reclama-se traído, devido ao fato de o "orçamento participativo" ter aprovado escusamente verbas para uma determinada associação de funcionários. Segue dizendo que o dinheiro público precisa reverter-se em benefício de toda a comunidade e não ser destinado a grupos privilegiados.

Transposto para um debate teórico mais amplo, isso representa uma crítica radical à separação que a modernidade estabeleceu - e que foi hegemônica - entre racionalização e subjetividade, entendida a primeira como integração sistêmica e a segunda como o poder de ação do ator ou sujeito social. A recomposição dos laços que liga o cidadão ao sistema político depende de uma mudança na concepção e no modo de fazer política. A atividade política precisa ser fecundada por um princípio ético, sem o qual ela continuará sendo uma pura técnica. O compromisso ético é o modo de equilibrar sistema e indivíduo, ou seja, o processo democrático deve evitar que o sistema político construa uma lógica para si, independente da

vontade dos cidadãos, como também impedir que o individualismo prevaleça sobre o conjunto da sociedade ¹².

Como mais adiante veremos melhor, há uma insistência para que o Estado respeite os direitos do cidadão e realize os direitos do homem. Os dois conjuntos de direitos aparecem e formam uma única totalidade em torno da idéia de democracia. Ela precisa realizar os dois simultaneamente.

Com relação aos partidos:

"Os partidos políticos são frutos de uma realidade passada, são reproduzidos historicamente para as missões burguesas e jamais deram conta, e hoje menos ainda, das possibilidades de tornarem-se mecanismos de participação das pessoas" *(c)*;

"Não são programáticos, são partidos muito mais fisiológicos e muito mais instrumento de dominação e de controle das questões" *(e)* e *(h)*;

"Tem um papel relevante na democracia brasileira, mas ainda não conseguiram definir seu espaço. Muitas vezes sufocam a organização da sociedade civil"... A lógica da ação partidária é excludente, é a negação da autonomia porque o partido absorve da sociedade ou se propõe a ter uma ação que não lhe pertence. Ele se apropria de uma legitimidade ou age em nome de, ou se propõe a agir em nome de e consequentemente substitui os movimentos organizados" *(j)*;

"Os partidos teriam que ter mais participação perante a sociedade" *(b)* e *(d)*.

A análise dos discursos sobre os partidos políticos apresentou algumas dificuldades. A primeira se deve ao fato de alguns informantes pertencerem a um partido (dois informantes são filiados ao PT) e outros serem simpatizantes. Isso

¹². Um tratamento teórico mais aprofundado sobre a questão da política na modernidade é desenvolvido por TOURAINE, A (1994), especialmente a terceira parte e HABERMAS, J. (1990a), particularmente o capítulo intitulado "La doctrina clasica de la politica en su relación con la filosofia". Embora tratem o tema de forma diferente e tenham concepções diferentes de sujeito, ambos criticam o modo como a modernidade entendeu a política e procuram resgatar a idéia de sujeito como condição básica para a democracia ou para uma sociedade emancipada.

influencia no modo de conceber essa instituição e analisar as demais. A segunda diz respeito à pluralidade partidária e, principalmente, à heterogeneidade de propostas, interesses e estratégias políticas para lidar com o poder. É difícil utilizar uma categoria que sirva para definir a totalidade dos partidos.

Devido a isso, selecionamos as citações que tratam de temas comuns ou recorrentes. O principal deles é a crítica ao monopólio da representação e a incapacidade dos partidos de estabelecerem comunicação com a sociedade. O monopólio da representação permite que os partidos se fechem em si mesmos e lutem exclusivamente pelo poder. De canais de ligação entre Estado e Povo como os canais legítimos para processar as demandas e conflitos de interesses, eles se tornam instituições autônomas que competem entre si no momento das eleições. Por isso não é possível fazer uma análise mais detalhada, até mesmo porque alguns estão vinculados a partidos. A análise dos partidos vai na mesma direção do Estado. São organizações criadas para ligar o Estado com os interesses mais variados dos cidadãos. As grandes críticas vão na direção de que eles não têm conteúdos programáticos, obedecem à lógica do poder e não das bases e estão demasiadamente afastados da sociedade. Aqui reside um dos grandes limites da democracia representativa.

Feita a avaliação da democracia formal, do Estado e dos partidos, prosseguimos sugerindo várias perguntas com a finalidade de dar seqüências às análises sobre a democracia brasileira e, principalmente, descobrir quais os outros "pontos de vista" utilizados que não aqueles exclusivos da democracia política. Esse seria o modo mais indicado para apreender os elementos centrais do conceito de democracia.

As falas vieram todas muito desordenadas, mas elas refletem os três critérios ou dimensões básicas utilizados na análise: a democracia política (os direitos dos cidadãos), a democracia social (os direitos do homem) e a democracia

cultural (a sociabilidade democrática). São estes os três pontos de vista usados para continuar enfatizando o caráter insuficiente ou limitado da democracia brasileira: a insuficiência da democracia representativa, a incapacidade da democracia política de realizar os direitos do homem (saúde, educação, habitação etc) e a falta de uma cultura política democrática (a construção de relações sociais solidárias).

Quanto ao primeiro critério, o essencial já foi observado nos nossos comentários. As falas que se seguem têm um caráter mais conclusivo, justamente porque fazem uma avaliação da democracia política na sua totalidade.

"...a democracia representativa se esgotou antes de atingir todas as suas possibilidades...os partidos políticos são fruto de uma realidade passada, são reproduzidos historicamente para as missões burguesas e jamais deram conta, e hoje menos ainda, das possibilidades de tornarem-se mecanismos de participação das pessoas" (c); "Não concordo que existe democracia no Brasil. Estamos num momento em que todos, tendo afirmado que temos uma constituição cidadã, então não precisam mais fazer esforço para conquistar esta democracia, quando na realidade nós não temos mais ditadura e não democracia. Não temos democracia porque não temos participação efetiva, a representação política é um monopólio dos partidos políticos e isso está escrito na constituição. A lei não é respeitada e você não consegue fazer respeitar a lei e isto é um ponto essencial de um Estado de direito. Então quando você constata que a lei não é respeitada, que na justiça você não consegue que ela seja respeitada, você não está numa democracia. O Brasil decididamente não é uma democracia" (g);

"A democracia representativa pressupõe que os cidadãos têm um poder de decisão só a cada quatro anos. Ele é cidadão num único momento, como eleitor e fundamentalmente como consumidor de serviços... As deficiências maiores da democracia brasileira se devem ao fato de que as insituições são surdas em relação à dinâmica da sociedade...a democracia representativa está baseada na representação, na intermediação entre a massa da população e o Estado. Mas esta intermediação se faz

entre os letrados. Portanto, quem é letrado e participa desse mundo das instituições do mundo letrado consegue se representar. Aqueles que estão fora da faixa que vai entre os remediados, estão fora. A própria lógica da democracia representativa é excludente, precisa dela e também a produz. Ela produz a apatia. Na democracia representativa há uma certa autonomização do Estado em relação à sociedade" (j);

"Acho que a constituição foi um marco superimportante, mas não foi viabilizada. As principais conquistas não foram viabilizadas e acho que poderiam ter sido. Um descontentamento muito mais pelo ritmo que está indo nossa democratização do que alguém que não goste do que está acontecendo (i).

Como se pode observar, há dois pontos centrais sendo discutidos. O primeiro retoma a questão da democracia representativa (depoimentos (j) e (c)) para novamente enfatizar os limites que a cercam, como o monopólio da representação, a criação da apatia e, principalmente, a dimensão ilusória que está implícita, na medida em que cria no cidadão a imagem de que o voto a cada quatro anos é o elemento definidor de uma democracia.

O depoimento da letra (j) faz referência ao fenômeno da exclusão política; aquele contingente de excluídos sócio-econômica e culturalmente que não conseguem fazer-se representar na esfera política. Na democracia brasileira isso é tão nítido que Weffort toma de Dahl a expressão "sistema dual" para caracterizar a grande massa de marginalizados (pobres e incapazes de se organizar) que se tornam objeto de manipulação política. Como diz o próprio Weffort (1992:23), "eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas".

O segundo (depoimentos *(i)* e *(g)*) chama a atenção para um dos elementos constitutivos centrais de uma democracia : a lei. O seu não-cumprimento é a fonte da crítica, só que se trata de uma crítica interna e não externa à democracia representativa.

O segundo "ponto de vista" incide sobre a análise das condições sócio-econômicas da democracia vigente. Como se pode observar a seguir, as observações se referem diretamente ao sistema democrático brasileiro, mas sob uma ótica específica. Há um pequeno deslocamento; uma saída do campo propriamente político para um enfoque que leva em consideração as relações sociais entre os cidadãos.

"A democracia avançou muito; é inegável que a democracia formal no Brasil existe, mas ela é insuficiente, quer dizer, a gente achar que porque existe liberdade de falar, de locomoção, liberdade jurídica, atingiu o objetivo é uma ilusão porque nós estamos longe da democracia econômica e da democracia social" *(f)*;

"Sou um descontente com os resultados da democracia. A gente conseguiu sair de uma ditadura de Estado para uma ditadura econômica, ou seja, os parâmetros que mantinham uma parcela significativa da sociedade brasileira sem acesso aos mínimos bens que se estabeleceram na Declaração dos Direitos Humanos (acesso a moradia, saúde, educação) continuam vigentes.... Como se pode chamar de democrática uma sociedade que exclui uma parcela significativa da população?" *(a)*;

"...acho que temos uma ditadura...a democracia é uma coisa muito longa... o que falta para a democracia ser efetiva é atender a população carente ... os políticos devem olhar para o lado social da coisa. Tem que ter mais comida no prato da população, mais saneamento básico e saúde. A primeira coisa que tem que fazer é cuidar da saúde da população para depois dar educação, porque não adianta dar educação para a pessoa desnutrida" *(b)*;

"Acho que a democracia não é só isso. Acho que se você analisar os direitos sociais das pessoas, da população brasileira, você vê que isso está restringido. São pouquíssimas as pessoas que têm acesso a uma série de valores na sociedade, desde a educação, a saúde, a moradia. Essa democracia não consegue corresponder ao que nós pensamos do conceito de cidadania. Então você avançou do ponto de vista de uma democracia mais formal, de você ter instituições abertas, funcionando, mas se você colocar a democracia no sentido de ela resolver os problemas mais graves do conjunto da população, acho que aí é deficitária, acho que tem problemas, não funciona e nós temos uma visão de sociedade muito desigual...Então essa democracia é muito aparente, o direito do voto não lhe dá direito a outras coisas que são também fundamentais e importantes... Sem dúvida, estamos em um país falsamente democrático"(e).

Este critério tem uma função analítica bastante evidente. Mas é importante observar que ele só se constitui como tal em virtude de seu potencial normativo. Em outros termos, sua finalidade não é somente diagnosticar a realidade, mas é também e, principalmente, observar que os direitos do homem não estão sendo respeitados. É essa normatividade política que possibilita "exigir" que o funcionamento das instituições e leis sejam portadoras e realizem um certo conteúdo ético. Quando a institucionalidade política não consegue viabilizar as condições para que todos os cidadãos tenham acesso aos bens materiais e simbólicos, a democracia cumpre apenas uma parte de sua promessa.

Cabe observar que essa "cobrança" é normativa, advinda do próprio conceito de democracia. E como tal, é absoluta. Há o reconhecimento dos limites e das dificuldades concretas para a concretização desses ideais, mas nenhum desses empecilhos é maior do que a idéia de democracia, nem mesmo o mercado ou o capitalismo. A democracia é um valor tão absoluto que cabe à política estabelecer as coordenadas do processo econômico. Há uma aposta incondicional na política, na sua capacidade de "fecundar" o mercado e tornar suas leis menos selvagens.

De fato, em nenhum momento de nossa pesquisa foi levantada a incompatibilidade entre democracia e mercado, entre democracia e capitalismo. Faz-se uma constante referência aos danos e males causados pelas leis do livre-mercado e dos grupos que se organizam politicamente para maximizar seus lucros, mas estes constituem problemas que podem ser contornados pela democracia. Implicitamente está a crença de que, num prazo mais ou menos longo, a democracia pode estabelecer regras de convívio social e econômico pautadas por um mínimo de racionalidade ética ou equidade social. A humanização da economia é o modo de impedir que ela continue produzindo o contingente enorme de excluídos. A recuperação dos marginalizados e sua inclusão na sociedade como um todo é tarefa da política.

É preciso observar, no entanto, que a relação entre mercado e democracia não foi desenvolvida explicitamente. Isso pode ser uma maneira estratégica de não tocar no assunto, tendo em vista que a concepção filosófica que fundamentava esse tipo de polêmica entrou em crise (o socialismo), como pode expressar a convicção de que os dois termos não são antagônicos, embora apresentem algum grau de conflitividade. O que podemos afirmar com segurança é que a democracia é defendida como uma especificidade suficiente a se distanciar tanto do liberalismo como do socialismo. Retomaremos este aspecto mais adiante.

O terceiro eixo de análise é a cultura política ou a democracia cultural:

"Acho que a cultura política não é democrática por uma questão muito tranquila. A família não é democrática, a escola não é, os meios de comunicação não são democráticos. Como o cidadão pode ser democrático?"(a)

"O que mais impede a democracia acontecer é a própria educação do povo, os costumes do povo"(b);

"...a sociedade brasileira é bastante autoritária. É uma sociedade que manteve por muito tempo a escravidão. É evidente que nós temos em nossa cultura raízes autoritárias muito fortes, isso se manifesta nas relações sociais, se manifesta nas relações empregado-patrão. Apesar de todo o processo a democracia não entrou nas fábricas, nos locais de trabalho" (f);

"Eu sou descontente em relação à situação que se vive... acho que tem havido progressos porque a sociedade brasileira é tradicionalmente conservadora e condicionada por aspectos tremendamente negativos como a alienação, o coronelismo etc (c);

"O grande problema é a discriminação. Acho que estamos em uma sociedade machista; há um preconceito muito grande contra a participação da mulher em todos os setores...Se você levar para a questão do negro, acho que a questão é um pouco pior ainda, mais marcante. E se for para grupos como homossexuais, a discriminação é mais forte ainda. A democracia aí está ausente" (e) ;

"A cultura política é autoritária, clientelística, paternalista, uma cultura baseada na visão familiar da organização social, o pai de família manda e daí o machismo, o pai de família é o dono do poder econômico, o patrimonialismo, nossa cultura política, da decisão política na área econômica é no sentido de dizer que quem está exercendo as funções do Estado é proprietário do Estado, portanto faz o que bem entende do patrimônio do Estado no mínimo enquanto ficar no poder" (g);

"O que prevalece são as posições autoritárias. As relações continuam as mesmas, porque o que é hegemônico em nosso país, a democracia representativa pressupõe a exclusão. Pressupõe a perpetuação de todos aqueles mecanismos que garantem a exclusão, entre eles, o racismo" (j);

A pedra de toque central de todas as citações é a questão do autoritarismo social. Resultado do agravamento das condições sociais de parcela significativa da população, mas principalmente expressão clara de uma herança

cultural antiga, a cultura autoritária é um fenômeno visível em todos os lugares da sociedade, desde a casa, a rua, até as instituições sociais e o Estado.

Marcadamente enraizado na cultura brasileira e fundado em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade. Ele engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que está enraizada na base das práticas sociais, reproduzindo a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis ¹³.

A consideração da cultura como um dos elementos e desafio fundamental da democracia é um fato relativamente recente. O eixo central das polêmicas concentrava-se entre os defensores da democracia formal ("reducionismo político") e os propositores da democracia substancial, que no fundo era a defesa incondicional da igualdade material a todos ("reducionismo econômico"). Enfocar a democracia no plano da cultura é eleger ou dar um status de problemática fundamental aos valores, ao imaginário e evidentemente às ações que decorrem daí. Talvez aqui se constitua o maior desafio para a democracia, que é a produção de uma reforma moral e intelectual na sociedade, sem a qual a democracia também não se efetiva.

No plano da cultura, o grande desafio para a democracia é, para usar uma expressão de Gramsci, promover uma "reforma intelectual e moral", fundada na consciência de que o respeito às diferenças e ao pluralismo é condição básica para o convívio social e humano. O valor político e humano fundamental para lidar neste campo é a solidariedade. Os indivíduos precisam aprender a conviver respeitosamente com as diferenças. A busca pela igualdade no plano cultural traz em si uma predisposição ao autoritarismo e à negação dos direitos humanos.

¹³- Ver: DAGNINO, E.(1994).

O item solidariedade emergiu com muita nitidez em nossa pesquisa. Retomá-lo-emos mais adiante para enfatizar sua importância e especificidade no conjunto do imaginário democrático. Assim como a liberdade é o valor fundamental na esfera política e a igualdade no âmbito sócio-econômico, a solidariedade constitui-se no esqueleto axiológico para a construção da democracia no plano da cultura.

Um aspecto que não comentamos ainda, mas que apareceu com muita insistência é a questão da informação. O monopólio da informação e a distorção que frequentemente ocorre, são citados como um grande empecilho para a consolidação de uma democracia. Numa época como a nossa, em que a informação, além de uma importância cultural tem um poder político e uma função econômica fundamental, os indivíduos ou setores da sociedade que não têm acesso a ela ficam à mercê daqueles que a monopolizam. Socializar a informação é possibilitar as condições para que as pessoas decidam com conhecimento de causa. A boa decisão ou a decisão consciente depende disso.

Evidentemente que não se trata de uma socialização no sentido absoluto. No contexto altamente especializado de nossas sociedades, simplesmente não é possível ter acesso a tudo. A socialização preconizada se refere principalmente às informações que lidam diretamente com a opinião pública, ou seja, aquele conjunto de dados ou opiniões que influenciam diretamente o modo de pensar dos indivíduos. Num sistema democrático, a opinião que os indivíduos têm sobre as coisas é fundamental, já que dela dependem suas decisões políticas propriamente ditas, como o voto, por exemplo.

No caso específico do Brasil essa preocupação tem um sentido redobrado. O país tem, de um lado, um contingente enorme de analfabetos e semi-analfabetos e, de outro, os meios de comunicação, especialmente as TVs, altamente monopolizados. Em época de disputas políticas mais acirradas como revisão

Constitucional, eleições etc., os grupos que detêm o monopólio investem de diferentes formas no sentido de construir determinada opinião pública. A manipulação nega um outro princípio elementar da democracia, que é o esclarecimento, base para uma tomada de decisão consciente. Indivíduos alienados, decisão alienada.

3.3 Em Busca de uma Definição de Democracia

Após a análise dos dados referentes à democracia brasileira é possível retomarmos nossa indagação sobre os critérios de legitimidade que fundamentam a opção que esses atores fazem pela democracia. Apenas para recapitular, a pergunta básica era: as razões fundamentais que justificam esta aceitabilidade é de ordem institucional ou normativa? Ou ainda, trata-se de uma legitimidade fundada na legalidade ou de uma legitimidade de conteúdo?

Embora as perguntas requeiram uma resposta objetiva (é uma ou é outra), é preciso observar que a relevância conferida a uma das dimensões não traz em si a negação ou o desprezo da outra. As análises desenvolvidas no item anterior dão evidências claras de que a construção de uma democracia efetiva depende tanto do funcionamento das instituições como da melhoria das condições de vida da população e da mudança na cultura política.

Mas, tomados no conjunto, os dados revelam claramente que a defesa da democracia se deve mais às suas "promessas", ao seu conteúdo transformador, enfim, ao seu ideário, que ao bom funcionamento do aparelho democrático representativo. O tipo e o nível dos argumentos reforçam a importância de ter um Estado de direito, mas o que justifica e motiva a luta pela democracia é a vontade, o desejo de construir uma sociedade solidária. Quando esses atores falam em sociedade democrática estão referindo-se a uma condição social onde os indivíduos

tenham liberdades políticas, individuais e coletivas, uma distribuição igual dos bens materiais e simbólicos e a existência de relações solidárias entre indivíduos, raça e gênero.

Em face disso, pode-se concordar com Evers (1984:12) que o grande desafio colocado não é o poder político em si. A tarefa primordial da democracia é agenciar as condições sócio-econômicas e culturais para o desenvolvimento da democracia na base. Interessa principalmente "renovar os padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos do cotidiano, penetrando a microestrutura da sociedade."

Outro ponto importante a ser observado é que não há uma dicotomia entre democracia política e democracia social ou cultural. No plano teórico, isso demonstra uma amenização - ou talvez superação - da clássica polêmica entre democracia formal versus democracia substancial. Apesar de todas as críticas feitas ao espectro formal, ele é seguidamente reforçado, na medida em que há o reconhecimento de que as principais mudanças no plano da sociedade dependem dos encaminhamentos institucionais e legais. Em nenhum momento o Estado foi condenado à extinção. Ao contrário. Várias críticas lhe foram dirigidas, mas todas com o objetivo de evitar a degeneração, pondo-o no caminho de uma racionalidade ética, que contemple os interesses coletivos.

Num plano mais sociológico isso representa uma sutil mudança em relação aos movimentos sociais dos anos 80 que eram refratários à representação política, compunham um ethos de negação dos poderes constituídos. Embora a repulsa às instituições ainda seja bastante evidente, percebe-se uma certa abertura no sentido de reconhecer a sua importância e, principalmente, uma predisposição a estabelecer parceria com os poderes públicos.

Ao nosso modo de ver, essa abertura para dialogar com o Estado é resultado de duas coisas: a existência de um pragmatismo maior no interior da sociedade civil, especialmente nas ONGs, quer dizer, há uma cobrança pela eficácia

da ação e dos recursos no nível do cotidiano e, segundo, a percepção de que num sistema democrático a cidadania precisa ser exercida em todos os espaços sociais e políticos. O Estado, particularmente, é visto como um espaço de luta e interferência.

Pensada sob a ótica da cidadania, a democracia é de ninguém. Ou melhor, ela é um projeto de todos, mas com um detalhe: ninguém previamente sabe seus resultados. A democracia é, como diz Przeworski (1994), o sistema da incerteza. De fato, causou-nos uma grande surpresa constatar que o modelo maniqueísta de analisar a sociedade cedeu espaço para uma abordagem que ameniza o dualismo e identifica a complexidade como resultado do conflito entre os vários atores e interesses presentes na disputa política. A separação entre o bem e o mal é substituída pela prática da negociação, do diálogo. As diferenças precisam ser negociadas e não ignoradas ou excluídas.

A idéia de que existe um sujeito social (classe ou indivíduo) que é síntese da razão ou mais portador de racionalidade que outro, foi substituída. Em nenhum momento foram usadas expressões como "democracia do povo", "democracia popular", "democracia dos trabalhadores" ou qualquer outra denominação que indicasse um sujeito histórico moralmente relevante para liderar ou conduzir o processo democrático. Não se acredita mais que um homem ou um grupo represente a vontade universal.

Esse modo de posicionar-se é fruto de um aprendizado político, resultado da observação de experiências que nosso século ofereceu com bastante abundância. Boa parte da humanidade acreditou que o proletariado não era apenas um elemento da dialética hegel-marxiana, mas era o portador histórico, real, dos ideais e valores mais nobres da humanidade. A elevada aposta trouxe a desilusão e o ceticismo¹⁴. Os sistemas políticos fundados na idéia de uma democracia popular ou

¹⁴- Uma análise filosófica sobre as consequências do fim do socialismo real no imaginário da esquerda ver: STEIN, E. (1993).

proletária, tornaram-se sistemas totalitários. O poder do Estado "popular" conquistou um poder tal que se tornou difícil defender as democracias "populares" contra a democracia "burguesa", ou a liberdade "real" contra a liberdade "formal". Nem os ideais foram realizados, nem houve permissão para que se dissesse publicamente que os ideais estavam sendo traídos.

Diante disso é natural que se desconfie das promessas perfeccionistas e que se assuma, em contrapartida, uma postura defensiva. A função da democracia não é transformar o povo em príncipe, mas controlar as instituições e o mercado, para que elas não neguem as liberdades individuais e coletivas. A defesa das minorias e a realização dos direitos do homem se converteram nas tarefas básicas de qualquer sistema político ¹⁵.

A idéia de que existe uma classe ou grupo social mais apto que outro para ser o "condottiero" do processo democrático desapareceu. Junto com ela foi-se também o projeto nacional-desenvolvimentista. A função da democracia não é tornar o país soberano diante da comunidade internacional, mas resolver os problemas básicos que afligem a população.

O emprego dos três critérios - o político, o sócio-econômico e o sócio-cultural - para proceder à avaliação da democracia brasileira, tem uma implicação conceitual que merece ser detalhada. Este procedimento analítico é, na verdade, a operacionalização de um modo de entender a palavra democracia. É, portanto, a expressão de uma opção conceitual.

¹⁵- As análises que desenvolvemos neste parágrafo e no anterior reforçam as colocações de TOURAINE, A. (1994: 344). No capítulo intitulado "o que é democracia?" o autor discute os principais eixos da democracia à luz das transformações sociais e políticas das últimas décadas. Além de afirmar que a imagem de democracia que temos revela-se mais defensiva afirma que a democracia na atualidade deve combater em duas frentes: "ela deve combater o poder absoluto, o do despotismo militar assim como o do partido totalitário, mas deve também estabelecer limites a um individualismo extremo que poderia dissociar completamente a sociedade civil da sociedade política e deixar esta entregue a atividade facilmente corruptoras ou ao poder usurpador das administrações e empresas". Conferir ainda: DOIMO, A. (1994).

Tomado neste prisma, o conceito de democracia presente extrapola o sentido meramente político-institucional para ser "quase" um projeto de sociedade. Evidentemente que não se trata de um projeto lógico-racional, mas nele estão presentes alguns eixos normativos capazes de estabelecer as coordenadas básicas para o "bom" funcionamento de uma sociedade humana emancipada. A bem da verdade, nos três níveis está posto um "dever ser", mas o grande desafio tanto para o primeiro (democracia representativa), quanto para o segundo (a economia) é agenciar as condições para que os direitos do homem (saúde, educação, moradia...) sejam concretizados e os cidadãos possam conviver entre si de maneira harmoniosa.

Para esses atores, a democracia não é apenas um sistema de governo. Em torno do termo democracia se aglutinam os mais elevados valores da humanidade como liberdade, igualdade, autonomia, solidariedade, participação, felicidade, ética etc. Procuramos identificar as matrizes discursivas de onde vieram esses valores, mas isso se tornou inviável em virtude do caráter milenar de quase todos eles.

Podemos afirmar com segurança que a crise da utopia socialista deu origem a um movimento de desarticulação/rearticulação dos valores. Os ideais mais nobres migraram para dentro do imaginário democrático. Valores que antes estavam em torno do socialismo, e da religião, como a solidariedade, mesclam-se, ligam-se uns aos outros e passam a estabelecer normas, modelos de análises e de práticas sociais e políticas. A democracia resgata valores que estavam na memória ou no inconsciente coletivo.

Em virtude disso, é plausível dizer que para este segmento específico da sociedade a democracia é uma palavra mais subjetiva que objetiva. O seu emprego denota mais uma exigência normativa e menos um modo de referir-se ao funcionamento do ^hsistema político democrático.

Um outro dado que contribui para afirmar o caráter subjetivo do entendimento de democracia é a ressalva feita por seis informantes de que suas colocações não representavam o consenso de todo o grupo. Embora houvesse a possibilidade de outros componentes partilharem dessas mesmas observações, elas nada mais eram que opiniões pessoais.

Essa atitude, além de expressar prudência e respeito diante do grupo, é uma maneira de reconhecer a existência da diversidade no próprio modo de entender e avaliar a democracia. Referir-se a ela é entrar num universo de posições bastante variado, marcado profundamente pelos dissensos. Forçando um pouco, seria como dizer que numa democracia se supõe, inclusive, o direito de cada indivíduo definir, avaliar e praticar a democracia como achar conveniente. Ou, ainda, todo cidadão é razoavelmente competente para lidar com tal questão.

O mais importante a reter disso é o reconhecimento da diversidade. Os dados que apresentaremos a seguir evidenciam que a ressalva dos informantes tem razão de ser, porém, ela não pode ser tomada no sentido absoluto, ou seja, a heterogeneidade não impede a existência de elementos comuns, partilhados por diversos indivíduos. Os pontos divergentes convivem com elementos comuns.

Relativizando a precaução dos informantes e contrariando um pouco as expectativas que motivaram a formulação do questionário e o roteiro das entrevistas, os dados não indicam um grau tão elevado de polissemia ou divergência. Para nossa surpresa, a amostragem revelou-se mais homogênea que supúnhamos no início da pesquisa. A heterogeneidade é visível, mas ela está mais ligada a amplitude do conceito de democracia presente nesses grupos que às divergências conceituais entre os diversos informantes. Em torno do termo democracia aglutina-se uma variedade de elementos subjetivos, como ideais, valores, esperanças, apostas etc, mas no conjunto das informações o imaginário democrático não aparece fragmentado, ao menos não como havíamos suposto no início desta pesquisa.

Com relação ao que cada informante entende por democracia, vejamos algumas definições:

"Democracia é respeitar o cidadão; é viver em uma comunidade de paz, podendo sempre discutir, tentando melhorias" *(b)*;

"Meu conceito de democracia é de autogoverno de uma comunidade, que inclusive é um conceito tradicional. O conceito de democracia seria o governo do povo pelo povo. Neste sentido o que reflete historicamente esse conceito da democracia grega, é o conceito contemporâneo de autogoverno ...o conceito de autogoverno é o conceito mais contemporâneo e mais eficaz para a distinção profunda da democracia, e por outro lado, o mais amplo, porque não reflete só o aspecto institucional do Estado e da representação. É o autogoverno no sentido amplo; é o autogoverno da própria vida, da própria existência, da própria comunidade"... neste sentido, a democracia é uma forma de organização social que nos permite a todos nós pensar a nossa vida, a nossa comunidade, a nos organizar da melhor forma e nos proporcionar o máximo de prazer e o mínimo de dor, o máximo de liberdade e o mínimo de autoridade" *(c)*;

"A democracia é um sistema em que você tem o direito de participar da tomada de decisão política e você não pode ser tolhido desse direito. Você tem garantias de que você pode participar, mesmo que essa participação se dê através de escolhas de representantes e outros" *(g)*;

"O meu entendimento é bem clássico de democracia, no sentido radical do termo. Democracia tem a ver com o tipo de sistema de governo centrado na idéia de cidadania. Cidadania entendida quando os indivíduos coletivamente intervêm nos negócios públicos. Para mim, a idéia de democracia e cidadania caminha muito por aí, que é muito diferente da democracia representativa... democracia para mim só acontece efetivamente quando os cidadãos das mais diferentes formas intervêm nos negócios públicos" *(j)*.

Como se pode observar, cada definição prioriza um aspecto, exceto as citações (b) e (c) que salientam praticamente os mesmos pontos: o autogoverno, a democracia direta exercida no interior da comunidade e a busca pela "boa vida" (a felicidade). O depoimento (j) parte do conceito de cidadania para definir democracia como um *sistema de governo* em que os cidadãos têm o direito de interferir nos assuntos públicos. Se nas falas anteriores a democracia é tomada num sentido amplo, aqui se estabelece um pequeno limite: democracia diz respeito apenas à relação entre cidadãos e o Estado.

Em comparação às demais, o fragmento (g) toma a democracia num sentido bem mais restrito. Entende-a tão-somente como o direito à participação nas decisões políticas, quer sejam elas diretas ou representativas. Embora esse direito seja parte importante da noção de cidadania, democracia aqui é definida num sentido mais jurídico, ou seja, diz respeito, basicamente, ao processo de formação das leis.

As citações (b), (c) e (j), embora apresentem níveis de compreensão diferentes, estão ligadas entre si. Há um ponto, ou talvez um imaginário político que perpassa todas elas e as torna expressão variada de um mesmo ideal: a democracia grega. Apesar de todas as diferenças que separam a democracia dos antigos da dos modernos, e, principalmente, o caráter altamente complexo das democracias contemporâneas, a imagem da pólis grega ainda seduz. A imagem de uma comunidade - relativamente pequena - em que os cidadãos se conhecem e partilham experiências e sentimentos, participam da constituição do governo e das leis, conhecem como funciona o poder e a administração e têm o direito de ser ouvido e interferir, está ainda bastante vivo no imaginário político desses grupos ¹⁶.

¹⁶. Afirmamos isso com certa segurança porque estamos levando em consideração não só os fragmentos (c), (d), (j), mas o enfoque geral que prevaleceu no conjunto dos dados empíricos. A pólis grega é implicitamente resgatada porque ela serve de paradigma para um projeto de democracia que garanta ao cidadão uma participação efetiva e a solução de seus problemas cotidianos. No fundo, o modelo grego é transportado para hoje com o objetivo de assentar um "dever ser" político, preocupado fundamentalmente com a recuperação da comunidade, da vida cotidiana. O centro de

A capacidade de tomar a iniciativa de agir politicamente, a participação no processo de elaboração dos problemas públicos e a presença direta ou indireta na praça pública estão nitidamente presentes e engajados no inconsciente político.

A simples análise da conceituação de democracia dada pelos informantes não é suficiente para evidenciar o grau de heterogeneidade presente no interior do tema. Quando montamos os recursos para a coleta dos dados, tínhamos presente que a melhor estratégia para levantar as divergências não era colocar uma pergunta do tipo: o que é democracia para você? A resposta a esta pergunta não seria capaz de expressar o conjunto dos elementos objetivos e subjetivos presentes no imaginário democrático. Cientes disso, optamos por sugerir problemas ou situações concretas como um meio de forçar o informante a explicitar seu entendimento de democracia.

Esse procedimento "indireto" prevaleceu ao longo da pesquisa. No final do questionário sugerimos uma série de frases com a finalidade de levantar as opiniões sobre alguns itens ¹⁷. Vejamos:

<i>n</i>	FRASES	Concordo completamente	Concordo em parte	Discordo	Não tenho opinião a respeito	100 %
1-	Oa partidos políticos atrapalham a democracia. Melhor sem eles.	-	40%	60%	-	
2-	O sufrágio universal é uma farsa	-	60%	30%	10%	
3-	A democracia deve ser direta, sem representantes	10%	30%	60%	-	
4-	No sistema capitalista a democracia é impossível	10%	40%	50%	-	
5-	A democracia como valor universal não tem sentido.	10%	30%	60%	-	

decisão política não pode estar distante dos cidadãos que são os possuidores do real poder de decidir. A aposta que se faz na democracia se assenta na convicção de que ela é a grande possibilidade de formar uma comunidade política, aberta à pluralidade dos discursos e ações políticas, fazendo com que cada indivíduo possa igualmente participar da condução dos negócios públicos.

¹⁷- Como nossa amostragem é pequena, estas frases não tem o objetivo de construir índices ou "medir" quantitativamente a opinião dos entrevistados. Como se pode ver, as frases são bastante abertas e visam apenas extrair as tendências mais gerais sobre o assunto sugerido. Essas tendências serviram como grandes indicadores para a análise do conjunto dos dados, além, é claro, de indicar a pluralidade de posicionamentos.

6- A comunidade dos primeiros cristãos é um exemplo de sociedade democrática	20%	20%	20%	40%	
7- Jesus Cristo foi um homem democrático porque pregou a igualdade para todos	30%	20%	20%	30%	
8-O povo brasileiro é o grande responsável pela situação (econômica, corrupção) em que o país se encontra.	-	50%	30%	20%	
9- Os movimentos sociais e ONGs são sementes de uma verdadeira democracia.	-	80%	10%	10%	
10- A maneira como a democracia é praticada em minha instituição serve de modelo para outras instituições e para a própria sociedade	10%	80%	10%	-	
11- Uma sociedade só é livre quando tiver comida, casa para morar e educação	60%	40%	-	-	
12- O voto serve apenas para renovar o sonho do povo. O voto faz com que o povo continue acreditando que é ele quem governa. Na verdade, o voto é uma forma de manter tudo como está	20%	50%	20%	10%	
13- O Brasil vive uma democracia. O povo tem liberdade de associação, de imprensa e pensamento, além de escolher pelo voto os seus representantes.	10%	30%	40%	20%	
14- O povo brasileiro é analfabeto político, ou seja, ele é apenas uma forma legítima de escolher os representantes	30%	60%	-	10%	
15- A democracia só é possível numa sociedade socialista, onde não há propriedade privada.	10%	50%	30%	10%	
16- A democracia tem apenas um valor político, ou seja, ela é apenas uma forma legítima de escolher os representantes.	-	40%	60%	-	
17- A democracia é um valor político, mas é também um valor moral.	40%	50%	10%	-	
18- A política é apenas o que tem a ver com a relação entre cidadãos e governantes.	-	30%	70%	-	
19- A política inclui também a relação entre os cidadãos. Tudo é política.	80%	10%	10%	-	

Apesar de pequena e relativamente homogêna, a amostragem apresenta um grau razoável de divergências. Dizemos razoável porque as respostas não são totalmente diferentes nem completamente idênticas. Como se pode ver, nenhuma frase sugerida apresenta uma mesma porcentagem em todas as quatro alternativas, nem atingiu índice de 100%. Com exceção das frases (f) e (g), em que os índices

ficaram bastante próximos, em todas as demais houve a prevalência - em algumas mínima - de alguma das opções de resposta.

O mais importante a ser salientado disso tudo é basicamente o seguinte: *a)* os números reafirmam a hipótese de que a democracia é um campo onde cada indivíduo sente-se competente para defini-la e avaliá-la; *b)* apesar de cada sujeito ter as suas opiniões e entre elas haver uma relativa heterogeneidade, há consensos ou pontos recorrentes que interligam os vários posicionamentos.

Não vamos fazer um comentário sobre cada frase porque, em grande medida, todas elas estão sendo discutidas ao longo deste capítulo. Esta pequena amostra quantitativa serviu para confrontar as informações e, principalmente, ofereceu pistas importantes para a análise dos dados. De alguma forma, os números serviram também para nos "policiar" enquanto pesquisador.

3 . 3 . 1 A Liberdade e a Igualdade: O Movimento dos Pilares

Qualquer juízo que emitimos sobre democracia, seja normativo ou analítico, traz no seu interior uma determinada maneira de conceber os termos liberdade e igualdade. Desde a primeira experiência democrática, passando pelas democracias liberais e socialistas modernas, esses dois ideais formaram o núcleo axiológico central, em torno do qual todos os demais valores e concepções políticas tomavam sentido. Apenas para dar uma evidência histórica, basta lembrar as inúmeras polêmicas que esses termos suscitaram. De um lado, os liberais defendendo a liberdade como autodeterminação política e princípio básico do mercado; do outro, os marxistas opondo-se a isso argumentando que esse entendimento redundava na legitimação ideológica da democracia burguesa e do sistema capitalista. O socialismo emerge como um modelo de organização social e política com o objetivo de realizar "substancialmente" tanto a liberdade como a igualdade.

A dicotomização entre democracia formal x substancial, democracia política x democracia social - ainda presente em muitos de nossos debates - foi tomando corpo teórico e relevância política a partir de uma polêmica que Marx trava com Hegel num texto chamado "*Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*".

Hoje essas polêmicas parecem ^{ter} perdido um pouco seu sentido, mas estiveram marcadamente presentes nas obras de importantes pensadores políticos do século XX como Lenin, Lukács, Schumpeter, Mosca, Pareto, Aron, Bobbio e tantos outros.

As divergências não cessam. É preciso observar, no entanto, que elas não se restringem ao confronto entre várias teorias. Tanto a liberdade como a igualdade são filosofias práticas - orientações gerais que normatizam a vida em sociedade - que mudam de significado ao longo da história em virtude de serem campos onde as diversas religiões, o direito etc. também competem. Sartori (1967:348) é muito perspicaz ao enfatizar que esses valores não pertencem exclusivamente à teoria democrática. Ela, na verdade, "pouco contribuiu para esse desenvolvimento".

Os dois termos são ambíguos e de difícil definição. Nos dados empíricos de nossa pesquisa transparecem a dificuldade e o esforço dos informantes ao trabalhar esses conceitos. Além das dificuldades normais de pensar os temas abstratos, soma-se ainda o processo de desarticulação/rearticulação provocado pelo fim do "socialismo real" e, num horizonte mais amplo, a crise da proposta socialista. O esfacelamento da União Soviética desinstalou as mentes, as certezas e os próprios projetos. Ele não pode ser tomado como um simples fato histórico ou como a síntese final de um processo de corrosão iniciado ainda por Stalin. Tudo isso é verdadeiro, mas suas conseqüências extrapolam a disputa Leste/Oeste, estatismo/libre-mercado, capitalismo/socialismo e afetaram o imaginário político dos últimos 150 anos, para não dizer de toda a modernidade.

Com a crise da utopia socialista, os segmentos sociais interessados na construção de uma sociedade mais justa, vêem-se forçados a reelaborar seu núcleo de significação (objetiva e subjetiva), redefinir estratégias de ação política e avaliar o conjunto de seus valores, superando uns e incorporando outros.

A defesa da democracia é um modo de posicionar-se em relação ao mundo. Ela requer argumentos minimamente razoáveis, capazes de lidar com as indagações e problemas desta época. Posicionar-se em relação à liberdade e à igualdade é um exercício profundo de análise social e filosófica da época que se vive; mas é também uma resposta afirmativa diante da história, uma tentativa de indicar saídas para as angústias que afligem nossa civilização.

As falas que se seguem expressam um "acerto de contas", um exercício de "Aufhebung". E os opostos principais que estão sendo analisados nada mais são que as duas grandes construções teóricas que a modernidade produziu para responder ao problema concreto da emancipação humana: o liberalismo e o marxismo. Os informantes se debatem criticamente com estas duas tradições de pensamento, procurando extrair delas uma síntese, um meio-termo adequado à nossa época.

Nos discursos a seguir está implícita a busca pelo equilíbrio, a recusa do extremo e a opção pelo centro. Os comentários parecem dizer que nosso grande desafio é tomar os fragmentos das diversas teorias e construir um projeto que seja adequado a este presente histórico. Termos, conceitos, valores etc. deixam de pertencer a esta ou àquela abordagem ou construção lógico-racional para se tornar patrimônio de toda uma geração. Os indivíduos se sentem mais livres para usar as palavras, fazer correlações e apresentar suas idéias. O rigor e o dogmatismo cedem lugar à postura eclética.

Mesmo sendo longas, preferimos inserir as citações no texto. Ei-las:

"Acho que não tem nenhuma possibilidade da gente separar a questão da igualdade, a busca pela justiça social com as liberdades dos cidadãos. Não existe mais esta coisa, você prefere mais a igualdade ou liberdade. A democracia pressupõe exatamente tentar cada vez mais aproximar as duas coisas no interesse de todo cidadão. Uma classe não pode ter mais que a outra. Desde cedo você tem que ter educação, saúde, as condições mínimas e a partir daí, obviamente os espaços que te permitem realizar-se como indivíduo. A liberdade é uma questão inalienável ao ser humano. Você tem que ter autonomia. ...Se é a democracia que a gente almeja e se é possível alcançar, tem que conjugar estas duas coisas: a igualdade e a liberdade. Condições justas para a população, para a humanidade e, ao mesmo tempo, garantir as liberdades e todo cidadão gosta de ter para exercer o que quer que seja" (a);

"A sociedade confundiu a democracia. Principalmente a imprensa está abusando, colocando cenas de sexo em horário que os jovens assistem...A gente tem que saber ter a liberdade; eu posso ter a liberdade de até fazer isso, mas dali para a frente eu não posso fazer. Aí não é mais liberdade. Acho que a igualdade ainda não chegou ao ponto. Em nossa comunidade temos exemplos claros. As pessoas que estão num patamar mais acima, não querem saber das pessoas que estão embaixo. Tem que haver essa igualdade. Nós somos irmãos, temos que trabalhar juntos. Tem que haver divisão de renda, mas você tem diferentes formas de ajudar o companheiro a não ser aquela do dinheiro" (b);

"A igualdade, a liberdade e a solidariedade são os pilares básicos que não se pode separar...Uma sociedade precisa efetivamente de liberdade, no sentido mais estrito de liberdade, de expressão, mas também no sentido de liberdade, como a humanidade se constitui a partir da liberdade, mas também sem o conceito de igualdade não há como sobreviver uma solidariedade social...Nós todos dependemos uns dos outros e o conceito de solidariedade é um conceito básico para a organização da sociedade. O conceito de solidariedade tem que ser cada vez mais pensado, principalmente neste contexto social em que a individualização e o egocentrismo são cada vez mais perversos. Uma solidariedade que inclui o local, que não

tem a ver apenas com nossa existência apenas como membros de uma comunidade local ou regional, mas em termos planetários... A solidariedade é um valor geral para toda a humanidade. Nós temos de ser solidários em termos globais... Quanto à igualdade, a coisa é mais complicada. O conceito jurídico de igualdade é falso. Sendo nós biologicamente diferentes, como construir socialmente uma sociedade igualitária? Eu acho que aí entra o fator solidariedade. Sendo nós diferenciados, tendo nós inclusive afinidades, interesse absolutamente diferentes como nós podemos nos constituir enquanto corpo social e enquanto comunidade igualitária? Acho que se introduzirmos o fator solidariedade é possível; é um pouco o reconhecimento das diferenças socialmente positivas, mas é preciso lidar com essa diferença sem marginalizar, sem discriminar e sem injustiçar parte de seus membros. Se introduzirmos os três conceitos acho que é possível pensarmos uma sociedade potencialmente igualitária"(c);

"Eu acho que tem muita liberdade. A gente vê o problema de outros estados que está demais (assaltos, roubos). A liberdade está muito solta. Não vem ao caso a liberdade ser questionada. Tem que ter uma liberdade limpa, sadia, e que não venha trazer problemas para a nação"(d);

"Os dois são muito importantes e interdependentes. Eu vejo uma grande interdependência e fica difícil dizer que esse é mais importante. Acho que é um sistema que pressupõe os dois pilares... Me parece que o valor que mais se desenvolveu foi a liberdade, especialmente entre a parte da população que forma opinião. Me parece que a igualdade não cresceu no seio da sociedade brasileira. Podia dizer-se que o valor liberdade se converteu em coisas práticas: você tem a liberdade de expressão, está garantida constitucionalmente, existe liberdade de organização partidária. Esse é um dado muito importante. Apesar de toda a crise a população continua apoiando os valores ligados à liberdade. Agora, os valores ligados à igualdade de fato não se converteram em algo prático. Tanto isso é verdade que, não obstante o fato de o Brasil ter avançado no campo da democracia, a concentração aumentou. No Brasil o capital se apropria 70% da riqueza. Ainda que parcelas importantes da população cultivem esse valor, certamente as elites econômicas não

incorporaram isso a ponto de significar um resultado prático no campo da distribuição de renda" (f);

"Na minha avaliação deve ser a igualdade de oportunidades. A pessoa esteja em situação semelhante às outras pessoas na estaca zero quando nasce. Nasce e vai ter oportunidades semelhantes. Não vai ter pais ricos para todos. Vai ter um sistema de educação que permita, no mínimo, que todo mundo saiba ler, escrever e contar... O cara que fica analfabeto para o resto da vida é claro que ele não tem condições de lutar, competir, não tendo a razão mínima ele nem desenvolve o cérebro dele, de modo a poder raciocinar como todo mundo" (g);

"Não são excludentes. A igualdade não entendida como as pessoas sejam todas iguais, mas que as pessoas tenham oportunidades, que você tenha o respeito do limite. A partir do momento em que você tem limites você pode colocar limites para que as pessoas se pensem como indivíduos... No caso específico da democracia brasileira o que mais se realizou foi a liberdade" (h);

"Não estamos querendo falar de igualdade, igualdade das pessoas, de todos. Iguais condições para ser diferente. Igualdade de condições e não igualdade de ser. As pessoas são necessariamente diferentes, mas com condições iguais de serem diferentes ... Porque a igualdade tem que ser dividida entre condições e exercício ou ser. Acho que a igualdade de condições é muito interessante, mas igualdade cultural, do ser, é uma forma de opressão. É antidemocrático buscar a igualdade das pessoas, quer seja a igualdade econômica, seja política. Acho que é fundamental a igual condição para a desigualdade. E nós não avançamos quase nada porque as condições de vida continuam monopolizadas, continuam desiguais. Essa desigualdade de condições cria uma igualdade de pessoas, isto é, as pessoas são cada vez mais iguais na miséria. Porque elas não têm as condições para exercer a distinção. Quando o homem transcende a luta pela sobrevivência ele passa a ser diferente... Então nós investimos muito na igualdade de ser, de exercício e menos na igualdade de condições. Nós somos muito desiguais em condições" (i);

"Na sociedade brasileira nós avançamos praticamente nada. Em termos de liberdade, hoje nós temos alguns espaços de exercício que antes não tínhamos. Isso é verdade. Exercício de liberdade de expressão, de

organização (avançou um pouco) mas ainda estamos bastante limitados porque a liberdade é outra coisa que está monopolizada. Está monopolizada de diversas formas: seja pela repressão dos aparelhos de Estado, seja através do monopólio econômico... No comparativo entre liberdade e igualdade, na liberdade foi o que avançamos um pouquinho, mas ainda assim muito pouco, considerando estes últimos dez anos" *(i)*;

"O que foi efetivada foi a democracia burguesa. Igualdade dentro do sistema burgês é apenas criação artificial que permite seres desiguais participarem de um mesmo sistema político. É um artifício jurídico e social que não pressupõe a igualdade sócio-econômica. Ao contrário, reconhece esta desigualdade econômica. Você cria um sistema em que as pessoas se sintam representadas" *(e)*;

"O parâmetro fundamental nem é a igualdade e a liberdade, é a interferência nos negócios públicos. O grande problema da cidadania hoje é que as pessoas querem pegar uma cidadania que é excludente e torná-la includente. Uma democracia que por si é excludente e se explica pela exclusão quer legitimar-se pela maioria da população. E aqui está o mal, porque ela se institui no mundo ocidental para satisfazer o interesse de uma minoria. O grande problema é criar um novo tipo de relação. E para criar um novo tipo você necessariamente tem que implodir com este tipo de prática, com esse tipo de democracia representativa. Nossa democracia não pressupõe a rotatividade, não possibilita eliminar o seu delegado... Pensar a igualdade é pensar a defesa das diferenças. E não a negação da diferença, mas é justamente porque se é diferente que tem que ser democrático... a idéia de igualdade supõe pluralismo, ou seja, de que a democracia não é a ditadura da maioria" *(j)*.

O tema da liberdade se demonstrou menos difícil de abordar que a igualdade. Sobre ela os informantes sentiram-se mais seguros e certos de que estavam tratando de algo um tanto quanto pacífico. Em parte, isso se deve ao fato de o termo liberdade estar prioritariamente ligado a um conjunto de bens ou garantias

típicas do indivíduo, a saber, liberdade de expressão, de ir e vir, de organização, de votar ... Antes de ser um bem coletivo, ela é uma garantia individual.

A abrangência prática da palavra liberdade é significativamente menor que o cognome igualdade, ou, como se diz em lógica formal, a extensão do primeiro é menor que a do segundo. Quando falamos liberdade estamos referindo-nos ao direito de cada um exercer o que lhe é devido, ao passo que ao enunciarmos a palavra igualdade estamos predicando o igual direito de todos os indivíduos a fazer ou ter as mesmas coisas. A complexidade aumenta consideravelmente.

Com relação à liberdade há uma unanimidade em reconhecê-la como uma condição essencial para o desenvolvimento político e moral de a toda sociedade. As liberdades, quer sejam elas individuais ou coletivas, são pressupostos fundamentais de qualquer organização social e política. Alguns chegam a afirmar que se trata de um direito inalienável do ser humano. Nada é capaz de substituí-lo.

Esse acalorado reconhecimento, no entanto, não elimina algumas críticas ou preocupações. Os depoimentos (b) e (d) se distinguem dos demais por tomarem a liberdade - e a analisarem - num sentido moral. Ambos criticam as conseqüências nefastas do excesso de liberdade. As causas de problemas como assaltos, roubos, corrupção, falta de censura na imprensa etc estão ligadas ao grau de permissividade. A ausência de limites no exercício da liberdade acarreta um relativismo moral, que se traduz em atitudes como violação dos direitos dos indivíduos de ir e vir, na instauração de relações violentas entre grupos e, também, na desintegração moral provocada por programas televisivos "inadequados".

O excesso de liberdade individual e social permite que os indivíduos absolutizem a sua liberdade em detrimento da dos outros. E isso traz como conseqüência o dilaceramento das relações sociais. O convívio harmonioso é desfeito pela adoção de atitudes de desrespeito aos direitos do outro. A ausência de limites ameaça a existência da democracia.

O excesso de liberdade como argumento explicativo dos problemas da sociedade normalmente está ligado à defesa de um modelo de sociedade estável e ordeira. Em todos os sentidos, o conflito é tomado como algo ameaçador da ordem (moral ou política). Num plano mais histórico, este discurso foi amplamente difundido no interior das igrejas (moral) e nos quartéis (político). O regime militar brasileiro apropriou-se desse elemento do imaginário popular para justificar a necessidade da ditadura. O bloqueio das liberdades foi tomado inicialmente como a melhor forma de livrar o povo brasileiro do ateísmo e da desordem.

Essa associação nos permite afirmar que na base das epígrafes acima referidas está um desejo coercitivo. Implicitamente se evoca a necessidade do retorno de algum tipo de dispositivo legal - e amparado pela força estatal - capaz de coibir os excessos.

Os demais fragmentos analisam a liberdade no sentido político. Reconhecem a importância dos direitos à liberdade e chamam a atenção para a impossibilidade de separar a liberdade da igualdade. Embora pareça novidade, o argumento que predica a inseparabilidade desses dois valores é tão antigo como a idéia de democracia. A experiência grega foi a primeira a converter a "isegoria" (o direito de expor e discutir em público o que a pólis deve ou não realizar) e a "isonomia" (igualdade perante a lei) em procedimentos práticos de tomada de decisão e organização política da cidade.

Na modernidade, tanto a teoria democrática liberal como a marxista sustentaram o argumento da inseparabilidade. Divergiram profundamente quanto ao sentido dos termos liberdade e igualdade, mas o projeto político de ambos supõe a realização da primeira como condição básica da segunda e vice-versa. Para a vertente liberal, a igualdade tem apenas um sentido jurídico e ela é a garantia básica para que "todos" os indivíduos possam empreender livremente seus desejos, interesses e projetos. A abordagem marxista se opõe radicalmente ao formalismo

jurídico liberal, acusando-o de ideológico. Para o marxismo, a liberdade proposta pelos liberais nada mais é que a absolutização dos interesses da burguesia e do capital. A igualdade jurídica acoberta as desigualdades reais entre os indivíduos.

Em face disso, Marx propõe o princípio da igualdade como condição "sine qua non" para a realização da liberdade. Condições iguais para todos é o ponto de partida para se falar em liberdade. Enquanto existir a propriedade privada, as relações assimétricas de poder, a divisão de classes etc., o princípio da liberdade é apenas uma farsa.

Mesmo que o argumento da inseparabilidade seja antigo, há algo no imaginário desses grupos que os distingue tanto do liberalismo quanto do marxismo. Há uma especificidade no modo de avaliar o binômio liberdade e igualdade. Para evidenciar isso centraremos nossa análise em torno do termo igualdade.

A ruptura com o liberalismo é feita a partir de duas observações básicas. A primeira delas é uma crítica à concepção de democracia que toma a igualdade apenas no seu sentido jurídico. A segunda se dirige contra a afirmação de que para o bom funcionamento de um sistema democrático basta um conjunto de leis que assegurem liberdade aos indivíduos.

Praticamente todas as citações reafirmam a tese de que uma democracia requer, além da garantia das liberdades, uma igualdade mínima de condições para todos os indivíduos. Um sistema político que se funda apenas sobre a liberdade corre o perigo de produzir cada vez mais desigualdades sociais e, principalmente, o acirramento das práticas individualistas.

A igualdade tem um valor fundamental, e uma democracia não pode omitir-se de perseguir este ideal. Mas o que esses grupos estão entendendo por igualdade é significativamente distinto da concepção veiculada por marxistas, liberais e fundamentalistas. Uma olhada mais atenta nos faz ver que a palavra

igualdade é tomada ou analisada sob duas óticas diferentes: a primeira sob a perspectiva sócio-econômica e a segunda no plano da cultura.

Na primeira, a igualdade é tratada como uma necessidade moral. É preciso garantir aos cidadãos as mesmas oportunidades para que a sociedade seja minimamente justa. A reivindicação pela igualdade de condições se fundamenta sob o pressuposto de que, ao nascer, todo cidadão tem esses direitos. A igualdade entre os homens é essencial para a democracia, mas o seu fundamento está numa concepção de natureza humana, aquela presente na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

A igualdade que se preconiza no âmbito sócio-econômico é menos absoluta que aquela sustentada pelo marxismo. É uma igualdade mais branda. Trata-se de uma igualdade de oportunidades, ou seja, a sociedade deve organizar-se de tal forma que garanta a todos os cidadãos os mesmos bens básicos, como saúde, educação, moradia etc. Isso supõe a redução das desigualdades sociais, distribuição de renda e coisas mais, porém tudo isso deve ser agenciado por um conjunto de leis, formuladas no interior do próprio sistema democrático e não como intervenção autoritária do Estado.

Embora tudo isso diga respeito a um assunto de alta complexidade, podemos afirmar com segurança que o entendimento de igualdade presente nessas entidades está bastante próximo da tradição de pensamento inaugurada após a Declaração de 1789. No plano da teoria política, Tocqueville e Rawls estão mais configurados que Marx e Lênin. É preciso observar ainda que a defesa da igualdade como justiça social tem suas bases também no ideário cristão, em particular da igreja católica progressista, à qual algumas dessas associações estão ligadas.

Na segunda, há uma manifesta preocupação para que, no plano da cultura, a concepção de igualdade não fundamente ou justifique atitudes repressivas ou de banimento das diferenças entre culturas, crenças ou de perseguição aos

movimentos de raça e sexo. A igualdade pretendida não é a identidade, mas o direito igual para todos de serem diferentes. A tolerância e o respeito à diversidade cultural são valores indispensáveis a uma democracia. Aqui a igualdade é definida como um dispositivo legal que permite a livre expressão dos diversos grupos e também como um conjunto de predisposições comportamentais que preparam o indivíduo para conviver de forma solidária com a diversidade.

O que nos causou uma certa surpresa foi a emergência do conceito de solidariedade como um terceiro alicerce da democracia. Na verdade, este foi um aspecto quase sempre negligenciado pelo debate. Raramente se pensa a democracia tomando a solidariedade como um dos elementos centrais. O fato de ele aparecer de forma tão incisiva, incita-nos a proceder uma análise mais detalhada.

Dentre as citações anteriores, apenas *(b)* e *(c)* enfatizam a importância da atitude solidária, mas no conjunto dos dados a quase totalidade dos informantes fundam na solidariedade o espaço privilegiado, no qual o indivíduo pode concretamente cooperar na construção democrática. Alguns informantes não usam o termo literalmente, mas evocam seu sentido, como é o caso específico da fala *(b)* onde o informante usa a expressão "nós somos irmãos".

Vejamos outras citações onde a solidariedade aparece explicitamente:

"...estou querendo fazer a clivagem entre democracia representativa e a democracia enquanto racionalidade democrática, que supõe a relação de alteridade, que prega a solidariedade nas relações humanas e o compromisso com a coletividade, abarcando inclusive as relações com o poder público" *(i)*;

"...mais que um novo entendimento do novo papel da mulher, do papel do negro é construir relações de solidariedade entre as mulheres, negros etc. Por relações de solidariedade estou entendendo não a igualdade, mas um convívio na diferença, não uma opressão na diferença" *(e)*;

"O grande desafio é a construção de uma racionalidade solidária, sociabilidade democrática, que passa pela ruptura dos monopólios da educação, de gênero e construir relações solidárias no cotidiano. É mais que agilizar a democracia formal, é mais que romper com os monopólios instituídos de poder. É romper com o monopólio simbólico: construir relações de solidariedade" (j);

A reintrodução da questão da solidariedade na arena política tem um significado simbólico muito específico para a sociedade civil. Como os conceitos de liberdade e igualdade são demasiadamente abstratos e pouco dizem sobre as relações entre as pessoas no dia-a-dia, a evocação da solidariedade vem cumprir o papel de normatização de um espaço que depende essencialmente da vontade ou da consciência dos indivíduos. Solicitar às pessoas que sejam solidárias significa pedir que cada um se assuma como responsável diante dos outros e da realidade com a qual convive. A solidariedade exige engajamento, prática concreta e espírito participativo.

Defender a solidariedade como um valor para o indivíduo e para a sociedade é assumir que a construção de relações mais humanas depende do esforço de cada um. Em vez de esperar mudanças vindas de cima, os indivíduos são desafiados a lutar contra as desigualdades sociais, a discriminação de cor, sexo etc, por meio de gestos concretos.

Em síntese, ser solidário não implica apenas a doação de bens materiais, mas também a capacidade de tolerar, dialogar e colocar-se no lugar do outro. A atitude solidária responde tanto no plano sócio-econômico como na esfera cultural. É uma resposta positiva contra o niilismo, o individualismo e o desancanto com a vida e a história.

A solidariedade é um princípio normativo que pretende fazer frente a, pelo menos, dois desafios básicos: uma resposta ética aos problemas concretos do

cotidiano (desigualdades, discriminações, opressão etc.) e, num plano mais amplo, às crises de sentido, às crises de utopia social. O fim do socialismo real minou pela base uma das mais bem elaboradas utopias sociais que a humanidade produziu. Com ele, o projeto de uma sociedade fundada na igualdade plena tornou-se muito mais uma ideologia totalitária que uma utopia viável. A luta obsessiva pela igualdade real produziu o extermínio de milhares de pessoas, a suspensão das liberdades individuais e coletivas e o completo banimento das diversidades culturais. Se uma utopia fundada na igualdade absoluta não mais seduz, o desencanto vale também para o projeto social alicerçado exclusivamente na liberdade. Os dados acima manifestaram claramente o descontentamento com os resultados produzidos pelo livre-mercado. O capitalismo produz e reforça os mecanismos geradores da miséria, da fome, do consumismo etc. Ao menos para o segmento da sociedade que estamos analisando, o capitalismo não apresenta atrativos suficientes para ser considerado um sistema desejável.

Neste quadro, o conceito de solidariedade emerge como um ponto de equilíbrio entre a crise de um modelo de sociedade fundado na igualdade real (socialismo) e um sistema social pautado pela obtenção do lucro e pelo hedonismo (capitalismo). A evocação da solidariedade apela para uma postura ética do indivíduo. Ele é um sujeito que participa da economia, da política, mas se define essencialmente como um sujeito moral.

3.4 A sociedade Civil como Espaço Ético-Político: As Bases para uma Normatividade Política.

Este item conclui a análise dos dados empíricos desta pesquisa. Mas, acima de tudo, ele é uma espécie de síntese dos diversos aspectos que vieram

relacionando-se ao longo do capítulo. E este apanhado sintético se dá por meio da análise da sociedade civil, da democracia e, principalmente, das experiências desenvolvidas pelas próprias entidades. Se nos itens anteriores a discussão manteve-se em níveis mais abstratos, este se distingue justamente por ocupar-se com temáticas que estão diretamente ligadas ao cotidiano dos informantes.

As falas sobre democracia - e também sobre outros temas - é menos externa e mais interna, ou seja, os discursos mencionam constantemente as suas experiências como entidade, a importância delas para a construção da democracia e as dificuldades de ser democrático no dia-a-dia. Em vários depoimentos os informantes reconhecem que entre o ideal democrático e as práticas no interior da própria entidade há um vácuo ¹⁸. Ser democrático na prática requer empenho, vontade e altruísmo.

Tomados no conjunto, os depoimentos procuram descrever uma certa metodologia de como a democracia deve ser construída. Em outros termos, não é apenas a proposta democrática que este segmento social defende que se detalha melhor, mas é, também, uma exposição dos processos básicos pelos quais tal projeto democrático deverá passar. Se a democracia não se limita aos mecanismos institucionais; se ela necessita de um base normativa que lhe dê sustentação; se o Estado e o mercado são insuficientes e, finalmente, se não existe um sujeito histórico "moralmente relevante" para conduzir o processo democrático, a pergunta

¹⁸- Vejamos a opinião de alguns informantes: "É mais fácil uma pessoa falar de democracia que uma pessoa adotar ações democráticas. É mais fácil falar em liberdade que uma pessoa aplicar valores de liberdade. Agora, sendo difícil de resolver não temos como passar por cima. Essa é a questão que eu coloco. Todos nós defendemos princípios que muitas vezes não aplicamos. Há pessoas que optam em passar por cima e dizem que são coerentes. E há pessoas que escondem a contribuição e temem a compreensão ser assumida. Nós temos que construir socialmente estes valores e objetivos sabendo que estes são difíceis de construir e que do ponto de vista do micro e do pessoal são mais difíceis ainda. (segue uma exposição maior sobre essa contradição) (c); "Talvez o limite seja o hábito. Eu exijo a ética das outras pessoas e não exijo a minha ética. Eu exijo a democracia das outras pessoas, mas eu não exijo a democracia da minha pessoa. Parece um pouco o hábito, a cultura... a cultura do medo (h); "Eu diria que tem uma diferença muito grande entre aquilo que é colocado no papel como princípio e aquilo que existe na prática (e);

que se coloca é a seguinte: quem - instituições ou indivíduos - assumirá a função de coordenar a realização desse ideário democrático?

A resposta é: a sociedade civil. O uso que os informantes fazem deste termo vai além do mero sentido analítico; ele é empregado não apenas para categorizar a rede de organizações que se estendem pela sociedade, mas para indicar um conjunto de atores ou forças políticas que carregam em si uma normatividade política distinta daquela prevalente no âmbito do Estado e no mercado. O conceito de sociedade civil tem um sentido claramente normativo. A afirmação de valores é sua característica distintiva.

Num plano mais amplo, é possível dizer que a idéia de sociedade civil substitui o proletariado como sujeito histórico universal, responde à crise do Estado - enquanto grande demiurgo do desenvolvimento^m - e também, apresenta-se como uma contra-alternativa ao livre-mercado. Num plano mais restrito, a retomada da sociedade civil traz consigo uma crítica às formas de integração tradicionais e, com ela, uma exigência para que a integração social se dê a partir dos elementos da vida cotidiana. Expressões como afeto, solidariedade, união, diálogo, amor, gratidão, caridade, responsabilidade etc., formam o núcleo normativo. Ela emerge, então, como o resgate dos valores comunitários.

Porém, a esfera civil não é apresentada como a redentora da humanidade ou expressão da vontade universal. É reconhecido o seu caráter fragmentário e plural. O ideário democrático que se coloca em torno da sociedade civil não é um projeto monista de sociedade. Ao contrário, a democracia deve criar as condições para que a pluralidade e a diversidade existam. O diálogo, a negociação e o consenso são as fórmulas para que o plural e o diverso não se transformem em exclusão e violência.

No questionário formulamos uma pergunta bem direta com o objetivo de fazer com que os informantes avaliassem suas atividades. Perguntamos: "você

acha que sua entidade contribui para a construção da democracia"? A unanimidade respondeu afirmativamente ¹⁹. Nas citações que seguem abaixo fica bastante nítida a importância conferida à sociedade civil na construção da democracia.

"Então a sociedade civil toma para si a responsabilidade de definir, como a sociedade pode se organizar" *(a)*;

"A associação de bairro, centro social é o ponto chave para a democracia, porque ali é a ponta, é ali onde aparecem os pepinos. Então ali nós conversamos, podemos mostrar para eles o que é a democracia, como deve viver um cidadão, o que ele precisa, o que não precisa para levar nas comunidades, para saber o que eles podem fazer. A associação de bairro ajuda muito, porque quem trabalha na ponta somos nós. A democracia começa pela base" *(b)*;

"... todos os pequenos grupos que envolvem as pessoas numa dada atividade social, cultural e política levam a ampliar o espaço da democracia e da participação num

¹⁹- "Sim. Nos aspectos de abertura às comunidades para um bom relacionamento" *(b)*;" Criando consciência crítica através da informação, analisando a realidade, organizando os trabalhadores" *(e)*;" Na medida em que ajuda a despertar as pessoas para o complexo problema da influência dos meios de comunicação na sociedade contemporânea" *(a)*;" Na medida em que não só contribui para para que a população negra aprenda a interferir nos negócios comunitários como procuramos relações horizontais com outras organizações, buscando o fortalecimento da sociedade civil" *(f)*;" a) no processo de distribuição de renda, b) na produção de informações científicas necessárias aos trabalhadores, c) na luta pelo acesso ao emprego, (c) na desmistificação da "verdade dos dominantes" *(d)*;" Na medida em que une as famílias e a comunidade para resolver problemas" *(f)*;" Na medida em que divulga informações importantes, exige que as autoridades políticas e administrativas respeitem as leis, incentiva a participação das pessoas em ações de caráter político não-partidário" *(g)*;" Nós estamos muito preocupados com a democracia. Acho que nossa instituição contribui de duas formas para construir a democracia: a primeira mais ligada ao cotidiano, que é a visão por parte da garotada e dos educadores de que eles são sujeitos e responsáveis pela coletividade. Os colegas dele tem um problema, o problema é nosso. A outra comunidade tem um problema o problema é nosso. O que nós podemos resolver , compromisso coletivo tentando construir relações de solidariedade, relações democráticas. E tem um outro lado que é a própria relação com o poder público, a democracia instituída, formalizada pelo poder público que o Estatuto da Criança e do Adolescente que cria os espaços que são os conselhos onde se discute e decide as políticas públicas" *(i)*.""Nossas atividades contribuem para a construção da democracia no momento em que um grupo de pessoas se auto-organizam , se constituem como atores, por decisão própria, intervêm de forma autônoma na sociedade e desenvolvem atividades que levam a uma participação ativa na vida social e na vida política *(c)*.

sentido mais profundo e mais amplo e não estritamente o espaço da chamada política formal e da representação. Aqui se constitui um campo mais vasto que é a participação social, que para mim é superior ao da participação política ... Se nós valorizamos a democracia, a participação, a igualdade, temos que fazer valer estes valores logo embaixo onde é possível construí-los. ...Se tu defendes como valor a liberdade e a igualdade ou a solidariedade tu tens que começar a construir desde já dentro da microrelação esses valores"(c)

"O povo está sentindo que tem que se unir mais para buscar coisas melhores. Até porque quando se desenvolve qualquer tipo de atividade na comunidade se vê o quanto é preciso a união da comunidade. Aqueles que não participam o pessoal começa a criticar, até a achar ruim, retaliar. Então a gente vê a necessidade muito grande da participação de todos"(d).

"Acho que não dá para achar que a sociedade civil ou estes organismos todos têm um poder tão forte de alterar substancialmente ou de uma forma imediata a questão. Acho que ela é complicada e tem muitos elementos que interferem. Mas eu acredito que as instituições da sociedade civil que se organizam e lutam por isso, elas tem um grau de influência razoável , eu diria, nas relações de algumas questões na sociedade...a gente não vê as transformações acontecerem tão rapidamente como gostaríamos de ter, mas sem dúvida a ausência dessas entidades, se elas não existissem nós teríamos um país, talvez, bem diferente do que temos hoje e para pior. (e)

"Tem um outro indicador importante, que é o número de entidades ,instituições pertencentes à sociedade civil, é um troço violento: casas, negros, homossexuais, mulheres, partidos políticos. É um negócio muito interessante e que prolifera demonstrando a vitalidade na sociedade civil que poucas sociedades hoje possuem"(f)

"Mais do que agilizar a democracia formal, mais do que romper com os monopólios instituídos de poder, o grande desafio é romper com o monopólio simbólico, construir relações de solidariedade, que passa pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil. Parece que a sociedade civil hoje é a que carrega a utopia viva da democracia"(i)

"Os movimentos sociais começam a dizer que a sociedade não precisa esperar do Estado, a sociedade

pode criar formas, ela pode resolver os seus problemas, ela pode elaborar projetos e ela pode dialogar com as instituições. Hoje os movimentos sociais aprenderam que eles tem a sua própria lógica e, conseqüentemente, as pessoas aprendem a inventar coisas e, desta forma, instaurar uma outra prática política. Uma coisa muito legal é quando uma se une a outras instituições para propor soluções ou para incentivar determinados debates. Mas, ao mesmo tempo você tem outra coisa que é muito legal, que é a possibilidade de dialogar como as instituições públicas e de certa forma contribuir na reorientação destas instituições públicas, ou seja, que permita que determinadas demandas da sociedade possam ser atendidas pelo poder público"... Por incrível que pareça, hoje você tem mais condições de dialogar com o poder público e ao mesmo tempo você tem pessoas na sociedade que não enxergam o poder público como o grande demiurgo social. As pessoas dos movimentos sociais procuram outras soluções. A sociedade já absorveu uma quantidade enorme de reivindicações, de marcos que eram colocados por aqueles movimentos sociais" (j)

"A mudança começa pela sociedade civil. A tarefa fundamental é fazer com que os diferentes militantes consigam entender questões específicas a partir de uma perspectiva global. Esse é o grande desafio. É preciso saídas ou projetos passíveis de serem negociados na sociedade civil, que englobe a sociedade inteira" (j).

Em praticamente todos os fragmentos de discurso acima é enfatizado o valor da participação e da iniciativa. É preciso se organizar para ir resolvendo os problemas mais imediatos e alarmantes. No fundo, está a crença de que as mudanças, quando ocorrem, iniciam pelas pequenas coisas, pela base. A união dos esforços em torno de uma causa comum é a grande receita.

A mudança que esses grupos almejam não é a revolução, nem o fim de todas as relações de poder. É, antes, a solução dos problemas mais elementares que afligem nossa sociedade, como a miséria, a fome, a falta de educação, saúde, saneamento, o fim da discriminação (sexual, racial), a defesa do meio ambiente etc.

Mesmo que a solução desses problemas exija mudanças mais amplas na sociedade, as exigências colocadas por esses atores sociais são concretas e pragmáticas. Não se espera por grandes transformações. Se é possível dizer, estamos diante de uma esquerda mais social que política.

A crença no progresso é evidente, porém, se trata de uma aposta mais amena e, relativamente, mais ciente das dificuldades. Isso porque o que se almeja é o progresso ético, ou seja, as mudanças que o mundo precisa dependem essencialmente da postura ética de cada indivíduo e da coletividade. A solução dos problemas que a humanidade vive hoje depende da revalorização da ética. Tanto a salvação da biosfera como a redução da violência, da fome etc., dependerão de uma transformação na maneira como o homem se relaciona com o mundo e consigo mesmo. A consciência individual e coletiva é novamente solicitada para servir de guia, de orientadora das ações concretas, sejam elas no campo da ciência e tecnologia, da religião, da política, do trabalho ...

"O ideal está instalado definitivamente em nossos pensamentos. Você não pode se afastar dele. Deve voltar sempre a ele. Não há nenhum lá fora; lá fora falta o ar. De onde vem isso? A idéia é como óculos assentados sobre o nariz e o que vemos, vemos através deles. Nem nos ocorre a idéia de tirá-los" (Wittgenstein).

CONCLUSÃO

As considerações que se seguem não são conclusivas, ou melhor, concluem esta dissertação mas não a problemática que foi discutida. O conjunto de problemas que tratamos ao longo dos capítulos permanece aberto para outras pesquisas e, principalmente, para outros enfoques. Ciente de que não é mais permitido a nenhuma ciência e, muito menos, às ciências do homem pretender a descoberta de verdades universais, nossos argumentos admitem-se tão-somente como uma maneira de entender ou compreender a realidade. Validar ou refutar esses "pontos de vista" é tarefa daqueles que se sentem instigados por tais problemas.

Neste sentido, o objetivo desta conclusão é validar ainda mais o que podemos chamar de "resultados" desta pesquisa. Isso será feito a partir de uma sintética reconstrução dos aspectos centrais que compõem o imaginário democrático presente nas entidades civis pesquisadas e da apresentação de alguns questionamentos.

Começando pela etimologia, o entendimento que esses grupos têm do termo democracia é tão amplo que fica difícil associá-lo a qualquer definição convencional como, por exemplo, a "democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo". A variedade de elementos que se liga ao ideário democrático é tão expressiva que qualquer definição de democracia - por mais sofisticada que seja - é

incapaz de exprimir essa pluralidade. O termo é empregado, ao mesmo tempo, para sintetizar um conjunto de instituições, leis e procedimentos formais etc, assim como, para expressar uma gama variada de valores políticos e morais, projetos, utopias, esperanças, desejos etc.

A bem da verdade, não é possível dizer que há um conceito de democracia mais ou menos claro. Há, na verdade, uma pluralidade de sentidos que se relacionam e se fundem para formar um projeto social imaginário. No todo, prevalece um sentido laudatório, ou seja, do confronto entre "ser" (análise da realidade) e "dever ser" (deontologia) prevalecendo uma visão menos realista e empírica da democracia e mais a idealista e normativa.

Os ideais exercem um papel fundamental. O "dever ser" é a lente, a partir da qual a realidade é analisada. Nos comentários dos informantes sobre a "democracia" brasileira, fica nítida a utilização do referencial normativo como o principal recurso analítico. Os partidos, o Estado e a sociedade, como um todo, são avaliados a partir de um conjunto de valores políticos e morais ou, também, o que podemos chamar de núcleo deontológico.

Utilizando a distinção proposta por Sartori (1994:74-8) entre concepção realista (empírica) e racionalista (idealista) de democracia, é possível afirmar que a orientação cognitiva que prevaleceu nos depoimentos foi a segunda. Ao contrário da empirista que fica mais próximo do que pode ser visto, tocado e testado, a mentalidade racionalista situa-se num nível muito mais elevado de abstração; enquanto o empirista se inclina a trabalhar partindo da realidade, concebendo os problemas num nível prático, o racionalista tende a refazer - e julgar - a realidade a partir de alguns princípios ou valores. Enquanto o princípio empírico diz que se um programa não é bem sucedido na prática deve haver algo errado com a teoria, o princípio racionalista afirma que aquilo que é verdade na teoria também tem de ser na prática, não é a teoria que deve estar errada.

Embora essa distinção não possa ser tomada no sentido absoluto, ela é adequada para mostrar que a perspectiva pela qual a democracia é tratada é claramente dedutiva. Os recursos normativos funcionam como classificadores da realidade. A "Realpolitik" é criticada justamente porque encerra o fenômeno político num simples jogo, em que os atores políticos decidem com vistas à maximização de seus interesses particulares.

Ser e dever ser, realidade e imaginação, objetivo e subjetivo formam uma totalidade, às vezes contraditória entre si, mas, quase sempre, integrada, costurada. O sentido conferido à democracia é o resultado da embricação dos sentidos descritivos e prescritivos. Para ele confluem valores, imagens, desejos, alguns advindos do próprio contexto histórico em que os indivíduos estão inseridos, mas, a grande maioria resgatados de outras épocas, religiões, experiências... Transportados, desembocam e tomam um sentido próprio, específico e contextual.

O imaginário democrático é uma grande síntese, resultado da integração de variados aspectos, mas, entre eles, um merece comentário: a memória social ou coletiva. As lembranças, as imagens registrados na memória coletiva exercem um papel fundamental sobre a formação do modelo ideal de democracia. Acontecimentos como a democracia ateniense, a comunidade dos primeiros cristãos, a Revolução Francesa, o socialismo, o anarquismo se entrecruzam para formar as matrizes discursivas. Os grandes ideais vividos pela humanidade em épocas diferentes são resgatados para analisar e idealizar o presente. O passado é revivido e, ao mesmo tempo, alimenta o futuro.

A democracia é mais que um sistema de governo; é um projeto de sociedade. A ela se ligam elementos de ordem estritamente política, assim como aspectos que dizem respeito à "natureza" humana, como o comportamento individual, social e político, os padrões morais, a cultura, a economia e assim por

diante. Como se tem uma concepção maximalista de democracia, ela é desafiada a resolver problemas que a humanidade vem colocando-se há muitos séculos. Daí ser a democracia uma grande construção cognitiva e normativa de que os indivíduos formulam para lidar com o mundo.

Sinteticamente a democracia é concebida a partir de três níveis: a democracia política, a democracia sócio-econômica e a democracia sócio-cultural. A cada uma dessas esferas são atribuídas tarefas específicas, mas entre elas não existem dicotomias, ou seja, elas aparecem como um todo interdependente. Em síntese, cabe à democracia organizar politicamente a sociedade de forma a possibilitar que os valores políticos e morais se realizem no interior das próprias relações políticas, econômicas e sócio-culturais.

Quanto à democracia política, sua importância é fundamental. Mesmo que diversas críticas tenham sido dirigidas à "democracia formal" - identificada como burocrática, impessoal e pautada pela lógica do poder - há um reconhecimento implícito de que sem ela nem se poderia falar em democracia. A construção de relações menos desiguais e autoritárias no interior da economia e da cultura só é possível no momento em que existir um Estado de direito e uma Constituição que possibilite a participação da sociedade. A democracia política é condição "sine qua non" para se falar em democracia econômica e cultural.

O aparato institucional não é tomado como uma invenção exclusiva dos burgueses ou liberais. Se as leis são injustas ou aplicadas desigualmente, se o Estado serve a pequenos grupos, a participação política é a única e a mais eficaz possibilidade de processar as mudanças. A recuperação da comunidade política depende essencialmente do envolvimento de cada cidadão. O descontentamento com um determinado modo de fazer política não redundará na apatia, mas reverte-se como disposição de fazer política para construir um novo ethos, um novo contrato.

Implicitamente os informantes reconhecem que a democracia política constitui a espinha dorsal de qualquer projeto democrático. Há um claro reconhecimento da importância do aparato político-institucional. O bom funcionamento das instituições é o pressuposto básico para que os conflitos sejam resolvidos de forma pública e, o máximo possível, justa.

O reconhecimento da importância da democracia representativa e dos avanços que ela proporcionou à sociedade brasileira vem acompanhado de uma série de críticas quanto ao modo como ela acontece e, num horizonte mais amplo, quanto ao próprio princípio da representação política. O projeto democrático vai além da idéia da representação. A imagem de uma comunidade - relativamente pequena - em que os cidadãos se conhecem e partilham de experiências e sentimentos, participam da constituição do governo e das leis, conhecem como funciona o poder e a administração e têm o direito de ser ouvido e interferir, está ainda bastante viva no imaginário político desses grupos.

A pólis grega é implicitamente resgatada porque ela serve de paradigma para um projeto de democracia que garanta ao cidadão uma participação efetiva - *e direta* - e a solução de seus problemas cotidianos. No fundo, o modelo grego é transportado para hoje com o objetivo de assentar um "dever ser" político, cuja exigência básica é, fundamentalmente, organizar a sociedade de forma a assegurar oportunidades iguais a todos e estabelecer relações de solidariedade. O centro das decisões políticas não pode estar distante dos cidadãos. Eles são os possuidores do real poder de decidir. A aposta que se faz na democracia se assenta na convicção de que ela é a grande possibilidade de formar uma comunidade política, aberta à pluralidade dos discursos e ações políticas, possibilitando a cada indivíduo a participação nos negócios públicos. O ideal de uma democracia direta está nitidamente presente.

A exigência por democracia no campo sócio-econômico tem claramente um sentido ético. Democracia é o equivalente ao princípio de justiça social, quer dizer, realizar a democracia no campo da economia é interferir nas leis do livre mercado e fazer uma distribuição de renda. A "mão invisível" do mercado é amplamente criticada justamente porque produz um contingente enorme de excluídos. Ao absolutizar o dinheiro como forma de integração social, o capitalismo classifica, separa as pessoas, estabelece uma linha demarcatória entre aqueles que têm acesso ao sistema e os que dele ficam excluídos.

Apesar de o mercado se pautar pela lógica da acumulação, e a democracia pelo princípio da justiça social, mercado e democracia não são concebidos como absolutamente excludentes. A contradição entre ambos é reconhecida, mas prevalece a aposta ou crença de que o primeiro pode ser fecundado pelo segundo, ou seja, de que a política tem o poder de determinar ou interferir no processo econômico e estabelecer as coordenadas básicas de um desenvolvimento fundado no princípio da equidade social. Pertence à esfera político-institucional e à sociedade organizada, a tarefa de criar as condições para que as leis do mercado sejam humanizadas, para que a sua racionalidade não seja exclusivamente calculista e marginalizadora.

No plano concreto, a condição básica para se falar em democracia no nível sócio-econômico é a distribuição de renda; é a existência de um nível mínimo de igualdade de bens materiais e simbólicos entre as pessoas. A igualdade é o princípio elementar dessa esfera, porém a igualdade desejada é branda e não absoluta. O que se preconiza é uma igualdade de oportunidades, ou seja, a sociedade deve organizar-se de forma a possibilitar condições iguais a todos os indivíduos.

O ideário democrático converte-se numa grande exigência ética. O desafio central da democracia não é tornar a Nação soberana diante dos outros países ou do capital transnacional. A ideologia nacional-desenvolvimentista, a idéia

da soberania nacional etc, cedem lugar para uma visão mais localizada ou, talvez, comunitária da realidade. A modernização econômica é importante que aconteça, mas ela não pode vir à revelia do desenvolvimento social e humano. A revalorização da democracia parece, primordialmente, refletir o anseio por uma comunidade reconstruída ou construída sobre novas bases. A demanda por uma comunidade é transferida do âmbito econômico para o político e espera-se que a democracia procure a integração social que o mercado não conseguiu produzir.

Embora os dados não nos permitam avançar muito nesta questão, a idéia de comunidade parece estar recuperando um sentido que há bastante tempo havia cedido lugar a uma visão de mundo voltada exclusivamente para os temas específicos da sociedade, como por exemplo: o desenvolvimento, o progresso, a soberania nacional etc. A revalorização dos temas ou problemas cotidianos locais é indicativo de um pequeno, mas significativo deslocamento no modo de conceber a própria política. O modo de fazer política fundado no cálculo, nas estratégias, no pragmatismo é criticado e substituído por uma concepção que tem como eixo principal a idéia do diálogo. E, como princípio, ele deve valer para todas as esferas, desde as macro até as micro.

A preocupação com as microinstituições e, particularmente, com as relações humanas do dia-a-dia levanta o tema da cultura como uma das dimensões centrais da democracia. Entendida como forma de vida, a democracia requer a formação de um ethos social que tenha como base o princípio da solidariedade. O autoritarismo social e cultural hierarquiza o tecido social, estabelecendo papéis e funções quase sempre impostas e fixas. O "espírito" democrático deve ser amplo e contagiante, porque somente assim conseguirá motivar os indivíduos a conviver com a pluralidade.

No plano da cultura, a diferença deve ser respeitada. O preceito da igualdade não pode converter-se em atitudes ou gestos autoritários de banimento das

diferenças. A discriminação sexual, racial, gênero, cor etc. nega o princípio da igualdade (direitos iguais para todos de serem diferentes) e da liberdade (liberdade de se organizar e se expressar como grupo cultural). Relações democráticas no âmbito sócio-cultural é o terceiro pré-requisito fundamental de um projeto social democrático.

Os dados empíricos não deixaram dúvidas quanto a legitimidade da idéia de democracia. Trata-se de uma legitimidade "quase absoluta", ou seja, a aceitabilidade normativa é praticamente incondicional. E esse grau elevado de aceitação vem acompanhado de um amplo espectro de ideais ou demandas deontológicas. Por isso que, ao nosso entender, o tipo de legitimidade presente nas organizações da sociedade civil pesquisadas é muito mais de conteúdo (substancial) que de forma (legitimidade legal), isto é, os valores, os ideais têm um papel mais relevante que a estrutura jurídico-política.

A legitimidade da democracia é uma aposta incondicional na política. As saídas para os problemas cotidianos, quer sejam eles de natureza ecológica (destruição da biosfera), sócio-econômica (pobreza, desemprego, violência...), culturais (discriminação de sexo, cor, nacionalidade...) ou políticos (corrupção, falta de ética...) passam por um encaminhamento político. É preciso observar, porém, que, para esses atores, a política não é a "arte do possível" (Maquiavel), nem se limita a um conjunto de instituições, leis e procedimentos que regulam a competição política entre os grupos e os partidos (concepção liberal) e, também, não se reduz à esfera econômica (marxismo).

A política é bem mais que isso. Ela é entendida no seu sentido amplo, ou seja, como um "ethos", como a maneira de ser de uma sociedade. A política é um fenômeno presente em todo grupo, instituição e sociedade; perpassa a vida pública e privada. Ela se expressa em todas as atividades de cooperação, negociação e luta pelo uso e distribuição de recursos. Está envolvida em todas as relações e atividades

de produção e reprodução da vida em sociedade. A natureza da política é uma dimensão universal da vida humana.

A política cria e condiciona todos os aspectos da vida e está no coração do desenvolvimento dos problemas da sociedade e dos modos coletivos de sua resolução. Neste sentido, ela é a capacidade dos indivíduos e instituições sociais e políticas de manter ou transformar o mundo natural, a sociedade e o mundo subjetivo. O entendimento de política desses grupos está intimamente ligado ao conceito de autonomia. A democracia é o sistema mais indicado para a prática da autonomia.

No caso específico da sociedade brasileira, os informantes teceram várias críticas ao modo como a sociedade se organiza e, principalmente, criticaram os operadores legítimos do sistema político por se pautarem pela lógica do poder, do dinheiro e do pragmatismo político. Propõem um modo novo de fazer política, fundado no princípio da participação e do diálogo. E, esse novo "ethos", deve valer tanto para as instituições políticas propriamente ditas e demais instituições (família, escola, sindicato, ONG, econômicas ...) como também, para as relações humanas do cotidiano. A prática política democrática precisa acontecer tanto no espaço público, como no espaço privado.

Ao longo do capítulo III afirmamos que o projeto democrático desses grupos não é liberal, nem socialista. Apresentamos alguns argumentos para evidenciar os pontos que distinguem este projeto de qualquer cognome convencional, mas não chegamos a sugerir uma expressão que pudesse sintetizar esse imaginário. Poderíamos ter sugerido expressões como, "democracia participativa", "democracia salvífica", "democracia solidária", "democracia comunitária" etc., mas nenhuma delas é capaz de sintetizar de forma adequada a pluralidade, a riqueza e a complexidade desse ideário.

Conceitualizar - sintetizar o diverso e o plural no uno - é um exercício relativamente difícil porque exige tanto uma clareza empírica quanto terminológica. Essa clareza ainda não temos. A sua ausência, no entanto, constitui um dos principais desafios para as próximas reflexões.

Como pudemos perceber ao longo da análise dos dados, o entendimento que esses grupos têm de democracia remete para o sistema político e também para a sociedade um grau de exigências que, à primeira vista, pode parecer excessivo, demasiadamente perfeccionista e até impossível concretamente. Mesmo que não caiba a nós o direito de afirmar a possibilidade ou impossibilidade de algo na história, alguns questionamentos nos parecem cabíveis.

Optamos em concluir esta dissertação, colocando algumas indagações que, entre outras coisas, pretendem manter vivo o espírito investigativo e o debate. As primeiras são dirigidas às próprias organizações pesquisadas, as segundas vão na direção do sistema político propriamente dito, e as últimas, à sociedade, no sentido amplo.

Para as organizações da sociedade civil estudadas, podem ser dirigidas uma série de indagações, que envolve desde aspectos ligados à "idéia" de democracia, até o modo de conceber a democracia formal, o Estado, a sociedade civil, a ética etc. Vários pontos são polêmicos e, sobre muitos deles, cabem divergências. Mas, como o intuito aqui, não é discutir os resultados da pesquisa, segue apenas uma questão, que aliás, é antiga e polêmica. Partindo da afirmação de que os dois grandes desafios colocados à democracia atualmente são, de um lado, reformar o poder e o Estado e, do outro, reestruturar a sociedade civil, a questão que se coloca é: à sociedade civil não cabe também, a tarefa de participar mais ativamente da institucionalidade política, visando construir novas formas de relação entre Estado e sociedade e, com isso, buscar imprimir uma outra racionalidade à ação estatal?

Em direção ao sistema político, alguns questionamentos nos parecem cabíveis: A institucionalidade democrática brasileira está preparada para processar e negociar interesses? Os procedimentos democráticos formais conseguem representar o sentimento de comunidade e responder às demandas oriundas dessa legitimidade subjetiva? O excesso de demanda ou perfeccionismo não pode produzir um certo desencanto com as instituições políticas e com a própria idéia de democracia?

Mas a indagação central precisa ser dirigida à sociedade. Como o projeto democrático desses grupos é essencialmente normativo, a sua realização depende de uma base normativa mínima partilhada pelo maior número de cidadãos. Os indivíduos precisam estar dispostos a agir a partir de determinada orientação normativa. A pergunta que se coloca é: como construir essa normatividade num contexto social que tende a ser cada vez mais secular e individualista?

Mesmo sabendo das dificuldades de responder aos desafios destas questões no plano concreto das relações humanas, é preciso pensá-las. Ainda que um certo pessimismo nos tome, é preciso lembrar que as respostas (teóricas ou empíricas) que daremos a elas nunca serão definitivas, assim como não o foram as saídas propostas por Rousseau, Marx, Habermas e tantos outros cidadãos, intelectuais ou não.

A democracia é um processo e por sê-lo está aberta aos acertos e aos erros, às atitudes comprometidas e às apáticas, aos comportamentos éticos e aos menos éticos e assim por diante. Apesar dos limites e das dificuldades, dos progressos e dos regressos, dos consensos e dos dissensos, o credo democrático precisa manter-se como um ímã, capaz de atrair vontades, esforços, iniciativas... O futuro da democracia brasileira e da democracia de nossos sonhos não é possível prever.

Neste sentido, as últimas palavras desta dissertação não poderiam ser outras senão aquelas que exprimem a constatação de que o objeto de nossa pesquisa e razão de todo nosso esforço continua "rebelde" e indeterminado como antes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Regis de Castro. Kant: a liberdade, o indivíduo e a República. In: WEFFORT, Francisco (Org.). Os clássicos da política. 2. ed. São Paulo: Ática, v.II, 1990.
- ARENDT, Hannah. Lições sobre a filosofia política de Kant. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- ARISTÓTELES. A Política. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1988.
- ARÓN, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 3. ed. Brasília: Martins Fontes/UNB, 1990.
- APEL, Karl-Otto. Etica normativa y racionalidad estrategica: el problema filosofico de una etica politica. Revista de Filosofia y Teoria Política. Universidad Nacional de La Plata, n.25, 1985.
- AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado/ Mercado. Habermas, Cohen e Arato. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 36, 1993.
- ARATO, Andrew. Uma teoria hegeliana da sociedade civil. In: AVRITZER, Leonardo (org.) Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- _____. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil. Orientações para novas pesquisas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 27, ano 10, fev. 1995.
- BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

- BACHELARD, Gaston. O ar e os sonhos. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BARKER, Sir Ernest. Teoria Política Grega. Brasília: UNB, 1983.
- BICCA, Luiz. A unidade entre ética, política e história na filosofia prática de Kant. Revista de Filosofia Política. Porto Alegre, n. 4, 1987.
- BOBBIO, Norberto. Estado governo sociedade. Para uma teoria geral da política. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992b.
- _____. A Teoria da formas de governo. 4. ed. Brasília: UNB, 1985.
- _____. O conceito de sociedade civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. et al. Dicionário de Política. 4. ed. Brasília: Edunb, 1992a..
- _____. O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992c.
- _____. As ideologias e o poder em crise. Brasília: UNB/Polis, 1990.
- _____. Liberalismo e democracia. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- _____. Direito e Estado no pensamento de Immanuel Kant. Brasília: UNB, 1988.
- BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelângelo. Sociedade e Estado na Filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BORON, Atílio A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRUM TORRES, João Carlos. Vontade geral e partido político. Revista Filosofia Política. Porto Alegre, n. 6, 1991.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. São Paulo: Paz e Terra. 1990.
- CALDERÓN, Fernando & SANTOS, Mario dos. Movimentos sociales y democracia: los conflictos por la constitución de un nuevo orden. In.: VIOLA,

SCHERER-WAREN, KRISCHKE (Orgs.). Crise, Política, Movimentos Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

CARDOSO, Ruth. Movimentos Sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 1, n. 3, ANPOCS/Cortez, fev. 1987.

_____. Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia. In: REIS, F. W & O'DONNELL, Guillermo (Orgs.). A democracia no Brasil Dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. La crisis del Estado y la lucha por la democracia en America Latina. Revista Mexicana de Sociologia. México, v. XLIII, ano XLIII, n.2, abr./jun., 1981.

CASTAÑEDA, Jorge G. Utopia Desarmada. Intrigas, Dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. As encruzilhadas do labirinto II. Domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A pólis grega e a criação da democracia. Revista Filosofia Política. Porto Alegre, n.3, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

CHEVALLIER, Paul Arbousse. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. A democracia como valor universal. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. A dualidade de Poderes. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- COUTINHO, Carlos N. & NOGUEIRA, Marco A. Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- COSTA, Sérgio. Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.38, 1994.
- COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew. Civil Society and Political Theory. Cambridge: MIT Press, 1992.
- _____. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo. (Org.) Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Revista Filosofia Política. Porto Alegre, n 2, 1985.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.) Anos 90. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DEBRUN, Michel. Algumas considerações sobre a noção de vontade geral no Contrato Social. In Estudos em homenagem a J.J.Rousseau aos 200 anos do Contrato Social. São Paulo: Unicamp, 1972.
- DÍAZ-SALAZAR, Rafael. El proyecto de Gramsci. Madrid: Anthropos Editorial del Hombre, 1991.
- DOIMO, Ana Maria. ONGs no Brasil pós-70. Da educação popular à luta pela cidadania. Texto apresentado à Mesa redonda: Avanços na construção democrática: 1964 - 1994. Vitória, 1994 (mimeo).
- _____. Movimento social urbano, Igrejas e Participação Popular. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DURAND, Gilbert. As Estruturas Anropológicas do Imaginário. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- _____. A Imaginação Simbólica. São Paulo: Cultrix, 1988.

- ECO, Humberto. Eco - Logia. Folha de S. Paulo. São Paulo. 14 mai.1995. Caderno Mais. p. 5-4
- _____. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- EVERS, Tilman. Identidade. A face oculta dos novos movimentos sociais. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 4, abr. 1984.
- FAORO, Raymondo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro I e II. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.
- FELICE, Franco de. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: Política e História em Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FERNANDES, Rubem César. Elos de um cidadania planetária. Revista de Ciências Sociais. São Paulo, n. 28, ano 10, 1995.
- FLICKINGER, Hans-Georg. Marx e Hegel. O porão de uma filosofia social. Porto Alegre: L&PM e CNPQ, 1986.
- FINLEY, M. I. Democracia Antiga e Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FREITAG, Bárbara.. Habermas e a filosofia da modernidade. Revista Perspectivas São Paulo, v. 16, 1993.
- _____. Receita para ler Habermas. Folha de S. Paulo. São Paulo, 30 abr. 1995. Caderno Mais, p. 10.
- GADAMER, Hans-Georg. Verdad y Metodo. Fundamentos de una hermenéutica filosófica. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1984
- GERMANI, Gino. Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna. In: Los limites de la democracia. Buenos Aires: CLACSO, v. I, 1985.
- GUIDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

- _____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. A Questão Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- HABERMAS, Jurgen. Teoría de la acción comunicativa II. Madrid: Taurus Humanidades, 1992.
- _____. Mudanças estruturais da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. Three normative models of Democracy. In: Constellations. Oxford: Blackwell Publishers, v.I, n. I, 1994.
- _____. Teoría y Praxis. Estudios de filosofía social. 2. ed. Madrid: Tecnos, 1990b.
- _____. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990c.
- _____. O Discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quichote, 1990a
- HEGEL, G. W. Friederich. Princípios da Filosofia do Direito. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.
- _____. Fenomenologia do Espírito. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HELD, David. Modelos de Democracia. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HELLER, A. & FERENC, F. Sentir-se satisfeito en una sociedad insatisfecha. In: Políticas de la Posmodernidad. Barcelona: Península, 1989.
- HOBBS, Thomas. Leviatã. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

- HORKHEIMER, Max. Eclipse da Razão. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- IANNI, Octávio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- JAGUARIBE, Hélio. et al. Brasil. Sociedade democrática. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- _____. Democracia e modernidade política. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 106/107, jul/dez. 1991.
- _____. (Org.) A democracia grega. Brasília: UNB, 1982.
- JAGGER, Werner. A Paidéia. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes/UNB, 1989.
- KANT, Immanuel. À Paz Perpétua. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- KEANE, John. Democracy and Civil Society. On the Predicaments of European Socialism, the Prospects for Democracy, and the Problem of controlling Social and Political Power. London: Verso, 1988.
- _____. (Org.) Civil Society and the State. New European Perspectives. London: Verso, 1988.
- KELSEN, Hans. A Democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- KENNEDY, Paul. Preparando para o século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- LARA, Thiago Adão. A filosofia nas suas origens gregas. Caminhos da razão no ocidente. Petrópolis: Vozes, v.I, 1986.
- LARANJEIRA, Sônia (Org.) Classes e Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1990.
- LECHNER, Norbert. Los Patios interiores de la democracia. Subjetividad y Política. Chile: Fundo de Cultura Econômica, 1990.
- _____. Acerca del ordenamiento de la vida social por medio del Estado. Revista Mexicana de Sociología. México, v. XLIII, Ano XLIII, mar./1981.

- _____. La crisis del Estado en America Latina. Revista Mexicana de Sociologia. México, v. XXXIX, Ano XXXIX, n.2, abr./jun, 1977.
- _____. A Modernidade e a Modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 21,1990.
- _____. Condições sócio-culturais da transição democrática: em busca da comunidade perdida. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 106/107, jul./dez., 1991.
- LEFEBVRE, Henri. La vida cotidiana en el mundo moderno. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
- LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e democracia. Revista de Ciências Sociais. São Paulo, n. 28, ano 10, 1995.
- MACCIOCCHI, Maria Antonieta. A favor de Gramsci. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MACPHERSON, C.B. A democracia Liberal. Origens e Evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. A teoria política do individualismo possessivo. De Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MAFFESOLI, Michel. Solidariedade pós-moderna e sociedade civil. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.106-107, jul./dez., 1991.
- _____. The social ambience. Current Sociology. New York, v. 41, n. 2, 1993.
- _____. O fim do Ideal democrático. Folha de São Paulo. São Paulo, 19 mar./1995.CadernoMais.p.6-3.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, Karl & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

- McCARTHY, Thomas. Reflexiones sobre la racionalización en la teoría de la acción comunicativa. In: Habermas y la modernidad. Madrid: Cátedra, 1991.
- MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática no Brasil. Tese de livre-docência do Departamento de Ciência Política- USP, 1994.
- _____. Democratização e cultura política de massas no Brasil. Revista Lua Nova. São Paulo, n.26, 1 992.
- _____. Sociedad civil, cultura política y democracia. Los obstáculos de la transición política. Revista Mexicana de Sociología. México, ano L., n. 3, jul./set. 1988.
- MOSCOVICI, Serge. A Representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSSÉ, Claude. Atenas: a história de uma democracia. Brasília: UNB, 1971.
- O'DONNELL, Guillermo. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (Orgs). A democracia no Brasil- Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. Análise do autoritarismo burocrático. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- _____. Democracia Delegativa? Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 31, out/ 1994.
- OLVERA, Alberto & AVRITZER, Leonardo. El concepto de sociedad civil en el estudio de la transición democrática. Revista Mexicana de Sociología. México, n. 4, 1992.
- PEREIRA, Bresser. A crítica da direita e da esquerda a um Estado em crise. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 25, 1992.
- PLATÃO. A República. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- _____. Fedro. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

- PIZZORNO, Alessandro. Sobre la racionalidade de la opción democrática. In: PIZZORNO, Alessandro et al. Los limites de la democracia. Buenos Ayres: Clacso, 1985
- PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, nº 9, jul./1984.
- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Brasília: UNB, 1981.
- RESTREPO, Luis Alberto. Los movimientos sociales, la democracia y el socialismo. In.: MAX-NEEF, M. et al. Sociedad civil y cultura democrática. Santiago: CEPUR, 1990.
- ROUANET, Sérgio P. O Mal-Estar da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. As Razões do Iluminismo. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ROUSSEAU, Jean J. Do Contrato Social. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1987.
- _____. Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens. Brasília: UNB, 1985.
- ROSENFELD, Denis. A Ética na Política. Venturas e desventuras brasileiras. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- SADER, Emir. O anjo torto. Esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

- SALGADO, Joaquim C. A idéia de justiça em Kant. Seu fundamento na liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma Ciência Pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. As razões da desordem. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SARTORI, Giovanni. Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1966.
- _____. A Teoria Democrática Revisitada I- O debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo. Uma Revolução no Cotidiano? Os movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. Revista da Fundação SEADE São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 8, n. 3, out. /nov. 1994.
- _____. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola/ Centro João XXIII, 1993.
- _____. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania. Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez/ Editora UFSC, 1995.
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra & GUARESCHI, Pedrinho (Orgs). Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

- _____. As Representações Sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- STRAUSS, Leo & CROPSEY, Joseph. Historia de la filosofia política. México: Fundo de Cultura Econômica, 1993.
- STACCONE, Giuseppe. Gramsci - 100 anos. Petrópolis: Vozes, 1991.
- STEIN, Ernildo. Órfãos da utopia. A melancolia da esquerda. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TOLEDO, Caio Navarro de. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TREVISOL, Joviles V. Sociedade Civil: de um conceito Filosófico-Normativo para um abordagem Político-Sociológica. Revista Roteiro. Joaçaba, v. XVII, n. 33, jan./jun.1995.
- _____. O conceito de Hegemonia em Gramsci. Análise da obra a "Questão Meridional". Monografia defendida no Departamento de Filosofia da Universidade de Ijuí. Ijuí, 1993 (mimeo).
- TOCQUEVILLE, Alexis. A Democracia na América. São Paulo: Itatiaia, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: Editora UNB, 1982.
- WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- WEFFORT, Francisco. Porque democracia? São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Qual democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tratctatus Logico-Philosophicus. São Paulo: Edusp, 1991.

WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil.
In: WOLFE, A. et al. Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs. Rio de Janeiro: Ibase/PNUD, 1992.

ANEXO I

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PESQUISADAS

1- CECCA(SC)- Um Centro de Estudo, Cultura e Cidadania

Objetivos : Criar um centro de assessoria e documentação que ofereça um trabalho qualificado aos movimentos, servindo como centro de articulação entre esses movimentos, bem como para a discussão de questões locais, sendo temas prioritários nessas discussões: Relações de gênero, ecologia, ecumenismo, cidadania/políticas públicas, metodologia/educação popular e assuntos jurídicos.

Serviços Prestados: Assessoria, Organização Popular, formação de lideranças, atividades culturais, articulação entre os movimentos através de: reuniões de grupo, assessoria de voluntários, prestação de serviços (voluntários e pagos), seminários, cursos e palestras.

Classificação : ONG

2- NEN - Núcleo de Estudos Negros

Objetivos: Tem como principal objetivo o combate ao racismo e qualquer outra forma de discriminação social. Para isso define três áreas básicas de atuação: educação, mercado de trabalho e formação política.

Serviços Prestados: Organização de entidades negras com o objetivo de discutir a participação em várias atividades políticas, através de reuniões de grupo, seminários, cursos e palestras. A principal conquista da entidade é esclarecer os vários setores da sociedade quanto à importância da questão racial.

Classificação: ONG

3- Núcleo de Trabalho Permanente Sobre Movimentos Sociais.

Objetivos: Elaboração de atividades e artigos sobre movimentos sociais e efetivo relacionamento com os diversos movimentos.

Serviços Prestados: Estágio interdisciplinar de vivência junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pesquisa, documentação e apoio mútuo. Através de reuniões de grupo, seminários, cursos, palestras e estágios. Uma das principais realizações da entidade é a difusão e implementação das discussões sobre a interdisciplinaridade e a necessidade de um maior relacionamento entre a Universidade e a Sociedade.

Classificação: ONG

4 - DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos

Objetivos: Subsidiar e assessorar os sindicatos de trabalhadores em sua luta pela melhoria das condições de vida.

Serviços Prestados: Assessoria, educação, pesquisa, documentação, formação de lideranças e organização popular. Através de reuniões de grupo, assembléia, seminários, cursos, palestras e assessorias de profissionais pagos. A principal realização da entidade foi a elevação do nível de intervenção do movimento sindical catarinense.

Classificação : ONG

5- Fundação Água Viva

Objetivos: Pesquisa, educação e conscientização em relação à preservação ambiental e estudo da ecologia. Neste sentido realiza tarefas concretas e de âmbito reduzido: pequenos programas e projetos, para adquirir experiência e credibilidade. Uma ação política no sentido amplo: exercício da cidadania.

Serviços Prestados: Assessoria, organização popular, educação, atividades culturais, ações na justiça; através de reuniões de grupo, prestação de serviços (pagos), seminários, cursos, palestras. (ex.: Tribunal da Água).

Classificação: ONG

6- Escola Sul da CUT - Central Única dos Trabalhadores

Objetivos: Formar dirigentes e lideranças sindicais, produzir conhecimento e pesquisa na área sindical.

Serviços Prestados: Formação de lideranças, pesquisa, documentação, assessoria e educação. Através de reuniões de grupo, prestação de serviços pagos,

seminários, cursos, palestras e assessorias de profissionais pagos. As principais realizações são a formação de dirigentes e lideranças capacitadas e sindicatos com planejamento.

Classificação: ONG

7- Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua - MNMMR

Objetivos: Promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Há uma anotação para especificar pontos que manda ver questionário.

Serviços Prestados: Assessoria, organização popular, formação de educadores e conselheiros, pesquisa, documentação, educação e promoção da cidadania, atividades culturais e apoio mútuo. Através de reuniões de grupos, assessoria de voluntários, assembléia, prestação de serviços voluntários, seminários, cursos, palestras, produção de cartilhas, textos e vídeos. Principais conquistas: aprovação do estatuto da criança e do adolescente, obtenção de espaço na imprensa para denúncia de violações dos direitos das crianças, qualificação técnico-política dos militantes e articulação de uma rede de educadores, meninos e meninas e entre instituições.

Classificação: ONG

8- Conselho Comunitário do Pantanal

Objetivos: Integrar e dinamizar as ações da comunidade enquanto agente de seu próprio desenvolvimento. Além disso, representa a comunidade perante os órgãos públicos e privados.

Serviços Prestados: Presta serviços de infra-estrutura do bairro, apoio solidário, apoio mútuo, assessoria, atividades culturais e educação. Através de reuniões de grupo, assessoria de voluntários, prestação de serviços voluntários, seminários, cursos e palestras. As principais conquistas da entidade são as melhorias na infra-estrutura do bairro e participação de grupos organizados nas atividades da comunidade.

Classificação : Associação de Moradores

9- Associação dos Moradores do Morro da Queimada

Objetivos : Melhorias na infra-estrutura do bairro, ampliação da creche e construção da sede própria.

Serviços Prestados: Desenvolve atividades como educação, pesquisa e documentação, apoio mútuo, apoio solidário e infra-estrutura; através de reuniões e mutirão.

Classificação : Associação de Moradores

10 - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Objetivos: Lutar pela democratização da comunicação e pelo fim do monopólio dos meios de comunicação no Brasil.

Serviços Prestados: Organização popular e atividades culturais através de reuniões de grupos, assessoria de voluntários, assembleia, seminários, cursos e palestras. Suas realizações foram o aumento do número de entidades filiadas ao Fórum e um maior apoio ao projeto de lei pela Lei da Informação democrática . (Ver Fundação Adelman Genro, melhores respostas).

Classificação : Fórum

ANEXO II

QUESTIONÁRIO

1- IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) Representante.....

Idade

Escolaridade

Sexo

Profissão

Religião

2- Qual a situação da Entidade?

☐ informal;

☐ em fase de legalização;

☐ formalizada (com estatutos registrados, CGC, sede, orçamento etc)

3- Qual é o principal objetivo ou motivação que lhe leva a participar de sua entidade?

.....
.....
.....
.....

4- Ao seu modo de ver, qual a razão principal que torna seu grupo unido e atuante?

.....
.....
.....
.....

5- Você acha que sua entidade contribui para a construção da democracia?

5.1-Sim. Em que aspectos?

.....
.....

.....
.....
5.2- Não. Por quê?
.....
.....
.....
.....

6- Ao seu modo de ver sua entidade funciona democraticamente ? Sim ou Não. Justifique.
.....
.....
.....
.....

.....
7 - Sua entidade tem ligação com partidos políticos? Sim ou Não. Justifique
.....
.....
.....
.....
.....
..

8- No momento você está filiado (a) a algum partido político? Qual?
.....
.....
.....
.....

.....
9- Como você avalia a atuação dos partidos políticos na atualidade?
.....
.....
.....
.....

.....
10- Os poderes públicos , como por exemplo a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, o governo do Estado etc, prestam algum tipo de ajuda à sua entidade?
.....
.....
.....
.....

.....
11- Como eles normalmente respondem às demandas formuladas pela sua instituição?
.....
.....
.....
.....

.. **12- Do ano de 1984 para cá (neste ano aconteceu o movimento pelas**

diretas-já e o fim do regime militar) o Brasil vem experimentando uma sistema de governo chamado democracia. Você acha que nosso país é democrático?

12.1- Sim. Justifique.

.....

.....

.....

.....

.....

12.2- Se a resposta for negativa, diga :

a) o que mais impede o avanço da democracia no Brasil?

.....

.....

.....

.....

b) de que o país precisa para se tornar democrático?

.....

.....

.....

.....

13- Para haver democracia é suficiente que se respeite a vontade da maioria? Sim ou não. Justitique.

.....

.....

.....

.....

14- Se você tivesse que descrever em poucas palavras a sociedade democrática ideal, como seria ela?

.....

.....

.....

.....

.....

15- O que define um político como democrático?

.....

.....

.....

.....

16-O que é uma pessoa democrática?

.....

.....

.....

.....

17- Leia as afirmações abaixo e preencha os parênteses, manifestando seu grau de concordância da seguinte forma:

C - Corcordo Completamente

P - Concordo em parte

D- Discordo completamente

N - Não tenho opinião a respeito

- ☐ Os partidos políticos atrapalham a democracia . Melhor sem eles .
- ☐ O sufrágio universal é uma farsa.
- ☐ A democracia deve ser direta, sem representantes.
- ☐ No sistema capitalista, a democracia é impossível.
- ☐ A democracia como "valor universal" não tem sentido.
- ☐ A comunidade dos Primeiros cristãos é um exemplo de sociedade democrática.
- ☐ Jesus Cristo foi um homem democrático porque pregou a igualdade para todos.
- ☐ O povo brasileiro é o grande responsável pela situação (econômica, corrupção, violência etc) em que o país se encontra.
- ☐ Os movimentos sociais e ONGs são sementes de uma verdadeira democracia.
- ☐ A maneira como a democracia é praticada no interior de minha instituição serve de modelo para outras instituições e para a própria sociedade.
- ☐ Uma sociedade só é livre quando seu povo tiver comida, casa para morar e educação.
- ☐ O voto serve apenas para renovar o sonho do povo. O voto faz com que o povo continue acreditando que é ele quem manda. Na verdade, o voto é mais uma forma de manter tudo como está.
- ☐ O Brasil vive uma democracia . O povo tem liberdade de associação, de imprensa e pensamento, além de escolher pelo voto os seus representantes.
- ☐ O povo brasileiro é analfabeto político : vota mal, não participa e não exige nada de seus representantes.
- ☐ A democracia só é possível numa sociedade socialista, onde não há propriedade privada.
- ☐ A democracia tem apenas um valor político, ou seja, ela é apenas uma forma legítima de escolher os representantes.
- ☐ A democracia é um valor político, mas é também um valor moral.
- ☐ A política é apenas o que tem a ver com a relação entre cidadãos e governantes.
- ☐ A política inclui também a relação entre os cidadãos. Tudo é política.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1- Fazendo uma retrospectiva histórica , ao menos a partir do ano de 1984 em diante, como você avalia os resultados que a democracia produziu? Houve progresso? Você espera algo mais do que ela já ofereceu?

2- Você acredita que ela é capaz de criar um sociedade cada vez melhor, mais digna e igualitária?

3- A democracia está fundamentada sobre dois pilares: a igualdade e a liberdade. Num regime democrático, qual das duas é a mais importante?

4- No caso concreto do Brasil, as duas se concretizaram, se efetivaram?

5- Que tipo de igualdade você espera da democracia?

6- Gostaria que você falasse mais sobre a importância de seu grupo para a construção da democracia. A democracia é um valor importante para seu grupo ou é algo distante, sem sentido?

7- Como nós sabemos, a função dos partidos políticos é representar a vontade dos cidadãos. Como você avalia o desempenho destes partidos?

8- Sobre a cultura política de nosso povo, o que você diria: ela é uma cultura política democrática? É a política da participação ou da resignação? Houve um aprendizado democrático?

9- Que tipo de racionalidade comanda a ação do Estado?